

**Paula Remoaldo
José Cadima Ribeiro**

**O LEGADO
DE GUIMARÃES CAPITAL EUROPEIA
DA CULTURA DE 2012:
A leitura dos residentes e dos visitantes**

Este trabalho tem o apoio financeiro do Projeto Lab2PT – Laboratório de Paisagens, Património e Território – AUR/04509 e da FCT através de fundos nacionais e quando aplicável do cofinanciamento do FEDER, no âmbito dos novos acordos de parceria PT2020 e COMPETE 2020 – POCI-01-0145-FEDER-007528.



FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Cofinanciado por:

COMPETE
2020
PROGRAMA OPERACIONAL COMPETIÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

PORTUGAL
2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional



Título: O legado de Guimarães Capital Europeia da Cultura de 2012: a leitura dos residentes e dos visitantes

Autores: Paula Remoaldo e José Cadima Ribeiro

© 2017, Edições Afrontamento e Autores

Capa: Edições Afrontamento/Departamento gráfico

Edição: Edições Afrontamento, Lda

Rua Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto

www.edicoesafrontamento.pt/comercial@edicoesafrontamento.pt

ISBN: 978-972-36-1529-6

Colecção: Textos/128

Depósito legal: 420825/17

N.º edição: ????

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda./Santa Maria da Feira

geral@rainhoeneves.pt

Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.

Comercial@companhiadasartes.pt

Fevereiro de 2017

Índice

Introdução	7
<i>Paula Remoaldo e José Cadima Ribeiro</i>	

PARTE I ENQUADRAMENTO E QUADRO CONCETUAL

Capítulo 1: As Capitais Europeias da Cultura: génese, propósitos e impactes	13
1. Génese e evolução das capitais europeias da cultura	13
2. A CEC como um megaevento cultural	22
3. Principais impactes de uma CEC	27
4. Notas conclusivas	32
Referências bibliográficas	33
Capítulo 2: Turismo, cultura e desenvolvimento: breve revisão da literatura	37
1. A busca de um desenvolvimento sustentável e diversificador da economia local	37
2. Turismo associado ao património e à cultura	42
3. Perceções dos residentes dos impactes da atividade turística	45
4. Motivações de visita a destinos histórico-culturais	49
5. Destinos turísticos e imagem	51
6. Perfil do turista cultural	54
7. Notas conclusivas	56
Referências bibliográficas	57

PARTE II TRABALHO EMPÍRICO

Capítulo 3: O município e a cidade de Guimarães	65
1. Algumas características sociodemográficas do município de Guimarães	65
2. Guimarães enquanto cidade histórico-cultural e destino turístico emergente	69

3. Notas conclusivas	75
Referências bibliográficas	76
Capítulo 4: A percepção dos residentes	79
1. Metodologia	80
1.1. Metodologia: estudo de 2011	81
1.2. Metodologia: estudo de 2013	83
2. Resultados: estudo de 2011	84
2.1. Perfil da amostra, participação e conhecimento da programação	84
2.2. Percepção dos impactes	89
3. A importância da comunicação social na formação das percepções dos residentes	93
4. Resultados: estudo de 2013	98
4.1. Perfil da amostra, participação e conhecimento da programação	98
4.2. Percepção dos impactes e comparação dos resultados dos inquéritos de 2011 e de 2013	100
5. Notas conclusivas	103
Referências bibliográficas	105
Capítulo 5: A percepção dos visitantes	109
1. Metodologia	110
1.1. Metodologia: estudo de 2010/2011	110
1.2. Metodologia: estudo de 2015	111
2. Resultados: estudo de 2010/2011	112
3. Resultados: estudo de 2015	120
4. Confrontando os dados dos inquéritos de 2010/2011 e de 2015	124
5. Notas conclusivas	128
Referências bibliográficas	129
Capítulo 6: O legado da CEC: a leitura de um grupo qualificado de atores locais	131
1. Metodologia utilizada	131
2. Leitura dos atores locais	134
Legislação	151
Capítulo 7: Leituras finais	153
Sobre os autores	161

Introdução

Escrever sobre a experiência e legado de uma Capital Europeia da Cultura (CEC), cuja primeira edição remonta a 1985, não é um exercício fácil, em expressão da complexidade do megaevento. Talvez por isso, em Portugal, que até ao presente acolheu a CEC em três datas distintas (1994, 2001 e 2012), pouco tenha ficado escrito sobre a matéria.

Na realidade, em Portugal e no resto do mundo, foram poucos os estudos de cariz científico publicados sobre a temática da Capital Europeia da Cultura (CEC). Há-os mais, não muitos, de cariz técnico e, porventura, mais comprometidos com os desígnios das entidades organizadoras, referidos aos impactes que este tipo de megaevento poderá gerar ou ter criado nas cidades e nas regiões onde se realizaram.

Numa época de vincada globalização e marcada pelo advir de várias situações de crise económica e social, a competição entre as cidades pela captação de visitantes internacionais tem-se afigurado crescentemente feroz. Por essa razão, apostando na melhoria da sua imagem e na edificação de equipamentos vários, estando entre eles os culturais, se tem afigurado tão estratégico poder sedear, por um ano, uma Capital Europeia da Cultura. Esse tem sido o passaporte usado por múltiplas cidades europeias.

Atentos a isso, aparte o escrutínio que se justifica que seja feito do uso de dinheiros públicos, nacionais e da União Europeia, dedicados à realização de tais eventos, faz sentido investigar como as populações reagem a este tipo de megaevento e como as cidades tiram, efetivamente, proveito deste título a diferentes níveis: para se requalificarem e equiparem; para se promoverem nacional e internacionalmente; para captarem novos investimentos e visitantes; para melhorarem ou alterarem a respetiva imagem; para melhor se posicionarem na candidatura ao acolhimento de outros grandes eventos...

Existem múltiplos relatórios de avaliação de impactes das CEC à escala internacional, conduzidos sobretudo desde os anos 2000, quando a Comissão Europeia passou a impor a realização deste tipo de estudos às entidades organizadoras do megaevento. Não obstante, grande parte destes estudos de cariz técnico tem tendido a manter um foco algo restrito, muito centrado na componente mais económico-financeira. Esse foco decorre da necessidade de aportar uma justificação para a decisão política de acolhimento da CEC.

Por seu turno, apesar de haver estudos internacionais consistentes sobre a perceção por parte dos residentes dos efeitos da atividade turística desde finais da década de 70 do século XX, os mesmos não têm merecido grande atenção por parte dos investigadores portugueses das ciências sociais. Versando a realidade portuguesa, só nos últimos sete anos começaram a surgir estudos mais sustentados sobre esta componente.

Com base nesta leitura de situação, a presente obra tem como principal objetivo deixar um retrato do legado da Capital Europeia da Cultura organizada em Guimarães, em 2012, centrando-se em impactes de várias índoles, acolhendo, sobretudo, a leitura dos residentes, dos visitantes e de alguns agentes locais qualificados. Num segundo nível, almeja-se ainda contribuir para um planeamento mais participativo, isto é, em que seja mais natural trabalhar com as populações na construção de um desenvolvimento mais sustentável, objetivo geral para o qual se acredita que o acolhimento de eventos desta natureza pode dar um contributo não sub-estimável.

A vontade de escrever este livro foi alimentada por várias razões. A primeira prende-se com o facto de não existir um estudo que se ocupe dos impactes percebidos de uma Capital Europeia da Cultura nos períodos *ex-ante*, *on-going* e *ex-post*, e que se centre, ao mesmo tempo, na leitura dos residentes e dos visitantes e que tome como objeto de análise uma cidade que foi Capital Europeia da Cultura e que tem, ao mesmo tempo, o seu centro histórico certificado pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade.

Em segundo lugar, porque, em estudos em turismo, a Geografia e a Economia foram sempre das ciências que mais se preocuparam com a análise dos impactes da atividade turística. Esta é, aliás, uma abordagem clássica no seio destas duas ciências, mas em Portugal, até ao momento, existem poucos estudos que se tenham preocupado com a perceção mantida pelos residentes da atividade turística.

Em terceiro lugar, porque, entre 2011 e 2014, uma equipa de investigadores ancorada na Universidade do Minho desenvolveu um projeto intitulado *As perceções de residentes e turistas do impacto de Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012 e respetiva participação no evento*, integrado no N.I.P.E. (Núcleo de Investigação em Políticas Públicas da Universidade do Minho) e no C.I.C.S. (Centro de Investigação em Ciências Sociais), contando com o apoio da Câmara Municipal de Guimarães.

Tendo este projeto sido concretizado e tendo sido produzidos vários textos de pendor académico, escritos sobretudo em língua inglesa, havia que sistematizar os resultados obtidos e dar-lhe um formato acessível a um público nacional mais alargado.

Uma quarta motivação prende-se com a elevada autoestima e orgulho da população vimaranense. A sua vontade de participar na Guimarães CEC 2012 e a sua vontade de ganhar notoriedade nacional e internacional foram evidentes nessa ocasião, bem como, consciente ou inconscientemente, a sua «sede» de aderir a um planeamento mais participativo desse megaevento. A própria comunicação social mostrou-o ainda antes de se iniciar a CEC, como teremos oportunidade de o lembrar num dos sub-*itens* da presente obra. Sendo assim, este livro é, também, um tributo à população vimaranense.

Mas os olhares e discursos dos vimaranenses recolhidos em 2011 e 2013 não podiam ficar soltos e sem sentido e tinham que ser complementados com os de outros *stakeholders* (atores, partes interessadas) de todo o processo de planeamento da Capital Europeia da Cultura e da oferta turística de Guimarães. Por isso, optou-se por escutar também os visitantes em dois momentos (2010/2011 e 2015) e por captar as perspetivas de alguns agentes locais qualificados. Quase quatro anos após a realização da CEC, tinha-se a expectativa de que os atores locais entrevistados dispusessem de uma visão amadurecida sobre o que tinha sido o evento e que legado teria deixado. A nossa esperança não saiu gorada.

A obra, que usa sobretudo uma abordagem quantitativa, materializa-se em sete capítulos, iniciando-se com uma análise das características e do historial das Capitais Europeias da Cultura, o conceito de megaevento cultural e os principais impactes que devem ser considerados. Segue-se uma sucinta revisão da literatura sobre conceitos, quadros teóricos e estudos realizados, que suportam a abordagem empírica que é feita adiante, relativa ao caso de Guimarães. Numa segunda parte, de natureza mais empírica, faz-se uma breve caracterização do município e da cidade de Guimarães. O capítulo quatro debruça-se sobre a perceção dos vimaranenses dos efeitos do acolhimento da CEC 2012, nos anos de 2011 e de 2013. No quadro deste capítulo, recorda-se também, muito brevemente, o tipo de notícias sobre a CEC que foram sendo publicadas em 2011 em três jornais de âmbito local ou nacional. No capítulo seguinte trata-se a perceção dos atributos turísticos da cidade mantida pelos turistas, onde se aproveita também para traçar o respetivo perfil. O capítulo seis analisa a perceção de vários agentes locais, em 2016, sobre o que foi Guimarães 2012 e o legado da CEC. A obra fecha com o capítulo sete, que inclui a menção de alguns ensinamentos retirados da organização do megaevento bem como algumas recomendações de política pública.

Cabe aqui um especial agradecimento a Laurentina Vareiro, Professora do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, e a José Freitas Santos, Professor do Instituto

Politécnico do Porto, que nos ajudaram a ler os resultados dos inquéritos aplicados em diferentes momentos e que foram coautores da maioria dos estudos académicos que serviram de suporte a este livro.

É devido também um agradecimento a Mécia Mota, que foi nossa estudante de doutoramento e, nesse contexto, nos ajudou na aplicação dos inquéritos aos residentes e acompanhou o trabalho realizado pela equipa de investigação na sua parte inicial. Por último, cumpre igualmente deixar um agradecimento a Vitor Marques, responsável técnico do turismo na Câmara Municipal de Guimarães, que facilitou a aplicação dos inquéritos e revelou uma enorme vontade de conhecer em maior profundidade a realidade turística do destino Guimarães e de contribuir para a melhoria da imagem da cidade.

As mudanças operam-se com pequenos contributos, que se vão somando. Com a presente obra pensamos estar a contribuir para a reflexão por parte de políticos e de outros atores do caminho que tem sido percorrido e que importa percorrer em prol do desenvolvimento do município de Guimarães e do bem-estar das suas gentes.

Paula Remoaldo
José Cadima Ribeiro
10 de Junho de 2016

PARTE I
ENQUADRAMENTO E QUADRO CONCETUAL

Capítulo 1

AS CAPITAIS EUROPEIAS DA CULTURA: GÊNESE, PROPÓSITOS E IMPACTES

Neste capítulo faz-se um breve apontamento sobre a gênese das Capitais Europeias da Cultura, respetivos propósitos e impactes potenciais. Haverá também espaço para listar as cidades que até à presente data acolheram o evento e para aquelas que o farão nos anos próximos.

Falar sobre as Capitais Europeias da Cultura não é discutir um projeto cultural qualquer. Trata-se, sem dúvida, de um projeto ambicioso que tem já trinta e um anos de existência.

1. GÊNESE E EVOLUÇÃO DAS CAPITAIS EUROPEIAS DA CULTURA

As Capitais Europeias da Cultura (CEC) são atualmente o projeto cultural colaborativo mais ambicioso, em termos de dimensão e escala, que se realiza na Europa. Na realidade, não existe outro projeto do âmbito cultural que detenha orçamentos tão elevados como o da CEC (European Commission, 2009a). De acordo com alguns autores (*e.g.*, Sassatelli, 2008), constitui uma das mais antigas abordagens culturais no seio da União Europeia (EU), sendo uma das iniciativas culturais mais bem sucedidas e representativas dessa comunidade de países e pessoas.

Uma CEC não é apenas um festival mas, também, um local de intercâmbio, debate e reflexão, com o duplo objetivo de ser uma ocasião para mostrar num palco alargado a cultura da cidade que acolhe o megaevento em cada ano e de atrair a si visitantes de outros países, e eventuais eventos ou manifestações de cultura de outros países europeus (Sassatelli, 2008). Além disso, é um exemplo relevante de uma tentativa de despertar uma consciência europeia, ajudando a difundir os seus símbolos e contribuindo para uma maior divulgação e respeito das culturas nacionais e locais (Sassatelli, 2002).

A política cultural é uma das competências relativamente recentes da União Europeia. Data dos anos de 1980 e, conforme o enuncia Sassatelli (2008), surgiu como tentativa de criar uma «Europa dos cidadãos». Mas temos que recuar ao ano da constituição da Comunidade Económica Europeia (CEE) para verificarmos que já em 1957 (conforme o artigo 151.º do Tratado de Roma que instituiu a CEE) se reconhecia a existência, no seio da Europa, tanto de um património cultural comum como de uma diversidade de culturas nacionais e regionais (European Commission, 2009b). A essa luz, o que as iniciativas políticas e legislativas dos anos oitenta procuraram fazer foi trazer essa herança para primeiro plano e respeitar a diversidade europeia que era reconhecida, encorajando a cooperação entre os Estados-Membros na dimensão cultural e incentivando-os a tomarem em conta os aspetos culturais nas suas diversas ações em diferentes campos.

Tendo por base este contexto, o papel especial desempenhado pelas cidades no âmbito da cultura foi reconhecido por uma Resolução de 1985 (*Resolution of the Ministers Responsible for Cultural Affairs Concerning the Annual Event «European City of Culture»*, Doc. 7081/84), que introduziu o conceito de «Cidade Europeia da Cultura». De acordo com essa Resolução, tratava-se de instituir um evento que deveria durar um ano, durante o qual a cidade escolhida iria operacionalizar um programa de espetáculos, exposições e outras iniciativas para destacar o seu contributo para o património cultural comum e bem acolher as pessoas e artistas de outros Estados-Membros (European Commission, 2009b).

A organização de uma Capital Europeia da Cultura corresponde a uma oportunidade para, sobretudo, regenerar a cidade que acolhe este megaevento e para promover a melhoria das respetivas visibilidade e imagem a nível internacional, assim como reforçar ou melhorar a sua imagem junto dos seus habitantes. Estes contributos das CEC são corroborados nalguns documentos da Comissão Europeia, de que é exemplo o que a esse propósito se regista em http://ec.europa.eu/programmes/creative-europe/actions/capitals-culture_en.htm (consultado em 13/02/2015). Reportando-se a esta matéria, a Comissão acrescenta aos impactes (esperados) enunciados o que esse tipo de organização pode trazer a nível de novo fôlego para a cultura da cidade que esteja em causa e para a sua promoção como destino turístico.

A elevação da autoestima da comunidade que acolhe a CEC é outra das eventuais mais-valias da realização deste megaevento, se a organização do megaevento se concretizar com sucesso. Pode-se ainda mencionar a oportunidade que, por essa via, é proporcionada para a internacionalização das atividades culturais que são programadas, que pode servir de alavanca para estabelecer uma oferta cultural, daí em diante, mais sustentada. Esse é aliás um desafio crítico em matéria de legado estrutural da realização do megaevento.

No ano de 2015, já estavam sancionadas candidaturas de vários países para acolherem CECs nas suas cidades até ao ano de 2033, o que demonstra que pelo menos parte das potencialidades sugeridas pela Comissão Europeia no que se refere ao desenvolvimento de tal iniciativa se têm revelado realistas.

Mas será que a dinâmica criada encontra também eco no facto de se tratar de um megaevento que já tem uma história longa para contar e inúmeros sucessos para revelar?

Na realidade, já passaram trinta e um anos desde a realização da primeira CEC. Foi em 1985 que ocorreu (<http://ecoc.poieinkaiprattein.org/european-capital-of-culture/> – consultado em 13/02/2015), tendo sido acolhida pela cidade de Atenas. À escolha de uma cidade grega para organizar a primeira iniciativa não foi alheia a circunstância da então Ministra da Cultura Grega, Melina Mercouri, ter estado, em 1983, na gênese da ideia (Richards, 2000; Portelinha, 2012).

Em concreto, Melina Mercouri ficou para a história europeia por, a 28 de novembro de 1983, em Atenas, ter aproveitado a primeira presidência da Grécia do Conselho das Comunidades Europeias para auscultar os seus pares sobre a viabilidade da ideia do programa das Cidades Europeias da Cultura (Portelinha, 2012). A vontade da então Comunidade Económica Europeia assumir uma vertente mais humanista, quer dizer, ir além da sua dimensão económica, e tomar um papel relevante na difusão e no enaltecimento da riqueza cultural do continente Europeu (Portelinha, 2012) estiveram na base da sua proposta. A Resolução do Conselho de Ministros 85/C153/02, de 13 de junho de 1985, oficializou o desejo da Ministra da Cultura Grega, instituindo-se assim a «Capital Europeia da Cultura» como um evento que pretendia ser a expressão de uma cultura que historicamente e em termos de desenvolvimento contemporâneo é imbuída de grande riqueza e diversidade.

Inicialmente, foram avançados objetivos puramente culturais, já que se pretendia divulgar a cultura das cidades junto dos cidadãos europeus e, simultaneamente, construir um espaço cultural comum, a partir da variedade de culturas existentes nos países Europeus. Visa-se contribuir também para uma maior consciência do que os Europeus têm em comum (European Commission, 2009). Este conceito original foi-se adaptando às necessidades e ambição de cada cidade que foi recebendo o título.

Além de se pretender que a CEC fosse um grande evento, pela via da criação deste megaevento abraçou-se também uma oportunidade anualmente renovada de reflexão sobre o futuro da Europa. Aparte a circunstância já comentada a propósito de Atenas, a escolha desta cidade (1985) e de Florença (1986) como primeiras CEC não foi inocente, já que ambas estão indelevelmente associadas à ideia de berço clássico da civilização europeia (Portelinha, 2012).

Em finais de 2012, ano em que ocorreram duas CEC (Guimarães e Maribor – Eslovénia), este título já tinha sido concedido a 46 cidades, valor que sobe para 52 se

nos situarmos na data da redação do presente texto: 2015 (<http://ecoc.poieinkaiprattein.org/european-capital-of-culture/> – consultado em 13/02/2015).

As CEC têm-se revelado muito diferentes em escala, objetivos e meios, encarando o lema da Europa em termos de política cultural de «unidade na diversidade» (*unity in diversity*). Na verdade, conforme mencionado, a missão oficial do evento é não apenas a de valorizar a riqueza e a diversidade das culturas europeias e as características que compartilham mas, também, promover uma maior compreensão mútua entre os cidadãos europeus (Sassatelli, 2008). Os eventos organizados pelas cidades que têm acolhido a CEC foram assumindo cada vez maior duração, maior complexidade e mais ambição. Nessa própria medida, ao longo dos anos, a CEC tem gradualmente atraído mais público e maior atenção dos *mass media* (Sassatelli, 2008; Freitas Santos, Remoaldo, Cadima Ribeiro e Vareiro, 2011).

O Quadro 1 revela o nome de todas as cidades que receberam o título de CEC até ao ano de 2015, que inclui desde capitais nacionais até cidades de muito menor dimensão, mas com um elevado simbolismo histórico-cultural, sobressaindo, no caso Português, a cidade de Guimarães. O ano de 1990 é considerado como um ano de viragem, porque a CEC foi assumida pela cidade de Glasgow, que não era um destino cultural europeu tradicional, tal como havia acontecido com as anteriores cidades que acolheram o evento (Freitas Santos, Remoaldo, Cadima Ribeiro e Vareiro, 2011).

Nesse enquadramento e decorrente dessa evolução, os objetivos das candidaturas formuladas foram alargados. Entre as dimensões novas que foram emergindo encontram-se a regeneração urbana e a melhoria da imagem das cidades como destinos culturais. No caso de Glasgow, também foram incluídos, pela primeira vez, os patrocínios comerciais para financiar o projeto (Freitas Santos, Remoaldo, Cadima Ribeiro e Vareiro, 2011).

A CEC de Glasgow foi considerada um sucesso em termos de avaliação dos impactes económicos do megaevento, já que, nomeadamente, conseguiu trazer benefícios pra a cidade quer em termos de aumento do número de visitantes quer de despesas efetuadas pelos mesmos (Freitas Santos, Remoaldo, Cadima Ribeiro e Vareiro, 2011). Por outro lado, apostou num significativo conjunto de atividades culturais, incluindo a atuação de grandes nomes, como Pavarotti, e um orçamento igualmente impressionante. Tudo somado, o evento resultou num sucesso económico, com a produção de um benefício económico líquido para a cidade que se terá situado entre 40 e 47 milhões de Euros, para o qual a despesa turística terá dado um contributo essencial (Myerscough, 1991, citado por Richards, 2000).

Quadro 1 – Cidades que até 2015 tiveram o título de Capital Europeia da Cultura

Períodos	Cidades que assumiram o título
De 1985 a 1990	1985 – Atenas (Grécia) 1986 – Florença (Itália) 1987 – Amesterdão (Holanda) 1988 – Berlim (Alemanha) 1989 – Paris (França) 1990 – Glasgow (Escócia)
De 1991 a 2000	1991 – Dublin (Irlanda) 1992 – Madrid (Espanha) 1993 – Antuérpia (Bélgica) 1994 – Lisboa (Portugal) 1995 – Luxemburgo (Luxemburgo) 1996 – Copenhaga (Dinamarca) 1997 – Salónica (Grécia) 1998 – Estocolmo (Suécia) 1999 – Weimar (Alemanha) 2000 – Avinhão (França), Bergen (Noruega), Bolonha (Itália), Bruxelas (Bélgica), Helsínquia (Finlândia), Cracóvia (Polónia), Reiquiavique (Islândia), Praga (Rep. Checa) e Santiago de Compostela (Espanha)
De 2001 a 2010	2001 – Porto (Portugal) e Roterdão (Holanda) 2002 – Bruges (Bélgica) e Salamanca (Espanha) 2003 – Graz (Áustria) 2004 – Génova (Itália) e Lille (França) 2005 – Cork (Irlanda) 2006 – Patras (Grécia) 2007 – Luxemburgo (Luxemburgo) e Sibiu (Roménia) 2008 – Liverpool (Reino Unido) e Stavanger (Noruega) 2009 – Linz (Áustria) e Vilnius (Lituânia) 2010 – Essen (Alemanha), Istambul (Turquia) e Pécs (Hungria)
De 2011 a 2015	2011 – Tallinn (Estónia) e Turku (Finlândia) 2012 – Guimarães (Portugal) e Maribor (Eslovénia) 2013 – Marselha (França) e Košice (Eslováquia) 2014 – Umeå (Suécia) e Riga (Letónia) 2015 – Mons (Bélgica) e Plzeň (República Checa)

Fonte: elaboração própria a partir de <http://ecoc.poieinkaiprattein.org/european-capital-of-culture/> – consultado em 13/02/2015.

A partir de 1996, a designação de CEC passou a incluir cidades não só de Estados-Membros da União Europeia como também de outros países europeus, sendo Istambul, na Turquia, um exemplo desta nova postura, quando em 2010 assumiu o título. O assumir desta nomeação foi compreendido como uma oportunidade para estreitar laços com a União Europeia, quer de cariz cultural quer económico.

A abertura a países extracomunitários foi decidida em 1990 (decisão do Conselho de Ministros da Cultura de 18 de maio de 1990), mas só entrou em vigor em 1996,

depois do termo da primeira ronda dos, até essa data, doze países comunitários (Portelinha, 2012). Desde então, criou-se espaço para que outras cidades europeias de países que não fossem membros da União Europeia pudessem ser Capitais Europeias da Cultura. Para tal, no quadro da respetiva candidatura, deveriam assumir a premissa do respeito pelos princípios da democracia, do pluralismo e do Estado de direito. A essa luz, poder-se-á afirmar que, mais do que ter que provar que se tratava de uma cidade Europeia, a cidade que se candidatava teria que provar que se estava a tornar Europeia, no sentido cultural, filosófico e político do termo.

O ano de 2001 foi o ano em que, de facto, duas cidades passaram a partilhar o título de CEC, o que aconteceu com Porto e Roterdão. Também passou a não ser possível, em anos consecutivos, o assumir do título por cidades que se situassem numa mesma área geográfica, além de se ter tentado alcançar um equilíbrio entre pequenas e grandes cidades na respetiva escolha. Nesse contexto, estavam criadas as condições para que uma cidade como Guimarães pudesse vir a ser Capital Europeia da Cultura, em rutura com o que sucedeu até ao início do século XXI, onde eram preferencialmente as capitais dos países da União Europeia ou outras grandes cidades que foram nomeadas.

Até ao ano de 2009, cada país organizador de uma CEC recebia um financiamento da União Europeia da ordem dos 1,5 milhões de euros, que era atribuído no âmbito do programa «Cultura». Desde 2010, as cidades passaram a receber esse financiamento sob a designação de *Prémio Melina Mercouri*, entregue até três meses antes do início da CEC. Acresce que várias dimensões do evento podem ainda ser financiadas por fundos estruturais de programas comunitários (Freitas Santos, Remoaldo, Cadima Ribeiro e Vareiro, 2011).

O ano de 2000, em que nove cidades assumiram o título de Capital Europeia da Cultura, assinalou a entrada num novo milénio. Nesse contexto simbólico, isto é, com o fim de celebrar o milénio, foi decidido alargar extraordinariamente o número de cidades participantes. Pretendeu-se assim, simultaneamente, chamar a atenção para a reconfiguração do espaço Europeu que estava em marcha e incluir cidades que representavam o Norte, o Centro e o Sul da Europa (Sassatelli, 2008).

É a partir desta data que começa a cimentar-se uma partilha anual do título. Por exemplo, conforme já indicado, em 2001, a cidade do Porto partilhou este megaevento com Roterdão. A partir de 2007, passou a ser regular esta partilha, em cada ano, do acolhimento de Capitais Europeias da Cultura por duas cidades. A exceção aconteceu no ano de 2010. Nesse contexto, a Decisão n.º 1622/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho passou a insistir que os programas das cidades designadas para o mesmo ano deveriam ter alguma relação entre si (ponto 5, do artigo 3.º).

Entre os vários objetivos subjacentes à criação das Capitais Europeias da Cultura sobressai a valorização da riqueza e diversidade das culturas na Europa, o aumento

do sentimento de pertença dos cidadãos europeus a um espaço cultural comum, bem como o fomento da contribuição da cultura para o desenvolvimento das cidades. Foi assumido que a Europa sempre foi e continuará a ser um território rico em termos artísticos e culturais e que a vida urbana desempenha um papel fulcral nessa vivência. A diversidade cultural europeia foi explicitamente tida presente na Decisão n.º 1419/1999/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, sobre a matéria em apreço.

Em 1999, a Comissão Europeia entendeu que, apesar dos vários e evidentes impactes positivos das CEC, nem sempre estes se traduziram em resultados que perdurassem para lá do tempo de vigência do projeto, pelo que alertou para a necessidade de os responsáveis públicos das cidades que ostentam o título de CEC de «(...) integrarem o seu projeto cultural num processo dinâmico de médio prazo» (Decisão n.º 1419/1999/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, p. L 166/1). Ainda nesta mesma data foi estabelecido um sistema rotativo de designação das CEC, que permitiu a cada um dos Estados-Membros a garantia de ver escolhida, a intervalos regulares, uma das suas cidades para este efeito (Decisão n.º 1419/1999/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho).

No que respeita a ideário e alcance, no artigo 3.º da mencionada Decisão (Decisão n.º 1419/1999/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, p. L 166/2) é mencionado que o processo de candidatura a CEC deverá contemplar um projeto cultural de dimensão europeia, assente, principalmente, na cooperação cultural.

Com base nas premissas identificadas, são avançados os elementos, num total de sete, que devem ser desenvolvidos na candidatura. Em concreto, como é dito (Decisão n.º 1419/1999/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, p. L 166/2), esta deve «(...) valorizar as correntes artísticas e os estilos comuns aos europeus que tenha inspirado ou para as quais tenha contribuído significativamente» e, ainda, «(...) promover manifestações que associem agentes culturais de outras cidades dos Estados-Membros, conduzam a ações de cooperação cultural duradouras e favoreçam a respetiva circulação na União Europeia».

Por outro lado, é ressaltada a necessidade de assegurar a mobilização e participação de grandes franjas da população, permitindo garantir um impacto social para além do ano de desenvolvimento, em concreto, da CEC. A maior difusão possível, com recurso a todos os meios multimédia, foi também considerada nesta Decisão (Decisão n.º 1419/1999/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho). Por último, foram destacados os seguintes dois aspetos: por um lado, dever-se-ia potenciar a exploração do património histórico e arquitetónico urbano; e, por outro lado, deveria estar presente a vontade de contribuir para o incremento da qualidade de vida da cidade que ostentar o título. Foi ainda mencionado que as cidades também podiam incluir as regiões limítrofes no projeto a desenhar.

A relevar do contido na Decisão n.º 1419/1999/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, está também o estabelecimento da obrigatoriedade de realização, por parte da Comissão Europeia, no ano seguinte à sua realização, de um relatório de avaliação dos resultados da CEC, que inclui uma análise realizada pelos próprios organizadores de cada megaevento.

Em 2006, com a Decisão n.º 1622/2006/CE, que revogou a Decisão n.º 1419/1999/CE, e que criou as diretrizes a seguir entre 2007 e 2019, foi instituído um prémio pecuniário em honra de Melina Mercouri, a atribuir às cidades designadas, que passou a recompensar a qualidade do programa da CEC em termos dos objetivos e critérios de ação e, em especial, o valor acrescentado europeu (Decisão n.º 1622/2006/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho). O programa cultural passou a ter que satisfazer vários critérios, agrupados em duas categorias: «Dimensão Europeia»; e «Cidade e Cidadãos» (artigo 4.º da mencionada Decisão).

A Decisão n.º 1622/2006/CE ditou também uma avaliação mais completa dos impactes das Capitais Europeias da Cultura. Seguindo os dados do estudo de Palmer/Rae Associates (2004), foram reconhecidos os impactes positivos da realização de uma CEC, mas foi igualmente reconhecido que se tornava necessário «(...) melhorar a organização dos eventos, nomeadamente no que diz respeito ao seu efeito a longo prazo no desenvolvimento cultural das cidades e das regiões em causa» (Decisão n.º 1622/2006/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, p. L 304/1). Para esse efeito, a Comissão passou a assegurar a concretização de uma avaliação externa e independente dos resultados de cada CEC concretizada no ano anterior. Na sequência desta Decisão, em 2007, a Comissão Europeia publicou no seu jornal oficial as avaliações das CEC realizadas (European Commission, 2009b), o que ocorreu a partir da data em que as cidades de Luxemburgo e de Sibiu foram Capitais Europeias da Cultura.

Em 2009, a Comissão Europeia reconhecia que as quatro CEC realizadas em 2007 e 2008 tinham tido efeitos relevantes para, pelo menos, um de três objetivos específicos: desenvolvimento de atividades culturais; promoção da dimensão europeia da cultura; e, através desta, para o desenvolvimento social e económico através da cultura. Isto é, a realização do megaevento nas citadas cidades, terá contribuído globalmente para a concretização de alguma dimensão dos três objetivos enunciados (European Commission, 2009b).

Em Julho de 2012, a Comissão Europeia adotou uma proposta para a continuação da iniciativa das Capitais Europeias da Cultura até ao ano de 2019. Após esta data e até 2033 será usada uma lista que define a ordem em que os países nomearão cidades para exibir o título. Esta listagem, de 2020 a 2033, está presente na Decisão n.º 445/2014/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, que revogou, entretanto, a Decisão n.º 1622/2006/CE e que contemplou novos objetivos.

Para além dos objetivos originais, já mencionados, e como as cidades que ostentaram o título de CEC também o encararam como uma alavanca para o seu desenvolvimento num quadro mais amplo, aditaram-se outros de carácter mais holístico e em consonância com os do Programa Europa Criativa, criado pelo Regulamento (UE) n.º 1295/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho. Este, visa a salvaguarda, desenvolvimento e promoção da diversidade cultural e linguística da Europa, a promoção do património cultural europeu e o reforço da competitividade dos setores cultural e criativo Europeus. Tais desígnios visam apoiar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Conforme é dito (Decisão n.º 445/2014/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, p. L 132/2), os objetivos delineados deverão contribuir também «(...) para reforçar o sentimento de pertença a uma área cultural comum e para estimular o diálogo intercultural e a compreensão mútua».

Tendo por base este enquadramento regulamentar, passou a ser relevante que as cidades que ostentem o título de CEC procurem «(...) desenvolver ligações entre, por um lado, os respetivos setores culturais e criativos, e, por outro, setores como a educação, a investigação, o ambiente, o desenvolvimento urbano ou o turismo cultural» (Decisão n.º 445/2014/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, p. L 132/2). Sendo assim, o reforço de capacidade do setor cultural e as suas ligações a outros setores, bem como a melhoria do perfil internacional das cidades através da cultura, passaram a ser objetivos a alcançar.

Cada cidade passou, também, a ter que apresentar um programa cultural que, para além de conter uma forte dimensão Europeia, deverá contemplar uma estratégia a longo prazo, com impacte sustentável no desenvolvimento económico, cultural e social local. O número anual máximo de cidades que podem ostentar o título passou a ser de três (Decisão n.º 445/2014/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho).

Foi ainda acrescentado na mesma Decisão (Decisão n.º 445/2014/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho) que, como as avaliações pela Comissão Europeia das anteriores CEC, que se basearam em dados recolhidos a nível local, não tinham podido fornecer dados primários sobre o impacte da organização do evento, deveriam ser as próprias cidades os principais intervenientes no processo de avaliação. Por outro lado, foi reconhecido que se tem revelado justo e transparente o processo de seleção das Capitais Europeias da Cultura. Este, decorre em duas fases, usando uma lista cronológica de Estados-Membros, e é levado a cabo por um júri de peritos independentes.

Foi ainda decidido (Decisão n.º 445/2014/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho) que se manterá a atribuição do prémio Melina Mercouri, estabelecido em 2006, que adquiriu um valor simbólico que vai muito para além do montante efetivo atribuído à cidade que acolhe a CEC pela Comissão. Não obstante, disse-se que passarão a ser mais rigorosas e explícitas as condições de pagamento do prémio pecuniário.

Portugal terá que selecionar, juntamente com a Letónia, uma nova cidade para ser CEC em 2027. Tendo presente o que foi antes dito em matéria de objetivos e procedimentos de seleção, a cidade a escolher deverá enunciar objetivos mais rigorosos e explícitos do que aqueles que estiveram subjacentes à candidatura de Guimarães para acolher o evento de 2012. Será escolhida uma cidade média, visto as duas principais cidades portuguesas já terem tido a sua oportunidade? Ou haverá repetição de alguma delas?

Apostar numa cidade que seja obrigada a incrementar a sua vida cultural e a criar condições para que fique um legado duradouro que beneficie a sua comunidade será o desejável. Ganhará também com isso este projeto Europeu que, conforme vimos, tem já uma história razoavelmente longa e resultados meritórios para mostrar. A dimensão europeia, a sustentabilidade dos equipamentos a construir/reabilitar e do projeto cultural que seja definido, assim como a mobilização dos residentes em torno da candidatura e dos seus propósitos, serão requisitos que terão que ser tomados em consideração aquando da ponderação da candidatura a formalizar.

2. A CEC COMO UM MEGAEVENTO CULTURAL

Concordamos com Horne (2007) quando menciona que os megaeventos são uma parte significativa da experiência de modernidade, mas que não devem ser encarados como uma panaceia para os problemas económicos e sociais de um território.

Nas últimas três décadas, os megaeventos alcançaram uma dimensão que os converteram em iniciativas empresariais transformadoras de cidades, regiões e, às vezes, de países (Müller, 2015b). Os megaeventos inserem-se no campo de estudo intitulado estudos de eventos (na expressão inglesa, *event studies*). Uma dimensão associada é a da gestão de eventos (*event management*). Trata-se de uma área interdisciplinar de estudo que tem recolhido crescente interesse entre os investigadores, nomeadamente, os das ciências sociais. Um resultado a salientar deste movimento, isto é, desta política de organização de megaeventos que foi acontecendo nas décadas mais recentes, é o contributo muito significativo que tem dado para o desenvolvimento do turismo (Getz e Page, 2016).

Constituem uma das novas formas da gestão dos espaços urbanos, que inicialmente eram esporádicas e que se tornaram regulares, tratando-se de uma estratégia que várias cidades têm abraçado. Em Itália, Turim é uma delas, tendo, desde os anos de 1990, iniciado, de forma sistemática, a competição para a realização de megaeventos, pensados como elementos desencadeadores de projetos de desenvolvimento da cidade (Steffani, 2011). A organização de megaeventos conseguiu ganhar quer a atenção massificada dos *mass media* quer de recursos económicos (capitais financeiros) que podem ser utilizados para ativar o desenvolvimento urbano.

Na realidade, os eventos podem assumir-se como elementos-chave quer para o território de origem (motivando a atividade turística) quer para o território de destino (porque contribuem para o desenvolvimento e para as estratégias de promoção de grande parte dos destinos) (Getz e Page, 2016).

Esta nova postura fez com que algumas das características tradicionais dos megaeventos se perdessem, tais como serem efémeros e ocasionais. Ao invés disso, tornaram-se numa das práticas urbanas regulares (Steffani, 2011). Esta nova postura ocorreu a partir dos anos 90 do século XX, o que fez com esses anos fossem um ponto de viragem na compreensão da cidade contemporânea europeia e na forma da renovar. Depois de um período de crise, nos anos de 1990, nos termos de Steffani (2011), as cidades ganharam uma nova centralidade e assumiram-se como protagonistas da contemporaneidade.

A globalização em termos económicos e culturais fez aumentar a competição entre as cidades e transformou-as em bens de consumo para serem comercializados como marcas que precisam de ser difundidas (Steffani, 2011). Daí nasceu a oportunidade para (a necessidade de) as cidades repensarem a sua imagem, isto é, a imagem que queriam transmitir ao mundo, cada vez mais globalizado.

Uma das vertentes mais destacada desse processo é a competição entre destinos turísticos, que se tornou cada vez mais feroz devido ao crescente número de cidades que tentam atrair visitantes internacionais (Yankholmes e Akyeampong, 2010; Remoaldo, Cadima Ribeiro, Vareiro e Freitas Santos, 2014; Getz e Page, 2016). Os megaeventos e outros espetáculos urbanos foram uma das formas encontradas para dar resposta à elevada concorrência interurbana e, como assinalado, uma forma tangível de repensar a imagem de cada cidade.

Este novo cenário conduziu a que muitos decisores municipais tenham escolhido o turismo urbano, mediado pela organização de certo tipo de grandes eventos, como um instrumento fundamental para iniciar a regeneração urbana, passando assim do Fordismo para o pós-Fordismo e de uma sociedade baseada na produção para uma sociedade baseada no consumo cultural (Judd e Fainstein, 1999, citados por Steffani, 2011). Este cenário tornou-se claro no setor do turismo, onde se assistiu à evolução do modelo turístico baseado no turismo de massas (oferta da sociedade Fordista e industrial) para uma nova panóplia de formas de viagem (*e.g.*, *city-breaks*, *touring* cultural, turismo urbano), que são expressões tidas com sendo próprias da pós-modernidade.

Anote-se, a propósito, que não existe consenso sobre o que é um megaevento (Müller, 2015a), isto é, em matéria de semântica, recorre-se a vários termos para classificar os eventos consoante a sua magnitude e impactes. Este (megaevento) é um conceito que se discute desde os anos de 1980, tendo merecido a atenção, especialmente, da Economia, da Sociologia e da Ciência Política (na vertente do Planea-

mento Urbano). Estes domínios de investigação interessaram-se pelo contributo dos megaeventos para a modernização urbana e o desenvolvimento regional (Steffani, 2011). Mais tarde, os Estudos Urbanos e os Estudos Culturais também vieram dar atenção ao assunto. Um domínio científico, em particular, a Geografia tem-se preocupado há largos anos com os festivais e alguns tipos de megaeventos e seus impactes, sendo Donald Getz (1991, 2008, 2012) um dos expoentes máximos da investigação feita, à escala internacional, sobre essa matéria.

Apesar da discussão, continua a existir uma forma quase intuitiva de definir megaevento. É nítido que se trata de um evento com uma certa duração (alargada), que encerra um início planeado e um fim bem definido, e o seu legado, quer seja de cariz material ou imaterial, pode ser importante. Secundando Hiller (1999), estamos perante um evento especial, que acontece uma vez e que tem um elevado perfil não apenas a nível de participação de pessoas, nacional e internacional, mas também elevada visibilidade (difusão) nos *mass media* na expressão também dentro e fora de fronteiras nacionais. Tendo presente o último aspeto referido, parece-nos que a vontade de difundir o evento em grande escala (que pode não surtir os efeitos desejados em termos de visitantes) pode mesmo ser um indicador chave quando se necessita de categorizar um certo evento.

Parece estar para além de qualquer controvérsia que os Jogos Olímpicos e o Campeonato do Mundo de Futebol, entre outros, devem ser classificados como megaeventos, mas quando consideramos eventos como uma Expo, ou uma Capital Europeia da Cultura, será que os podemos considerar megaeventos?

Roche (1994, 2000) e Hiller (1999) entendem que um megaevento, que pode ser de cariz cultural, desportivo, técnico-científico ou comercial, é um evento de larga escala, de curta duração (no sentido de ter uma duração de menos de um ano), realizado principalmente em espaços urbanos. Acrescenta-se que pressupõe legados a longo prazo para as cidades que os acolhem, nomeadamente em termos de atração de visitantes e de investimento direto estrangeiro.

Outros autores têm colocado a ênfase na larga escala do evento (Ritchie, 1984; Bramwell, 1997; Hall, 1997; Jago e Shaw, 1998; Greene, 2003; Essex e Chalkey, 2004; Roberts, 2004; Busa, 2010; Varrel e Kennedy, 2011; Barghchi, Omar e Asman, 2012; Liu, 2012; Sadd e Jones, 2009), ou no seu carácter dramático, poder de captação de participantes e relevante importância internacional (Jago e Shaw, 1998; Roche, 2000; Varrel e Kennedy, 2011; Liu, 2012).

Horne (2007) recorda que duas características centrais fazem parte da definição de um megaevento: tem consequências significativas para a região ou o país anfitrião; e tem cobertura significativa pelos *mass media*. Sendo assim e na perspetiva deste autor, um megaevento pouco mediatizado seria um contrassenso (Horne, 2007).

É necessário mobilizar muitos recursos (humanos e financeiros) para a realização de um megaevento. Independentemente do tipo de recursos, acolher um megaevento tem impactes a longo prazo sobre as comunidades de acolhimento (Ritchie, 1984; Roche, 1994; Roche, 2000; Ritchie, Shipway e Cleeve, 2009, Gursoy, Chi, Ai e Chen, 2011; Liu, 2012).

Mills e Rosentraub (2013) enfatizaram, igualmente, os grandes níveis de participação e de cobertura pelos meios de informação de massas que um megaevento produz. Para além disso, estes eventos exigem investimentos públicos em infraestruturas gerais e equipamentos, nalguns casos, bastante avultados.

A grande visibilidade externa é, no entanto, uma das oportunidades que mais poderá contribuir para a realização de um megaevento. Esta oportunidade cria outra que é a de a cidade poder ser promovida como um local atrativo, acolhedor e interessante para ser visitado (Deccio e Baloglu, 2002; Kim, Gursoy e Lee, 2006; Strauf e Schere, 2010).

Ainda que a implementação de um megaevento seja limitada no tempo, a sua preparação prolonga-se por vários anos. Os seus impactes vão também durar vários anos, impactes que se traduzem em custos ou benefícios diretos, indiretos e induzidos, incluindo o turismo (Santos, 2002).

Numa síntese que fez, Góis (2014) relaciona os megaeventos com as seguintes características: serem eventos esporádicos, de grande escala, e de duração inferior ou igual a um ano; terem cariz internacional em termos de cobertura mediática e de número de participantes; requererem o envolvimento de uma quantidade significativa de recursos humanos, financeiros, comunicacionais, culturais, comerciais e criativos; serem financiados por entidades públicas e privadas; e terem a sua programação preparada com bastante antecedência. Não obstante, refere (Góis, 2014) que é muito difícil definir um número mínimo de participantes, sendo raros os autores que fazem menção a um valor mínimo de participantes.

Mais recentemente, Müller (2015a), partindo da ambiguidade do conceito de megaevento e falta de consenso sobre ele, apesar dos inúmeros estudos realizados, avançou com a sua própria definição. Em concreto, propõe quatro dimensões para categorizar os megaeventos: a atração de visitantes; o alcance mediático; os custos; e os impactes transformadores. Considera os megaeventos como correspondendo a eventos ambulatorios com uma duração fixa e que atraem um elevado número de visitantes, têm um grande alcance mediático, implicam elevados custos e têm grandes impactes no ambiente construído e na população.

Hiller (1999), e Rose e Spiegel (2011) têm uma perspetiva mais ampla, incluindo na sua definição de megaevento Expos, convenções ou festivais. Outros, nem mesmo os Jogos Olímpicos de Inverno os consideram como um megaevento. Em vez disso, falam de *second-order event* (e.g., Horne, 2007). Steffani (2011), por sua vez, clas-

sifica as Capitais Europeias da Cultura como megaeventos e, até, as Capitais Mundiais do *Design* (*World Design Capital*) e outros Congressos mundiais (e.g., UIA XXIII Congresso Mundial da Arquitetura).

Usando uma tipologia tripartida (giga-evento, megaevento e grande evento), na perspectiva de Müller (2015a), apenas os Jogos Olímpicos de Verão são considerados um giga-evento. Os Campeonatos do Mundo e Europeus de Futebol, a Expo e os Jogos Asiáticos são considerados megaeventos. A Capital Europeia da Cultura é considerada um grande evento, perdendo, sobretudo no alcance mediático e nos custos, ainda que o exemplo considerado (Liverpool 2008) possa ser um pouco restritivo e não representativo das dezenas de Capitais que já ostentaram este título.

Os megaeventos culturais têm vindo a desempenhar um importante papel no desenvolvimento de cidades e de regiões. Os eventos deste tipo incluem música, dança, gastronomia, compras, arte e outras atividades culturais, que podem, na perspectiva dos residentes, visitantes, investidores e outros *stakeholders* melhorar a imagem da cidade e a sua reputação (Getz, 2008).

Um megaevento cultural, como uma Capital Europeia da Cultura (CEC), é composto por um conjunto de eventos culturais de pequena e média dimensão que ocorrem ao longo de um ano, na cidade que a acolhe. A quantidade e a diversidade desses eventos são significativas o suficiente para atrair residentes e visitantes que possuem uma grande variedade de gostos e interesses culturais. Se for gerido de forma eficiente, este tipo de evento pode ajudar a mudar a imagem da cidade (Gursoy, Chi, Ai e Chen, 2011; Agha e Taks, 2015). Conforme referido a propósito de Glasgow, isso também pode decorrer do acolhimento de uma CEC.

Na presente obra aplicaremos o conceito de megaevento à Capital Europeia da Cultura, porque abrange uma série de eventos culturais que acontecem durante um ano numa cidade europeia, porque pressupõe uma planificação que se estende por vários anos, porque visa atingir um público vasto e dar uma visibilidade grande à escala internacional à cidade organizadora, porque mobiliza recursos humanos e financeiros importantes, públicos e privados. Estas intenções podem não ter a concretização/sucesso ambicionado, isto é, nuns casos conseguiu-lo-ão (conseguiram-no), noutros tê-lo-ão conseguido (consegui-lo-ão) em muito menor medida.

Sendo a dimensão dos orçamentos uma medida relativa, tratando-se de megaeventos estão sempre em causa elevados orçamentos e significativos impactes: culturais; sociais; e económicos (Dolles e Soderman, 2008; Kim, Gursoy e Lee, 2006). Os impactes também podem ser de natureza psicológica e política (Agha e Taks, 2015) e de natureza urbanística e podem fazer-se sentir durante vários (muitos) anos.

Importa recordar que Portugal tem acolhido desde 1994 alguns megaeventos de cariz desportivo e cultural, ainda que não tenham sido em elevado número. A CEC de 1994 (Lisboa), a Expo 1998 (Lisboa), a fase final do Campeonato Europeu de

Futebol de 2004 (com jogos em diversas cidades do país), a Capital Europeia da Juventude de 2012 (Braga), e as CEC do Porto (2001) e de Guimarães (2012), são, no entanto, a prova de que Portugal tem vindo a aderir de forma mais sustentada a este tipo de iniciativas nos últimos anos.

3. PRINCIPAIS IMPACTES DE UMA CEC

Os primeiros estudos sobre megaeventos referem-se ao século XIX e focavam-se na evolução histórica das Grandes Exposições Universais, detendo a História um papel determinante como a área científica que se debruçou sobre a origem e evolução deste tipo de megaeventos (Steffani, 2011). Getz e Page (2016) também partilham da opinião que os estudos sobre eventos se iniciaram no século XIX, mas ressaltam, por um lado, que a promoção de eventos ocorreu inicialmente nos E.U.A. e, por outro, que só muito depois a análise tomou por objeto o contributo dos eventos para o desenvolvimento da atividade turística.

Em anos mais recentes, foram publicados múltiplos estudos sobre megaeventos originários da Economia e de outras áreas do conhecimento, para além dos de História. Um exemplo é um estudo sobre a análise dos impactes sociológicos (Hiller, 1999; Richards e Wilson, 2004; Fourie e Santana-Gallego, 2010; Steffani, 2011). Os geógrafos também têm vindo a produzir este tipo de estudos. Como já referimos, Getz (2008, 2012) tem sido um dos principais autores a debruçar-se sobre esta temática nos últimos vinte e seis anos. Ressalte-se ainda um dos seus mais recentes contributos, assinado juntamente com Page (Getz e Page, 2016).

Na realidade, somente a partir da década de 1980 foram publicados estudos sobre os impactes económicos dos Jogos Olímpicos e megaeventos desportivos realizados (Hiller, 1999; Fourie e Santana-Gallego, 2010). Getz e Page (2016) recordam que o termo *event tourism* (turismo de eventos) não era antes de 1987 amplamente usado, sendo o estudo de Getz (1989), citado por Getz e Page (2016), que marcou o início do reconhecimento do termo. Este passou a relacionar-se com qualquer tipo de evento planeado, prosseguindo uma abordagem integrada, direcionada para o desenvolvimento e o marketing.

Na realidade, a importância de um megaevento tende a ser medida prioritariamente pelos seus impactes económicos na cidade ou na região que o acolhe (Hiller, 1999). Uma das primeiras diligências visíveis é a impressão positiva que se tenta causar, no período *ex-ante*, nos residentes dos locais que acolherão o megaevento. Nessa ocasião, os residentes tendem a ser «sufocados» com projeções impressionantes em termos orçamentais, e informações referentes a possíveis gastos dos visitantes, taxas de ocupação dos equipamentos hoteleiros e criação de emprego (Hiller, 1999).

Importa ressaltar que se tende a dar privilégio aos impactes económicos e se usa o turismo (quer antes do evento, quer depois do evento) como indicador dos impactes centrais do megaevento. Esta postura não será descabida, quer dizer, centrar a atenção nos impactes do turismo, visto que, quando se planifica um megaevento e este está circunscrito no tempo, há necessidade de criar infraestruturas e equipamentos suficientes para acolher um número presumivelmente elevado de visitantes.

Uma das principais questões que se podem levantar, tal qual foi colocada há já algum tempo por Mules e McDonald (1994) e Kang e Perdue (1994), e partilhada por Hiller (1999), é se um evento que está circunscrito no tempo terá um efeito relevante no futuro em termos do turismo urbano, e para além do evento em si, que permita a expansão de infraestruturas turísticas?! Parece claro que se o número de infraestruturas construídas para o megaevento for em número razoável e de qualidade, podem elas próprias tornar-se atrações turísticas e alimentar o turismo urbano futuro.

Como foi dito, os impactes económicos têm sido os mais abordados. Isso ter-se-á devido às razões que já esboçámos e, porventura, também porque talvez tenha havido menos sensibilidade para outro tipo de impactes que os megaeventos trazem, igualmente. No caso das Capitais Europeias da Cultura, apenas após 2006, como resultado da obrigatoriedade instituída (com a Decisão n.º 1622/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho), uma avaliação mais completa dos impactes das CEC passou a ser implementada. É verdade que os impactes socioculturais são menos tangíveis dos que os impactes económicos e, por isso, mais dificilmente mensuráveis ou de traduzir numa linguagem acessível (Langen e Garcia, 2009).

Recentemente, Mair e Whitford (2013) salientaram que a maioria dos estudos realizados na última metade do século XX se centraram nos impactes económicos e nas avaliações dos eventos. Também reconheceram que foi nos anos de 1980 que se realizaram os primeiros estudos sobre impactes económicos de eventos, destacando-se Gartner e Holecek (1983), Lynch e Jensen (1984) e Ritchie (1984). Nesse período, os impactes socioculturais, ou seja, a componente humana dos eventos, foi muito pouco estudada.

Os estudos de DaMatta (1984), Falassi (1987) e Hall (1992) são recordados por Mair e Whitford (2013) como sendo os primeiros a serem realizados sobre os impactes socioculturais, e acentuam o facto de os impactes ambientais terem começado a ser analisados mais tarde, já na viragem do século XX. May (1995), Fabricius e Goodwin (2002), Harris e Huyskens (2002) são mencionados por Mair e Whitford (2013) como os primeiros a centrarem-se nos impactes ambientais dos eventos.

Segundo Mair e Whitford (2013), dando notícia de um levantamento que fizeram sobre a matéria, os impactes socioculturais e para a comunidade deverão ser

os mais abordados em pesquisas futuras. Seguem-se os impactes ambientais e os temas de sustentabilidade, assim como a dimensão política dos eventos.

A propósito de impactes, diga-se que persiste alguma discussão sobre a sistematização dos impactes sociais e culturais. Se alguns autores os tomam de forma separada outros há que dividem os impactes sociais em socioeconómicos e em socioculturais (Rátz e Puczko, 2002), devido à dificuldade em separá-los. Argumenta-se nesse sentido que parte deles envolve, simultaneamente, a vertente económica e sociocultural (Remoaldo, Duque e Cadima Ribeiro, 2015).

No presente texto optámos por ligar os impactes de cariz social e cultural, apelidando-os de socioculturais, devido à sua proximidade em termos de características e devido ao seu significado para as comunidades recetoras de megaeventos e outro tipo de acontecimentos culturais.

Os eventos de cariz cultural (onde se insere uma Capital Europeia da Cultura) não têm merecido tanta atenção como os de cariz desportivo, apesar dos esforços de vários autores, tais como Ritchie (1984), Getz (1991), Hall (1992), Gursoy e Kendall (2006) e Langen e Garcia (2009), recordados por Remoaldo, Duque e Cadima Ribeiro (2015).

Ainda falando de impactes, acrescente-se que parte dos estudos realizados à escala internacional não faz a separação entre os efeitos positivos e negativos, centrando-se na sua natureza e salientando, sobretudo, os de natureza positiva.

Dentro dos impactes positivos de natureza económica, os mais destacados têm sido o aumento das oportunidades de emprego (Nunkoo e So, 2015), o aumento das receitas de turismo, e o incremento do rendimento gerado na comunidade de acolhimento. Em maior ou menor medida, estes efeitos tendem a sentir-se antes, durante e depois da organização do megaevento (Ritchie, Shipway e Cleeve, 2009).

Também é comum o destaque do declínio na taxa de desemprego e o investimento em vários tipos de equipamentos e infraestruturas (Matheson, 2004, 2006), bem como a oportunidade para difundir e promover produtos e serviços na cidade e no país que recebe o megaevento, assim como a elevação da qualidade de vida dos residentes (Remoaldo, Duque e Cadima Ribeiro, 2015). No que respeita a este último tipo de impacte, ele deve também ser considerado como um relevante impacte sociocultural.

No Quadro 2, apresentado de seguida, e para os três tipos habitualmente retidos, foram vertidos os principais impactes, quer positivos quer negativos.

Quadro 2 – Principais impactes económicos, socioculturais e ambientais da atividade turística e o seu carácter positivo e negativo

Impactes Económicos	
Positivos	Negativos
Aumento do investimento (<i>e.g.</i> , em infraestruturas, equipamentos)	Elevação dos preços de bens e serviços
Aumento de receitas	Aumento da carestia de vida
Mais criação de emprego	
Oportunidade para difusão/promoção de produtos e serviços	
Aumento de rendimentos	
Melhoria da qualidade de vida	
Desenvolvimento de pequenos negócios e de oportunidades de investimento	
Diversificação da economia local	
Impactes Socioculturais	
Positivos	Negativos
Preservação de recursos endógenos, de tradições e da cultura local	Mudança de hábitos dos residentes (mimetização)
Melhoria da qualidade de vida	Conflitos entre residentes e visitantes
Maior orgulho e autoestima da comunidade recetora	Aumento da delinquência e do crime
Contributo para a identidade local, regional e nacional	Aumento da corrupção
Intercâmbio cultural – aumento dos níveis de interação social e cultural	Congestionamento e sobrelotação de espaços e equipamentos
Oportunidade para conhecer novas culturas e diferentes pessoas e fazer coisas interessantes	
Impactes Ambientais	
Positivos	Negativos
Criação de áreas protegidas	Alteração da paisagem e degradação do ambiente natural e construído
Preservação do património construído	Aumento do congestionamento de tráfego, conduzindo a problemas de estacionamento
Aumento da proteção de espaços públicos conduzindo ao aumento da segurança pública	Aumento da poluição sonora, visual e atmosférica
	Aumento da produção de resíduos
	Diminuição da qualidade da água
	Aumento do tráfego por ar e por terra

Fonte: Adaptado de Remoaldo, Duque e Cadima Ribeiro, 2015.

Pese os múltiplos benefícios potenciais, conforme se anota no Quadro 2, não se podem esquecer os impactes negativos, incluindo o aumento de preços de bens e serviços que muitas vezes se faz sentir e que não cessa necessariamente com o fim do megaevento (Matheson, 2004, 2006).

No que diz respeito aos impactes ambientais negativos, alguns são frequentemente mencionados, tais como as emissões de gases (principalmente de CO₂, CO e NO₂), resultantes de sistemas de refrigeração (ar condicionado) de estabelecimentos de restauração e de alojamento. Nesse contexto, as atrações turísticas também devem ser consideradas já que algumas formas de entretenimento, tais como *night clubs*, podem também contribuir para um aumento dos níveis de ruído, nomeadamente (Remoaldo, Duque e Cadima Ribeiro 2015). Por seu turno, a degradação do ambiente natural e do ambiente construído podem incluir a destruição da vegetação por pedestres e a danificação de edifícios, destacando-se os *graffiti*.

É evidente que uma CEC tem consequências para o futuro da cidade que a acolhe (Roche, 1994; Kim, Gursoy e Lee, 2006; Veal, Toohey e Frawley, 2012). Tal acontece porque a cidade tende a atrair investimentos nacionais e estrangeiros, tende a manter as atividades económicas existentes e a atrair visitantes e compradores (Mills e Rosentraub, 2013).

Elevados preços das habitações, de bens e de serviços locais afetam, direta e indiretamente, os residentes, podendo ser, deste modo, mal avaliados pelos residentes (Müller, 2011). Mas não podemos olvidar que o aumento de visitantes e o montante que despendem contribui para a dinamização da economia local e pode ajudar a criar novos empregos no destino.

Matias, Neto e Nijkamp (2007) defendem que os impactes não devem ser analisados de forma individualizada e que se devem confrontar os impactes económicos com os socioculturais e com os ambientais. Só desta forma se poderá obter uma melhor compreensão do fenómeno turístico.

Concluindo, há várias formas de se abordarem os impactes dos megaeventos (Hiller, 1998; Matheson e Baade, 2003, citados por Góis, 2014) sobressaindo aqui as que adotam uma abordagem transversal (que inclui os três tipos principais de impactes considerados antes nesta obra, e também os urbanísticos); e as de cariz longitudinal, que se debruçam sobre os impactes nos períodos pré, durante e pós-megaevento.

Na presente obra e em capítulos subsequentes será ensaiada, sobretudo, uma abordagem longitudinal, que é menos corrente (Ritchie, Shipway e Cleve, 2009; Gursoy, Chi, Ai e Chen, 2011).

A abordagem longitudinal (cobrindo, pelo menos, o período *ex-ante* e *ex-post*) foi muito poucas vezes realizada nas 45 Capitais Europeias da Cultura ocorridas antes de 2012, tendo os períodos *during* e *ex-post* sido os mais investigados.

4. NOTAS CONCLUSIVAS

O capítulo que agora se finaliza almejou ser uma introdução ao tema que selecionámos para a presente obra, *i.e.*, a Capital Europeia da Cultura que Guimarães abraçou em 2012.

Genericamente, este megaevento de cariz cultural sofreu algumas mutações ao longo do tempo, nomeadamente em termos da sua finalidade e dos *stakeholders* que deve envolver. Fruto do mais recente enquadramento regulamentar e, também, da evolução das experiências vividas, tem vindo a assumir-se como mais do que um evento político e mediático, tendo tendido para evoluir para um evento mais participativo, onde o cidadão comum é chamado a ser um ativo interveniente.

Mesmo que tenhamos analisado um número significativo de autores no que diz respeito ao conceito de megaevento, e que tenham decorrido trinta e um anos desde o momento em que começaram a generalizar-se as investigações sobre megaeventos, continua a não existir um consenso relativamente às circunstâncias em que se deve empregar este conceito. Na presente obra, optou-se por classificar as Capitais Europeias da Cultura como megaeventos culturais, atendendo, sobretudo, à sua capacidade para atrair visitantes, grande escala, duração alargada no tempo e uma cobertura mediática significativa, e requererem um volume significativo de recursos, humanos, financeiros, comunicacionais, culturais, comerciais e criativos.

Vários tipos de impactes podem ser potenciados pelos megaeventos e, felizmente, cada vez mais se tem dado mais atenção aos de cariz sociocultural e ambiental. São, sobretudo, as populações que recebem este tipo de eventos que poderão beneficiar da atenção que possa ser dada a este tipo de impactes em expressão do esforço que, decorrente daí, possa ser feito para ultrapassar e/ou minorar os de natureza negativa. Há que, cada vez mais, dar voz às populações e fazer fluir processos de decisão e gestão colaborativa (*collaborative decision making*), em detrimento de modelos passados, muito usados, de decisão política alheada do sentir das populações (*hallmark decision making*). Tratando-se de eventos de cariz cultural, isso mais sentido fará, já que é nas pessoas e nas suas práticas que, no essencial, se funda a dimensão cultural singular das cidades e territórios.

Havendo vários tipos de abordagem de uma Capital Europeia da Cultura, optou-se na presente obra por realizar uma abordagem de tipo longitudinal (menos comum) para o caso da Guimarães 2012 Capital Europeia da Cultura, apesar de termos consciência que seria um processo exigente e que teremos apenas capacidade do cobrir parcialmente, isto é, não se deve esperar que aqui seja feito um apanhado exaustivo do legado da CEC 2012. Neste trabalho, é a primeira vez que este tipo de abordagem é concretizada em Portugal, depois de terem decorrido três Capitais Europeias da Cultura. Além disso, oferece-se aqui um estudo académico na expressão própria do termo, nomeadamente no que se refere à isenção de leituras políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agha, N. e Taks, M. (2015), «A theoretical comparison of the economic impact of large and small events», *International Journal of Sport Finance*, 10, pp. 103-121.
- Barghchi, M., Omar, D. e Asman, M. S. (2012), *Sport Mega-event, Long-term Benefits and Urban Development in Cities: Case of Kuala Lumpur Malaysia*, khavaran Institute of Higher Education (org.), SASTech, Malaysia.
- Bramwell, B. (1997), «Strategic planning before and after a mega-event», *Tourism Management*, 18(3), pp. 167-176.
- Busa, F. (2011), «Mega-events as catalysts for urban transformation», chapter 10, *Shanghai Manual – A Guide for Sustainable Urban Development in the 21st Century*, United Nations, Bureau International des Expositions, Shanghai 2010 World Exposition Executive Committee, 36 p.
- Deccio, C. e Baloglu, S. (2002), «Nonhost community resident reactions to the 2002 Winter Olympics: the spillover impacts», *Journal of Travel Research*, 41(1), pp. 46-56.
- Dolles, H. e Söderman, S. (2008), «Mega-Sporting Events in Asia – Impacts on Society, Business and Management: An Introduction», *Asian Business & Management*, 7, pp. 147-162.
- ECORYS (2011), *Ex-post evaluation of 2010 European Capitals of Culture*, Final Report for the European Commission DG Education and Culture, Birmingham.
- ECORYS (2013), *Ex-post Evaluation of 2012 European Capitals of Culture*, Final Report for the European Commission DG Education and Culture, Birmingham.
- ECOTEC (2009), *Ex-post evaluation of 2007 & 2008 European Capitals of Culture*, Final Report, ECOTEC, Birmingham.
- Essex, S. e Chalkey, B. (2004), «Mega-events as a strategy for urban regeneration», *Dialoghi Internazionali – Città nel Mondo*, 5, pp. 18-29.
- European Commission (2009a), *European Capitals of Culture: the road to success. From 1985 to 2010*, Luxemburgo.
- European Commission (2009b), *Ex Post evaluation of the European Capital of Culture event 2007 (Luxembourg and Sibiu) and 2008 (Liverpool and Stavanger)*, Report from the Council, the European Parliament and the Committee of the Regions, 689 final, COM, Bruxelas.
- European Commission (2010), *Ex Post evaluation of the 2009 European Capital of Culture event (Linz and Vilnius)*, Report from the Commission to the European Parliament, the Council and the Committee of the Regions, COM(2010) 762 final, COM, Bruxelas.
- Fourie, J. e Santana-Gallego, M. (2011), «The impact of mega-events on tourist arrivals», *Tourism Management*, 32(6), pp. 1364-1370.
- Fredline, E. (2005), «Host and guest relations and sport tourism», *Sport in Society*, 8(2), pp. 263-279.
- Fredline, E. e Faulkner, B. (2000), «Host community reactions: A cluster analysis», *Annals of Tourism Research*, 27(3), pp. 763-784.
- Freitas Santos, J., Remoaldo, P. C., Cadima Ribeiro, J. e Vareiro, L. (2011), «Potenciais impactos para Guimarães do acolhimento da Capital Europeia da Cultura 2012: uma análise baseada em experiências anteriores», *Revista Eletrônica de Turismo Cultural*, 5(1), pp. 56-72.
- Getz, D. (1991), *Festivals, special events, and tourism*, Van Nostrand Reinhold, Nova Iorque.
- Getz, D. (2008), «Event tourism: definition, evolution, and research», *Tourism Management*, 29(3), pp. 403-428.
- Getz, D. (2012), «Event studies: discourses and future directions», *Event Management*, 16(2), pp. 171-187.
- Getz, D. e Page, S. J. (2016), «Progress and prospects for event tourism research», *Tourism Management*, 52, pp. 593-631.

- Góis, M. (2014), *Perceção dos participantes dos impactes do megavevento Braga Capital Europeia da Juventude 2012*, Dissertação de Mestrado em Geografia, Área de Especialização em Planeamento e Gestão do Território da Universidade do Minho, Guimarães.
- Greene, S. J. (2003), «Staged Cities: Mega-events, Slum Clearance, and Global Capital», *Yale Human Rights & Development Journal*, 6(1), pp. 161-187.
- Gursoy, D., Chi, C. G., Ai, J. e Chen, B. T. (2011), «Temporal Change in Resident Perceptions of a Mega-event: The Beijing 2008 Olympic Games», *Tourism Geographies*, 13(2), pp. 299-324.
- Gursoy, D. e Kendall, K. (2006), «Hosting mega events – Modeling locals' support», *Annals of Tourism Research*, 33(3), pp. 603-623.
- Hall, C. (1989), «Hallmark tourist events: analysis, definition, methodology and review», *The Planning and Evaluation of Hallmark Events*, G. Syme, B. Shaw, D. Fenton e W. Mueller (Eds.), pp. 3-40, Avebury, Sydney.
- Hall, C. M. (1992), *Hallmark tourist events: impacts, management and planning*, Belhaven Press, Londres.
- Hall, C. M. (1997), «Mega-events and their legacies», *Quality Management in Urban Tourism*, P. E. Murphy (Ed.), John Wiley & Sons, Chichester, pp. 75-87.
- Haxton, P. (1999), «Community involvement and the Olympic Games: A review of related research», *7th International Post Graduate Seminar on Olympic Studies*, pp. 143-164, Atenas.
- Hiller, H. H. (1999), «Toward an urban sociology of mega-events», *Constructions of Urban Space (Research in Urban Sociology)*, R. Hutchison (Ed.), Emerald Group Publishing, UK, Vol. 5, pp. 181-205.
- Horne, J. (2007), «The four «knowns» of sports mega-events», *Leisure Studies*, 26(1), pp. 81-96.
- Jago, L. K. e Shaw, R. N. (1998), «Special events: a conceptual and definitional framework», *Festival Management and Event Tourism*, 5(1), pp. 21-32.
- Kim, S. e Petrick, J. (2005), «Residents' perceptions on impacts of the FIFA2002 World Cup: the case of Seoul as a host city», *Tourism Management*, 26(1), pp. 25-38.
- Kim, H., Gursoy, D. e Lee, S. (2006), «The impact of the 2002 World Cup on South Korea: comparisons of pre- and post-games», *Tourism Management*, 27, pp. 86-96.
- Langen, F. (2008), *Evaluation: Scotland's Year of Highland Culture*, Centre for Cultural Policy Research, University of Glasgow, Glasgow.
- Langen, F. e Garcia, B. (2009), *Measuring the impacts of large scale cultural events: a literature review*, Impacts 08 European Capital of Culture Research Programme, University of Liverpool, Liverpool.
- LGR (Luxembourg and Greater Region) [2008], *ECOC 2007: Final Report*, ECOC 2007.
- Liu, J. C. Y. (2012), «The strategy of city cultural governance: 2009 Kaohsiung world games and globalized city cultural images», *Journal of Leisure Studies*, 10(1), pp. 47-71.
- Mair, J. e Whitford, M. (2013), «An exploration of events research: event topics, themes and emerging trends», *International Journal of Event and Festival Management*, 4(1), pp. 6-30.
- Matheson, V. A. (2004), *Economic Multipliers and Mega-Event Analysis*, Economics Department, Working Papers, Paper 104, College of the Holy Cross, Worcester, Massachusetts.
- Matheson, V. A. (2006), *Mega-Events: The effect of the world's biggest sporting events on local, regional, and national economies*, Economics Department Working Papers, Paper 68, College of the Holy Cross, Worcester, Massachusetts.
- Matias, A., Neto, P. e Nijkamp, P. (2007), «Trends in Tourism Research: Prefatory Remarks», *Advances in Modern Tourism Research*, A. Matias, P. Neto e P. Nijkamp (Eds.), Springer, pp. 1-5.
- Mills, B. M. e Rosentraub, M. S. (2013), «Hosting mega-events: a guide to the evaluation of development effects in integrated metropolitan regions», *Tourism Management*, 34, pp. 238-246.
- Müller, M. (2011), «Popular perception of urban transformation through mega-events: under-

- standing support of the 2014 Winter Olympics in Sochi», *Environment and Planning C: Government and Policy*, 30(4), pp. 693-711.
- Müller, M. (2015a), «What makes an event a mega-event? Definitions and sizes», *Leisure Studies*, 34(6), pp. 627-642.
- Müller, M. (2015b), «The Mega-Event Syndrome: Why So Much Goes Wrong in Mega-Event Planning and What to Do About It», *Journal of the American Planning Association*, 81(1), pp. 6-17.
- Nunkoo, R. e So, K. K. F. (2015), «Residents' support for tourism: Testing alternative structural models», *Journal of Travel Research*, DOI: 10.1177/0047287515592972.
- Palmer/Rae Associates (2004), *European Cities and Capitals of Culture – Part I*, Author, Bruxelas.
- Portelinha, R. (2012), *A dimensão cultural da integração europeia – Capitais Europeias da Cultura*, Col. Compendium, Chiado Editora, Lisboa.
- Rätz, T. e Puczko, L. (2002), *The Impacts of Tourism. An Introduction*, Häme Polytechnic, Hämeenlinna.
- Remoaldo, P. C., Cadima Ribeiro, J., Vareiro, L. e Freitas Santos, J. (2014), «Tourists' perceptions of world heritage destinations: The case of Guimarães (Portugal)», *Tourism and Hospitality Research*, 14(4), pp. 206-218.
- Remoaldo, P. C., Duque, E. e Cadima Ribeiro, J. (2015), «The environmental impacts perceived by the local community from hosting the '2012 Guimarães European Capital of Culture'», *Ambiente y Desarrollo – International Journal of Development and Environment*, 19(36), pp. 29-42.
- Richards, G. (2000), «The European cultural capital event: strategic weapon in the cultural arms race?», *Cultural Policy*, 6(2), pp. 159-181.
- Richards, G. e Wilson, J. (2004), «The Impact of Cultural Events on City Image: Rotterdam, Cultural Capital of Europe 2001», *Urban Studies*, 41(10), pp. 1931-1951.
- Ritchie, B., Shipway, R. e Cleeve, B. (2009), «Resident perceptions of mega-sporting events: A non-host city perspective of the 2012 London Olympic Games», *Journal of Sport & Tourism*, 14(2), pp. 143-167.
- Ritchie, J. R. B. (1984), «Assessing the Impact of Hallmark Events: Conceptual and Research Issues», *Journal of Travel Research*, 23(1), pp. 2-11.
- Roberts, K. (2004), *The Leisure Industries*, Palgrave, Londres.
- Roche, M. (1994), «Mega-events and urban policy», *Annals of Tourism Research*, 21(1), pp. 1-19.
- Roche, M. (2000), *Mega-events and modernity*, Routledge, Londres.
- Rose, A. K. e Spiegel, M. M. (2011), «The Olympic effect», *The Economic Journal*, 121, pp. 652-677.
- Sadd, D. e Jones, I. (2009), «Long-term legacy implications for Olympic Games», *Event Management and Sustainability*, R. Raj e J. Musgrave (Eds.), Cabi International, pp. 90-98.
- Santos, M. (coord.) (2002), *Públicos do Porto 2001*, Observatório das Actividades Culturais, Lisboa.
- Sassatelli, M. (2002), «Imagined Europe: The Shaping of a European Cultural Identity through EU Cultural Policy», *European Journal of Social Theory*, 5(4), pp. 435-451.
- Sassatelli, M. (2008), «European cultural space in the European cities of culture», *European Societies*, 10(2), pp. 225-245.
- Steffani, A. (2011), «A la carte urban policies. Mega-events: from exceptionality to construction of ordinary planning practices. A look at Italy: case study of the 2006 Winter Olympic Games in Turin», *Science – Future of Lithuania*, 3(3), pp. 23-29.
- Strauf, S. e Scherer, R. (2010), The contribution of cultural infrastructure and events to regional development, *50th Congress of the European Regional Science Association*, 19 a 23 de Agosto de 2010, Jönköping.

- Turismo de Portugal (2007), *Plano Estratégico Nacional do Turismo – Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*, Turismo de Portugal, Lisboa.
- Varrel, A. e Kennedy, L. (2011), *Mega-events and megaprojects*, Policy Brief, European Commission, Bruxelas.
- Veal, A. J., Toohey, K. e Frawley, S. (2012), «The sport participation legacy of the Sydney Olympic Games and other international sporting events hosted in Australia», *Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events*, 4, pp. 155-184.
- Waitt, G. (2003), «Social impacts of the Sydney Olympics», *Annals of Tourism Research*, 30(1), pp. 194-215.
- Yankholmes, A. K. B. e Akyeampong, O. A. (2010), «Tourists' perceptions of heritage tourism development in Danish-Osu, Ghana», *International Journal of Tourism Research*, 12, pp. 603-616.

Legislação

- Decisão n.º 1419/1999/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de maio de 1999, publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, a 1.7.1999, L 166/1 a L 166/5.
- Decisão n.º 1622/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 2006, publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, a 3.11.2006, L 304/1 a L 304/5.
- Decisão n.º 445/2014/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, a 3.05.2014, L 132/1 a L 132/12.
- Resolução do Conselho de Ministros 85/C153/02, de 13 de junho de 1985, publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, a 22.6.1985.

World Wide Web

- http://ec.europa.eu/programmes/creative-europe/actions/capitals-culture_en.htm – consultado em 13/02/2015.
- <http://ecoc.poieinkaiprattein.org/european-capital-of-culture/> – consultado em 13/02/2015.

Capítulo 2

TURISMO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO: BREVE REVISÃO DA LITERATURA

Depois de termos dissecado o conceito de megaevento e de o termos associado às Capitais Europeias da Cultura, no presente capítulo apresenta-se uma breve revisão da literatura relativamente ao conceito de turismo sustentável e de turismo cultural. Tenta-se recordar o contributo potencial do turismo para a diversificação da economia dos territórios, não o encarando, no entanto, como panaceia para resolver todos os problemas que enfrentam. O capítulo preocupa-se ainda com as motivações que estão subjacentes à escolha de um destino turístico e com o perfil dos visitantes, usando, sobretudo, literatura internacional.

Constitui um capítulo que serve de alicerce para uma melhor perceção e análise da componente empírica que se segue nos restantes capítulos.

1. A BUSCA DE UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DIVERSIFICADOR DA ECONOMIA LOCAL

O turismo é uma das mais óbvias formas de globalização (McEwan, 2005; Gonçalves, Moreira e Gustavo, 2009). Por outro lado, vive-se uma nova fase do capitalismo onde se assiste a uma importância crescente dos consumos simbólicos e a uma tendência para a produção de novos ícones (Henriques, 2000).

O turismo deve ser considerado como uma atividade económica que está diretamente relacionada com a qualidade de vida das populações que afeta. Implica atores (amíde, apresentados sobre a designação, em inglês, de *stakeholders*) que vão muito para além dos prestadores e recetores de serviços turísticos, conseguindo mobilizar a globalidade de um espaço humano e geográfico.

Apesar de hoje em dia ser mais fácil precisar os limites da indústria turística, fruto em grande medida do reconhecimento que vem tendo o seu contributo para o emprego e para o rendimento de setores importantes da população, este tem beneficiado da vontade dos governos dos vários países de disponibilizar estatísticas que permitam avaliar o seu desempenho. A necessidade da sua medição tem ajudado a encontrar uma definição mais rigorosa do que são as atividades turísticas e do conceito de turismo e de turista.

As atividades de turismo incluem qualquer atividade relacionada com «o movimento temporário de curto-prazo das pessoas para destinos fora dos lugares onde habitualmente vivem e trabalham, e respetivas atividades durante as estadias nesses lugares» [*any activity concerned with the temporary short-term movement of people to destinations outside the places where they normally live and work, and their activities during their stay at these destinations*] (Tourism Society, 1979, citado por Frew e Shaw, 1999, p. 195).

Costa (2005) vai mais longe e recorda o conceito de turismo do lado da procura e do lado da oferta. No que diz respeito ao primeiro, assume que está ligado ao estudo «do movimento de pessoas para fora das suas áreas habituais de residência e por períodos superiores a vinte e quatro horas, sendo que esta movimentação acontece tendo por base um conjunto de motivações centrais e que as mais importantes e significativas são as que dizem respeito a factores sociais, culturais, patrimoniais, ambientais e económicos» (Costa, 2005: 283). Sendo assim, facilmente se pode concluir que o estudo do turismo tem que incluir o estudo dos seus impactes, em termos económicos, culturais, patrimoniais e ambientais (Mathieson e Wall, 1982, *in* Costa, 2005: 283).

No que concerne ao segundo, isto é, à aproximação ao conceito do lado da oferta, o desenvolvimento da atividade pressupõe a consideração de um conjunto de equipamentos, serviços e negócios que, direta ou indiretamente, fornecem bens e/ou serviços, e que sustentam as atividades de lazer e de recreio concretizadas pelas pessoas que se encontram fora dos seus locais de residência habitual (Costa, 2005).

Na perspetiva da Organização Mundial de Turismo (WTO, 2012), o turismo deve ser encarado como um dos principais motores do progresso socioeconómico, tanto nos países desenvolvidos como nos em vias de desenvolvimento. Apesar da evolução do turismo nos últimos anos ter sido um pouco irregular, a indústria turística nacional e internacional continua a crescer como resposta a mercados em crescimento, estimulada pelo aumento do tempo de lazer dos consumidores e o aumento da esperança de vida com saúde (<http://www2.unwto.org/en/content/who-we-are-0> – consultado em 12/03/2013).

Do que se adianta antes, pode deduzir-se que o turismo é uma atividade complexa e o produto final (que chega ao turista) deriva do trabalho de uma «numerosa rede

de setores e empresas de bens e serviços, com diferentes competências, saberes e profissões, que convergem para esse objetivo comum» (Neto, 2013, p. 136).

Em Portugal, para o Instituto Nacional de Estatística, o turismo corresponde «a actividades realizadas pelos visitantes durante as suas viagens e estadas em lugares distintos do seu ambiente habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a 12 meses, com fins de lazer, negócios ou outros motivos não relacionados com o exercício de uma actividade remunerada no local visitado» (INE, 2010, p. 134).

Nas últimas décadas, o turismo tem vindo a ser encarado como uma peça central do processo de reformulação da base económica de muitos territórios e cidades, alguns deles fortemente penalizados por processos de desindustrialização e pela globalização dos mercados. Confrontado que vinha sendo com a perda de dinamismo da sua base económica tradicional, assente nas indústrias dos têxteis, do vestuário, do calçado e da cutelaria, o turismo foi olhado também pelas autoridades do município de Guimarães como um possível motor do processo de crescimento deste território. Nesse contexto, a organização da Capital Europeia da Cultura de 2012 oferecia-se como uma oportunidade preciosa para reforçar a imagem da cidade, a nível nacional e internacional, como destino cultural.

Pese o andamento algo irregular verificado em muitos países e no quadro internacional, no seu todo, como já mencionado, o turismo continuou a expandir-se, estimulado pelo crescimento do tempo de lazer e do nível de rendimentos dos indivíduos (UNWTO, 2011), constituindo-se, por isso, numa alternativa de desenvolvimento válida.

Depois de ter surgido o conceito de desenvolvimento sustentável de forma mais estruturada em 1987 com o Relatório Brundtland, *Our Common Future* (O Nosso Futuro Comum), que assumiu que o desenvolvimento sustentável se entende como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazerem as suas próprias necessidades, foi destacado nos anos de 1990 o conceito de turismo sustentável. Este último, segundo a Organização Mundial do Turismo, deve ter em consideração os seus impactes presentes e futuros, de índole económica, social e ambiental, respondendo às necessidades dos visitantes, da indústria, do ambiente e das comunidades receptoras (UNEP e UNWTO, 2005; <http://sdt.unwto.org/content/about-us-5> – consultado em 03/04/2016).

Prosseguir um modelo de desenvolvimento turístico sustentável pressupõe que o dito modelo seja aplicado a todas as formas de turismo, e tornar o turismo mais sustentável não é apenas controlar e gerir os impactes negativos desta indústria. Uma vez que se alimenta de recursos endógenos e da singularidade dos territórios, como foi já dito, esta atividade está numa situação especialmente favorável para beneficiar muitas comunidades locais em termos económicos e sociais, e, no mesmo passo, para aumentar o alerta de todos para a preocupação com a conservação dos recur-

sos e do ambiente natural. A essa luz, o desenvolvimento económico e a proteção ambiental não devem ser consideradas como forças opostas, mas sim como aspirações que podem e devem ser mutuamente reforçadas (UNEP e UNWTO, 2005).

Seguindo o que se advoga para o conceito de desenvolvimento sustentável, o turismo sustentável também é um conceito holístico e multisectorial. Pode ser encarado de diferentes formas, sendo muitas vezes identificado com as formas de turismo «verde» ou «alternativa» ao turismo de massas (Butler, 1999). No entanto, este conceito tem sido mais utilizado em termos teóricos do que em termos empíricos, estando subjacente a dificuldade da sua aplicação (Butler, 1999) e, acrescentaríamos, também a falta de vontade política ou mesmo a dificuldade em concretizar essa vontade, quando existe.

Deste modo, prosseguir um trajeto de desenvolvimento sustentável pressupõe: fazer um uso regrado dos recursos ambientais, já que estes são um elemento fundamental no desenvolvimento do turismo, devendo manter-se os processos ecológicos e ajudando a preservar o património natural e a biodiversidade; respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades receptoras, insistindo na conservação do seu património patrimonial e dos valores tradicionais, e contribuindo para uma compreensão intercultural e tolerância; assegurar benefícios socioeconómicos a todos os *stakeholders*, e que os mesmos sejam distribuídos de forma equitativa (UNEP e UNWTO, 2005). Mas, acima de tudo, um turismo que se quer sustentável requer ainda uma gestão participada de todos os interessados, assim como uma forte governança política. Deve ainda assegurar uma participação alargada no desenho da estratégia e um alargado consenso na sua execução.

Pelos motivos referidos, o turismo sustentável deve ser um processo contínuo, requerendo constante monitorização. Não se pode olvidar que também pressupõe alcançar um elevado grau de satisfação dos visitantes e proporcionar-lhes uma experiência no destino escolhido com significado, isto é, memorável ou relevante. Isto não deve ser contraditório com a necessidade de sensibilizá-los, a eles (visitantes) também para as questões da sustentabilidade e levá-los a aderir/aceitar práticas de turismo sustentável na sua experiência no destino.

O turismo tem revelado possuir um elevado potencial para o desenvolvimento económico e social na maioria dos territórios que possamos considerar. Tem potencial, mas não é fácil desenvolvê-lo de forma sustentada (Hottola, 2009). Apresenta, também, um elevado potencial para afetar as vidas das comunidades receptoras (Kim, Uysal e Sirgy, 2012), podendo, no momento atual, criar mais emprego e rendimento do que qualquer outro sector da economia. Isto acontece devido ao seu efeito multiplicador decorrente da sua ligação a quase todas as outras indústrias da economia. Além disso, como também já foi mencionado, o turismo é uma das mais óbvias formas de globalização (McEwan, 2005), encerrando os maiores movimentos de pes-

soas, e, pelos impactes múltiplos que tem, é uma das mais importantes atividades económicas à escala mundial (Salim, Ibrahim e Hassan, 2012).

Pese o seu imenso potencial, o turismo, não é, no entanto, a última poção mágica para os males da nossa economia e sociedade mas uma atividade económica exigente que precisa ser desenvolvida e gerida de modo sistemático e profissional (Hottola, 2009). Conforme adianta o mesmo autor (Hottola, 2009), é necessário cuidado, também, e isto porque está bem documentada a capacidade do turismo de desencadear impactes negativos. Esta postura profissional pressupõe que a estratégia seja genuinamente pensada, sejam bem definidos os objetivos estratégicos do desenvolvimento da atividade, incorporando os resultados esperados a longo prazo, e seja trabalhada em conjunto e para o bem-estar das comunidades e, em relação com isso, ganhe o suporte de um amplo número de *stakeholders*.

Conforme enunciámos no Capítulo 1, quando falamos de uma Capital Europeia da Cultura estamos centrados num dos segmentos do turismo que é o turismo cultural, que é assumido por Henriques (2007), utilizando a perspetiva da Organização Mundial de Turismo (OMT), em sentido lato, como todo o movimento de pessoas que ambiciona aumentar o seu nível cultural, pressupondo aceder a novos conhecimentos e experiências.

A concorrência entre destinos turísticos tem sido feroz, uma vez que é crescente o número de cidades e regiões que procuram no turismo as bases do seu desenvolvimento. O turismo cultural é o segmento da procura que mais tem crescido nas últimas décadas e as experiências culturais constituem, nos últimos anos, uma das principais motivações para viajar (Richards e Munsters, 2010).

Os turistas procuram nos destinos ligados ao património e à cultura experiências autênticas, quando comparadas com as que lhes proporcionam os produtos tradicionais (Mar, Sol, Praia) ou com destinos massificados (Yankholmes & Akyeampong, 2010). Neste contexto, a imagem dos destinos é importante já que influencia a perceção dos lugares por parte dos visitantes e pode afetar as suas escolhas e comportamentos (Chen e Chen, 2010).

Até recentemente, poucos estudos haviam sido realizados em Portugal sobre a imagem de destino (Agapito, Mendes e Valle, 2010; Lopes, 2011), e ainda menos foram os que tomaram por objeto os destinos de natureza cultural. Tendo subjacentes estes factos, neste livro, adiante e aproveitan do investigação empírica oportunamente realizada (nomeadamente: Cadima Ribeiro, Vareiro e Remoaldo, 2012; Remoaldo, Cadima Ribeiro, Vareiro e Freitas Santos, 2014; Marques, Remoaldo, Vareiro e Cadima Ribeiro, 2015), debruçamo-nos sobre as motivações subjacentes à escolha da cidade bem como as perceções mantidas pelos turistas sobre os atributos do destino Guimarães. Pretendeu-se também identificar melhor o perfil do visitante e em que medida estes dados se alteraram com a realização em 2012 da Capital Europeia da Cultura.

A inventariação dos motivos de visita e a compreensão da percepção dos visitantes sobre este destino cultural é, obviamente, uma peça central no desenho de estratégias bem-sucedidas de promoção e de posicionamento/reposicionamento do território.

2. TURISMO ASSOCIADO AO PATRIMÓNIO E À CULTURA

A sinergia crescente do turismo e da cultura tem sido dos principais temas de abordagem do turismo e do marketing turístico nos últimos anos. Os destinos turísticos que buscam diferenciar-se dos seus cada vez mais numerosos concorrentes têm-se voltado para a cultura como um meio de distinção, e a cultura tem estado cada vez mais ligada ao turismo como um meio de gerar rendimento e emprego (Richards, 2001, citado por Richards e Wilson, 2007).

Que relação existe entre turismo e cultura? Para grande parte dos políticos e investigadores, esta ligação é mais ou menos óbvia, decorrente das relações de trabalho entre as duas áreas, mas, para outros, esta ligação não é clara, argumentando que do turismo «se esperam benefícios económicos que, muitas vezes, são incompatíveis com as políticas que se estabelecem para as áreas da cultura e do património» (Costa, 2005: 279). Em razão disso, faz sentido levantar a questão sobre se a atividade empresarial do turismo se pode articular e é compatível com a promoção dos valores culturais e patrimoniais das regiões recetoras de fluxos de visitantes. A resposta de Costa (2005: 287) é que, em «termos conceptuais, empresariais e de coordenação, mais do que compatíveis, estas duas áreas estão fortemente interligadas e o seu sucesso individual depende da relação de uma com a outra. Esta ideia é também partilhada pela OCDE (OECD, 2009).

O turismo cultural refere-se a um segmento da atividade turística que coloca ênfase no legado histórico e nas atrações culturais. É um dos segmentos do setor que, nas últimas décadas, tem experimentado maior crescimento (Ritchie e Inkari, 2006; Sharma e Dyer, 2009; Chen e Chen, 2010; Shin, 2010; Secondi, Meseguer-Santamaría, Mondéjar-Jiménez e Vargas-Vargas, 2011). De acordo com a OCDE (OECD, 2009), em 2007, o turismo cultural foi responsável por cerca de 40% de todo o turismo internacional, o que equivalia a 360 milhões de chegadas. Por sua vez, a Comissão Europeia (EICR, 2004) indicou que 60% dos turistas europeus mostram interesse pela descoberta cultural, e cerca de 30% dos destinos turísticos são escolhidos com base na existência de sítios dotados de valor histórico-patrimonial que podem ser visitados.

As mudanças ocorridas no que concerne ao tempo dedicado ao trabalho e em termos de condições de vida, bem como as expectativas cultivadas no respeitante ao acesso a férias e lazer, têm contribuído para o desenvolvimento deste segmento da atividade turística. A procura de férias mais ativas, dotadas de elementos mais

culturais, por oposição a posturas mais passivas por parte dos turistas associadas a produtos turísticos mais banais e massificados, tem vindo a cativar um crescente segmento da população que viaja (Ritchie e Inkari, 2006; Ritchie e Hudson, 2009; Yankholmes e Akyeampong, 2010). O surgimento de uma nova classe média, detentora de níveis mais elevados de instrução e de rendimentos, foi responsável pelo crescimento deste segmento do turismo (Richards, 1996).

Muitos turistas que visitam sítios com valia histórico-cultural consideram as suas experiências de visita enriquecedoras, e isto pode ser visto como um fator de diferenciação entre destinos concorrentes e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para fazer crescer o número dos que retornam ao destino turístico (isto é, que assumem uma certa lealdade para com o destino). Muitos desses visitantes mostram-se desencantados com os produtos turísticos tradicionais e destinos massificados que têm ao seu dispor. Em alternativa, procuram experiências mais autênticas, que lhes podem ser proporcionadas pelos destinos dotados de atrativos histórico-culturais (Yankholmes e Akyeampong, 2010).

De acordo com Besculides, Lee e McCormick (2002), o turismo cultural inclui visitar sítios históricos e arqueológicos, envolvimento em festas comunitárias, participação em danças e cerimónias tradicionais, ou mesmo a aquisição de artesanato. Nalguns lugares, sobretudo os mais apegados às suas tradições e valores, o património e as atrações culturais podem incluir sítios históricos e arqueológicos, museus, práticas religiosas tradicionais, artesanato, gastronomia e eventos culturais de índole diversa.

Mais recentemente, Timothy (2011), defendeu que o turismo cultural é um conceito mais moderno do que o de turismo patrimonial (*heritage tourism*). Considera que o turismo cultural se refere a pessoas que visitam e participam em culturas vivas, incluindo vários elementos contemporâneos da cultura moderna, tais como arte contemporânea ou música.

Assumimos neste livro que o turismo patrimonial deve ser encarado como um segmento alargado do turismo cultural, mas podemos também assumir, tal como Timothy (2011), que se trata de um *overlapping phenomena*, sendo muito difícil definir os limites de um e de outro.

Desde cedo que a Organização Mundial de Turismo definiu turismo cultural como o movimento de pessoas devido a motivações culturais, tal como deslocações de estudo ligadas à assistência a manifestações de artes performativas, participação em festivais e outros eventos culturais, viagens para estudar a natureza, assistir a espetáculos de folclore ou arte, e peregrinações (WTO, 1985). Para Richards (1997), o turismo cultural inclui todos os movimentos de pessoas para fora do lugar de residência habitual visando aceder a um tipo específico de atrações, tais como a elementos de legado histórico, manifestações artísticas e culturais, e às artes, em

geral. Silberberg (1995) sustenta que turismo cultural é uma forma de turismo motivada por interesses históricos, artísticos, científicos, ou por património disponibilizado por uma região. Stebbins (1996) define turismo cultural como um tipo especial de turismo baseado na procura de e na participação em novas e profundas experiências culturais, sejam estéticas, intelectuais, emocionais ou psicológicas.

Autores como Henriques (2007), Ritchie e Hudson (2009), Yankholmes e Akyeampong (2010) e Cadima Ribeiro, Vareiro e Remoaldo (2012), têm sublinhado o desejo mantido pelo visitante de estabelecer contacto com/experimentar uma nova cultura, em múltiplas formas e como experiência cultural única, o que a torna autêntica e memorável.

Nos últimos anos, as atividades criativas e o património imaterial foram acrescentados para alargar a definição de turismo cultural (OECD, 2009), e a experiência cultural tendeu a ser olhada, cada vez mais, como um processo holístico (Russo e Van der Borg, 2002). Contudo, à medida que o tempo passa e os produtos turísticos se têm diversificado, é crescentemente difícil incorporar todas as atividades oferecidas por uma comunidade, região, grupo ou instituição numa definição consolidada de turismo cultural.

Estreitando o conceito de turismo cultural, chegamos ao de turismo histórico-patrimonial ou de legado histórico, classificado por Timothy e Boyd (2006) como um dos mais importantes e difundidos tipos de turismo, o qual constitui uma das mais remotas razões para viajar. A principal motivação para visitar um lugar desta natureza são as características do seu património histórico, fundada na percepção dos turistas da sua própria identidade. Significa isto que estamos perante um fenómeno que, em grande medida, parte das motivações e percepções dos turistas ao invés dos atributos específicos do destino (Poria, Butler e Airey, 2001; Poria, Reichel e Biran, 2006; Chen e Chen, 2010).

Inclui visitar património construído (como edifícios históricos), património cultural «imaterial» (tal como festividades tradicionais) e espaços naturais (entre os quais, parques naturais). É um tipo de turismo fundado em imagens da história, traduzido numa realidade que é constituída por cenários/encenações de costumes e recriações de eventos da história passada (Goh, 2010). Tal qual enunciado por Ashworth (2003) e Graham *et al.* (2000), citados por Timothy & Boyd (2006), tem que ver com o uso feito no presente do passado, e inclui elementos tangíveis e intangíveis do panorama cultural. Segundo Timothy (2011), o turismo patrimonial está estreitamente ligado à ideia de viajantes que observam ou entram em contacto com o legado construído, a cultura vivida ou as artes contemporâneas.

Mas será que uma imagem gráfica (Figura 1) ajuda a melhor compreender o que está em jogo quando consideramos o conceito de turismo cultural e o tentamos distinguir do de turismo patrimonial e de turismo criativo?

Figura 1 – Características do turismo patrimonial, do turismo cultural e do turismo criativo

Formas de turismo	Enfoque temporal	Enfoque cultural	Forma de consumo
Turismo Patrimonial	Passado	Cultura sofisticada (Alta cultura) e cultura tradicional	Produtos
Turismo Cultural	Passado e presente	Cultura sofisticada (Alta cultura) e cultura popular	Produtos e processos
Turismo Criativo	Passado, presente e futuro	Cultura sofisticada (Alta cultura), cultura popular e cultura de massas	Experiências e transformações

Fonte: Adaptado de Richards, 2001, citado em OECD, 2009, p. 27.

Talvez seja pertinente a perspectiva de Richards, mas atualmente, para os territórios sobreviverem, há necessidade de associar o turismo cultural ao turismo patrimonial. E podemos até ligá-los ao turismo criativo, sendo esta associação cada vez mais fácil. Por estes motivos, talvez faça sentido conjugar de forma mais efetiva os vários tipos de turismo e não apresentá-los de forma tão estanque como surge na Figura 1.

Tomando a ótica da procura, a maioria da investigação realizada sobre esta problemática esteve centrada nas motivações de visita e na segmentação dos mercados (Timothy e Boyd, 2006, seguindo Poria, Butler e Airey, 2003).

No seguimento de investigação originalmente realizada sobre este tema e sobre o destino turístico Guimarães, fazendo uso dos conceitos aqui apresentados, em capítulo adiante (Capítulo 5), procurar-se-á contribuir para um melhor conhecimento das motivações de visita à cidade histórica portuguesa mencionada, e a forma como o acolhimento por aquela da Capital Europeia da Cultura alterou a perceção dos seus atributos e afetou as razões de visita dos que escolheram visitá-la. Também se pretende identificar o perfil do visitante.

3. PERCEÇÕES DOS RESIDENTES DOS IMPACTES DA ATIVIDADE TURÍSTICA

Qualquer estratégia de planeamento do turismo sustentável deve ter em consideração as perceções da comunidade visada (Nunkoo, Smith e Ramkissoon, 2013;

Nunkoo e So, 2015), tendo subjacente um planeamento participativo. De acordo com a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2011, p. 24), seguindo as decisões emanadas do Conselho da Europa, o planeamento participativo «é uma forma específica das actividades de planeamento posta em prática pelas autoridades, principalmente ao nível local, que confere ao cidadão a possibilidade de desempenhar um papel activo no processo de planeamento». Também Gursoy e Kendall (2006) fizeram notar que, em planeamento, durante muito tempo sobressaiu uma abordagem política, indicada na literatura anglo-saxónica como *Hallmark decision making*. Mais recentemente, e conforme já mencionámos no capítulo 1, uma abordagem mais democrática emergiu como alternativa, onde se procura combinar a racionalidade técnica com a democracia participativa no processo do planeamento. No entanto, em Portugal, esta abordagem democrática ainda é incipiente, nomeadamente no que diz respeito à participação dos residentes no processo em causa.

Necessitamos de recuar aos anos de 1970 para encontrar os primeiros estudos realizados à escala internacional a respeito das perceções e atitudes dos residentes sobre o turismo e seus impactes (*e.g.*, Pizam, 1978; Murphy, 1981; Ap, 1992; Brunt e Courtney, 1999; Besculides, Lee e McCormick, 2002; Kuvan e Akan, 2005; Sharma e Dyer, 2009; Kim, Uysal e Sirgy, 2012; Nunkoo e Soo, 2015). De um modo geral, ressaltam a importância dos residentes para o sucesso de um destino turístico.

Como acabou de dizer-se, são vários os autores que reconhecem a importância das perceções e atitudes dos residentes para a implementação de uma estratégia de turismo sustentável em qualquer território (*e.g.*, Jackson, 2008). Ap (1992) foi um dos primeiros autores que se preocupou com a definição de perceções, referindo-se ao significado atribuído a um objeto, enquanto as atitudes se reportam à predisposição ou ação em relação a determinados objetos mantidas continuamente pelos indivíduos.

Qualquer estratégia de planeamento sustentável deve tentar maximizar os impactes positivos da atividade turística e mitigar ou minimizar os impactes negativos sentidos pela comunidade recetora. É pertinente que este acautelar seja sentido pela comunidade, pois esta pode ser determinante no sucesso ou não sucesso de um destino turístico. Isto porque, efetivamente, as atitudes dos residentes em relação aos visitantes podem influenciar a satisfação dos visitantes e a sua vontade de retornarem ao destino (Eusébio e Carneiro, 2012). Por seu turno, a interação entre os residentes e os visitantes pode ser determinante na experiência dos visitantes nos destinos. Sendo assim, eventuais conflitos entre residentes e visitantes podem afigurar-se como sérios impactes socioculturais negativos.

Nos anos de 1980, Murphy (1981), invocado por Vareiro, Remoaldo e Cadima Ribeiro (2013), chamou a atenção para a importância das comunidades locais na

gestão do turismo, ao comparar três destinos e a experiência de três comunidades relativamente aos fluxos turísticos. Mais tarde, nos anos de 1990, surgiram inúmeros estudos sobre a mesma problemática, com destaque para Ap (1992), Getz (1994), Lankford (1994), Faulkner e Tideswell (1997) e Brunt e Courtney (1999). A estes seguiram-se Jackson (2008), Sharma e Dyer (2009) e McDwall e Choi (2010), entre outros, que se preocuparam, sobretudo, com a perceção por parte das comunidades receptoras de visitantes dos impactes positivos e negativos, nas suas particularidades.

Tal como se esperava, os resultados de várias pesquisas revelaram que os residentes acolhem bem os benefícios resultantes da atividade turística, mas são muito sensíveis aos seus impactes negativos (Pizam, 1978; Faulkner e Tideswell, 1997; Kuvan e Akan, 2005; Jackson, 2008; Vareiro, Remoaldo e Cadima Ribeiro, 2013).

Também parece ser verdade que um elevado enraizamento e apego à comunidade por parte dos residentes constituem fatores explicativos relevantes das suas atitudes (Besculides, Lee e McCormick, 2002). Na verdade, os residentes que estão mais comprometidos com a sua comunidade podem considerar com maior preocupação os impactes do turismo do que aqueles que estão menos enraizados. Embora algumas destas circunstâncias tenham um forte valor explicativo (seja positivo ou negativo), deve notar-se que, em outros casos, a evidência empírica é menos consistente.

Igualmente, parece evidente que os residentes que conseguem beneficiar da atividade turística tendem a apoiar o seu desenvolvimento (Kuvan e Akan, 2005; Jackson, 2008; Nunkoo, Gursoy e Juwaheer, 2010). Aqueles que obtêm pouco ou nenhum benefício do turismo tendem mais a opor-se-lhe.

Recentemente, Nunkoo, Smith e Ramkissoon (2013) realizaram uma análise longitudinal de 140 artigos publicados nas revistas de turismo com maior fator de impacto à escala internacional (*Annals of Tourism Research*, *Tourism Management* e *Journal of Travel Research*) sobre as atitudes dos residentes, referente ao período que medeou entre 1984 e 2010. Através de uma análise de conteúdo foi determinada a natureza dos artigos e o tipo de abordagem realizada. A primeira conclusão é a de que tem vindo a aumentar o número de artigos sobre esta temática, sendo notório o aumento desde a década de 1980. Destacam-se os anos de 1994 a 2008 (ainda que em 2004-2008 se tenha assistido a um ligeiro decréscimo), que foram os que registaram um maior número de artigos. Como a análise findou em 2010, não é possível concluir se nos anos subsequentes se manteve um número elevado de investigações sobre a mesma matéria.

Com base nos 140 artigos que analisaram, Nunkoo, Smith e Ramkissoon (2013) concluíram que a maioria não comportava uma componente concetual (54,3%), ou seja, a maior parte dos investigadores não se apoiaram *a priori* num quadro teórico-concetual explícito para investigar as atitudes dos residentes. Também a maioria dos estudos que consideraram a componente concetual, usou uma única

teoria e testou-a empiricamente. Não obstante, a partir de 2009, é nítido o aumento do número de artigos que passou a apoiar-se num quadro teórico-concetual para suportar as abordagens empíricas encetadas.

Existia, ainda assim, uma grande variedade de teorias sobre as perceções e atitudes dos residentes delineadas pelas várias ciências que dedica(ram) alguma atenção a esta temática. Apesar do maior número de investigações usarem a abordagem quantitativa (72,1%), algumas recorreram à abordagem qualitativa (12,9%) e a abordagens mistas (13,5%). Apenas dois artigos (1,4%) eram de revisões do tema.

Em termos de teorias, destacam-se a Teoria da Troca Social (*Social Exchange Theory* – 56,3%), o Modelo de Ciclo de Vida, enunciado primeiramente por Butler, em 1980 (18,8%) e o *Irridex Model*, de Doxey (1975), citado por Nunkoo, Smith e Ramkissoon (2013), mencionado por 11,0% dos estudos analisados que procuravam suporte em teorias. Recentemente, Nunkoo e So (2015) reafirmaram a importância da Teoria da Troca Social no contexto da investigação sobre o suporte dos residentes da atividade turística.

Retomando ainda o estudo de Nunkoo, Smith e Ramkissoon de 2013, cumpre assinalar que a estatística descritiva (65,9%) e a análise fatorial (29,7%) foram as técnicas estatísticas mais usadas nas abordagens empíricas efetuadas que foram alvo de recensão por parte daqueles autores (Nunkoo, Smith e Ramkissoon, 2013). Na presente obra, nos capítulos adiante, teremos também oportunidade de usar estes dois tipos de técnicas.

Nunkoo, Smith e Ramkissoon (2013), concluíram ainda que os estudos evoluíram de uma baixa sofisticação metodológica e teórica para uma elevada sofisticação nas duas vertentes.

Apesar de se assumir atualmente que as perceções e as atitudes dos residentes em relação à atividade turística é uma das áreas do turismo mais estudada (Nunkoo, Smith e Ramkissoon, 2013), em Portugal tal não tem acontecido. Até 2010, poucos tinham sido os estudos realizados em Portugal, sobressaindo os de Monjardino (2009), Souza (2009) e Eusébio e Carneiro (2010). No entanto, destes, nenhum tinha realizado a segmentação das perceções dos residentes, sobre as quais falaremos no capítulo 4 da presente obra, e, igualmente, tomado como estudo de caso o destino Guimarães.

Os estudos concretizados trataram o caso da Ilha dos Açores, o primeiro deles, ou a região centro de Portugal. No que se refere à investigação tomando como objeto uma cidade classificada pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade, em concreto, Guimarães, os primeiros estudos foram realizados no início da segunda década do presente século por uma equipa integrando os autores deste livro (Cadima Ribeiro, Vareiro e Remoaldo, 2012; Vareiro, Remoaldo e Cadima Ribeiro, 2013). Deles e de outros que se sucederam dar-se-á notícia adiante, neste livro.

4. MOTIVAÇÕES DE VISITA A DESTINOS HISTÓRICO-CULTURAIS

Tratando-se de motivações de visita, temos que usar conceitos como os de visitante e de turista, que foram distinguidos em 1968 pela Comissão de Estatística das Nações Unidas.

Atendendo a que o conceito de visitante corresponde a um conceito mais alargado, na presente obra, insistiremos mais neste conceito, porque o mesmo engloba os turistas (se pernoitam pelo menos um dia) e os excursionistas (se não pernoitam). Como a maior parte dos estudos realizados incluem os turistas e os excursionistas, parece-nos mais correto usar o termo visitante, ainda que saibamos que na literatura anglo-saxónica o termo correntemente usado é o de turista (*tourist*).

Na literatura existente desde os anos de 1970, as motivações de viagem têm sido avaliadas a partir das forças que as desencadeiam e dos estímulos à procura. Crompton (1979) identificou sete motivos impulsionadores (*push factors*) e dois captadores (*pull factors*). Os motivos desencadeadores ou impulsionadores identificados foram a fuga a um ambiente percebido como rotineiro, a exploração e teste individual, o relaxe, o prestígio, o retorno, o incremento relacional, e a facilitação da interação social. Os motivos captadores foram a novidade e a educação.

Gnoth (1997) sugeriu que o gerar da motivação poderia ser expresso em termos de valores diretos íntimos (geradores emocionais) e valores diretos externos (conhecimento). Contudo, em adição às motivações, quer desencadeadoras quer captadoras, um fator hedónico poderia ser acrescentado, mostrando que as necessidades percebidas a partir das dimensões emocionais e experimentais são relevantes na procura de prazer e nos comportamentos adotados (Goossens, 2000).

Em geral, as motivações de viagem podem estar relacionadas com razões de ordem física (repouso físico, participação desportiva, recreação na praia, saúde pessoal), cultural (desejo de adquirir conhecimentos sobre outros países ou lugares), de relação pessoal (desejo de conhecer outras pessoas, visitar familiares e amigos, fugir à rotina ou estabelecer novas amizades) e de estatuto ou prestígio (autoestima e desenvolvimento pessoal) (Jang e Cai, 2002).

De acordo com Poria, Butler e Airey (2004), as duas principais razões para visitar um lugar dotado de valor histórico-cultural são: i) de natureza educativa, isto é, prendem-se com o desejo de aprender; e ii) de ordem recreacional, significando que têm relação com a procura de entretenimento. Por sua vez, segundo Pérez (2009), entre as principais motivações encontra-se a atmosfera vivida ou ambiente do destino, a oportunidade para ver coisas interessantes, e o desejo de conhecer melhor a cultura local.

Com base numa amostra de turistas internacionais de língua inglesa, circulando em Israel através do aeroporto Ben-Gurion, Poria, Butler e Airey (2004) identifica-

ram três grupos de razões para visitar lugares de valia histórico-patrimonial: experiência de contacto com o legado histórico; aquisição de conhecimento; e vivência recreacional. Estas razões aparecem ligadas às percepções dos turistas da sua própria herança patrimonial e ao desejo de serem confrontados com experiências de natureza emocional (Poria, Butler e Airey, 2004).

Por seu turno, num estudo conduzido junto de potenciais visitantes da *Casa de Anne Frank*, em Amesterdão, Poria, Reichel e Biran (2006) retiraram a indicação da existência de envolvimento emocional experimentado em relação à narrativa sobre a mesma. Os resultados encontrados também retiveram, na motivação de visita, a existência de uma relação entre as percepções dos turistas sobre o lugar a visitar e a sua própria herança histórico-patrimonial.

Um estudo mais recente, de Yankholmes e Akyeampong (2010), mostrou igualmente que as percepções dos turistas de Danish-Osu (Gana) refletiam o seu conhecimento do lugar em ligação com os seus atributos histórico-culturais. Concluíram também que os visitantes viviam experiências duais naquele destino: as relacionadas com a dimensão recreacional perseguida nesses sítios de valia histórico-patrimonial; e as que adquiriam sentido simbólico a partir da referenciação às suas próprias origens.

Por sua vez, os resultados obtidos na Austrália (Goh, 2010) sugerem que os visitantes são diferentemente motivados quando equacionam visitar lugares com valia histórico-cultural. Segundo o autor antes invocado (Goh, 2010), a dimensão educacional foi a mais frequentemente referida, aparecendo seguida pelo testemunho positivo recolhido junto de visitantes precedentes e pela elevada reputação do destino turístico.

Num outro caso, de um estudo realizado em Taiwan, Chen e Chen (2010) retiraram a indicação de que a experiência total procurada pelos visitantes de um destino de natureza histórico-cultural resulta da conjugação que se possa obter dos atributos relativos a lazer, cultura, educação e interação social. Nessa leitura, a experiência cultural acaba por ser reconduzida para a expressão holística a que se reportava Russo e Van der Borg (2002). Desse ponto de vista, o turismo cultural tem, obviamente, muito mais para oferecer do que outros segmentos turísticos que, nalguns casos, se limitam a propiciar oportunidades de lazer e/ou, porventura, de lazer e interação social, mais ou menos rica.

A este propósito, parece-nos fazer sentido recordar Carminda Cavaco (Cavaco, 2008, p. 49), de acordo com quem «os turistas são “criadores” de lugares, na medida em que estes se desenvolvem em função deles, quaisquer que tenham sido os actores intervenientes, públicos e privados, sejam lugares novos ou lugares transformados, dinamizados, adaptados». Acrescenta ainda o facto de o olhar do turista ser muito específico «(...) pois ele observa, nos lugares que não lhe são familiares, elementos

a que não presta habitualmente atenção no seu espaço-tempo quotidiano» (Equipa MIT, 2002, citada por Cavaco, 2008, p. 50).

Por outro lado, a imagem do destino é importante pois influencia a perceção das pessoas ou o valor percebido do lugar e pode afetar as suas escolhas e comportamentos (Chen e Chen, 2010).

Daí que a compreensão das perceções do turista de um destino patrimonial é importante para o desenvolvimento de estratégias de marketing bem-sucedidas de promoção e de posicionamento desse destino. No caso de Guimarães, os resultados que a esse propósito se possam obter são ainda mais importantes devido à organização recente da Capital Europeia da Cultura 2012, porque podem sugerir elementos para reformular alguns pontos fracos e/ou dimensões negativas da imagem de Guimarães ou para reforçar os pontos fortes.

5. DESTINOS TURÍSTICOS E IMAGEM

A Organização Mundial de Turismo (WTO, 2007) definiu destino turístico como um espaço físico no qual o visitante passa pelo menos uma noite. Integra produtos turísticos tais como serviços de apoio e atrações, e recursos turísticos enquadráveis temporalmente numa viagem de um dia, incluindo o retorno. Possui fronteiras físicas e administrativas que enquadram a respetiva gestão, e imagens e perceções que dão contornos à sua competitividade.

Ainda segundo a mesma conceção (WTO, 2007), os destinos locais incorporam vários agentes turísticos ou partes interessadas (*stakeholders*) incluindo, na maior parte dos casos, as comunidades de acolhimento, e podem integrar-se em redes, por forma a dar corpo a destinos mais vastos.

O outro lado do espelho é a imagem do destino, a qual pode ser considerada uma interpretação subjetiva, feita pelos visitantes e não só, do destino, na sua diversidade e especificidade de atributos. A este propósito, é de notar que é frequentemente esquecido que a imagem da cidade ou do território deve ter presente os atributos percebidos pelos próprios residentes do lugar/região (expressos em atitudes, sentimentos e impressões mantidas), e não apenas os pontos de vista e sentimentos dos visitantes, nacionais e internacionais. Isto, na medida em que as perceções dos residentes se suportam em conhecimento, experiências vividas e aprendizagem sobre o destino turístico e são parte essencial da atmosfera aí existente (Hollows, Jones, Taylor e Dowthwaite, 2014).

No caso dos visitantes, esta imagem é baseada nas perceções que cada um deles mantém de todos os destinos que visitaram ou de que ouviram falar (San Martín e Rodríguez, 2008). A essa luz, a imagem do destino é formada pela via de interpreta-

ções racionais e emocionais de certa realidade, que compreende duas componentes interrelacionadas: uma, cognitiva ou perceptiva, em relação com os atributos; e outra, afetiva ou avaliativa, associada aos sentimentos experimentados perante o destino (Agapito, Mendes e Valle, 2010).

A imagem do destino é um elemento central no processo de seleção do destino e, portanto, contribui decisivamente para a compreensão do comportamento do visitante (Baloglu e McCleary, 1999).

Um dos principais desafios da gestão da imagem de um destino em concreto é a diferenciação que este necessita fazer face a outros destinos de modo a ganhar uma vantagem competitiva. Esta estratégia de diferenciação suporta-se nos atributos (tangíveis ou intangíveis) do território em causa, mas também envolve a soma das crenças, ideias e impressões que as pessoas associam a esse destino (Crompton, 1979; Kotler, Haider e Rein, 1993). Em razão disso, na medida em que os turistas baseiam as suas decisões predominantemente nas imagens que mantêm, o papel desempenhado pela imagem do destino supera a realidade do destino turístico.

Do ponto de vista do marketing, a gestão da identidade do destino também é importante. De acordo com Ekinici e Hosany (2006), a identidade do destino pode ser descrita com recurso aos conceitos de sinceridade (confiável, sincera, inteligente, bem-sucedida, bonita), de excitação (excitável, querida, original, espirituosa) e de convivialidade (amiga, familiar, encantadora). A aproximação à imagem de destino seguida por Pike e Ryan (2004) pode ser ilustrada com recurso ao caso que invocam de Auckland, na Nova Zelândia, a que se referem dizendo que é detentora de um bom nível de vida/infraestruturas, estar longe de tudo, possuir espaços públicos exteriores para atuações/espetáculos, e clima atrativo.

Como mencionado, as aproximações empíricas disponíveis mostram que, se um destino detém uma imagem positiva, isso influencia a perceção do consumidor e, em última instância, a procura do lugar. Em Lagos, Portugal, os atributos que explicam a recomendação feita pelos visitantes à família e amigos são, por ordem decedente, o interesse do legado cultural, o relativo baixo custo de vida, os eventos culturais interessantes que são oferecidos, o mar tranquilo, e os bons equipamentos desportivos de que o município está dotado (Agapito, Mendes e Valle, 2010). No caso da região de Amasra, na Turquia, os visitantes são atraídos pela sua história e legado cultural, pela oferta comercial e gastronómica, pela arquitetura e infraestruturas (Aksoy e Kiyici, 2011). Por sua vez, no caso de Ios, na Grécia, os estudos empíricos revelaram que os visitantes apreciam, sobretudo, a atmosfera relaxante que é oferecida e o contexto festivo sentido na ilha (Stylidis, Terzidou e Terzidis, 2008).

Tapachai e Waryszak (2000) estudaram a imagem da Tailândia usando cinco dimensões (funcional, social, emocional, epistémica e condicional). Os resultados obtidos mostram que o país era percebido como um lugar para fazer compras bara-

tas, detentor de uma cozinha exótica, de lugares históricos, de regiões rurais tropicais virgens, de esplendorosas vistas (dimensão funcional), proporcionando por isso uma experiência cultural e clima (dimensão epistémica), com proximidade, custos de viagem baratos, e acessibilidade a outros destinos vizinhos (dimensão condicional). De modo semelhante, os atributos encontrados para os Estados Unidos da América incluem uma dimensão funcional, caracterizada por um fascínio pelas compras, parques temáticos famosos, áreas territoriais bem conhecidas, vistas espetaculares e cenários. Ao que acresce, uma dimensão epistémica, que inclui a experiência do destino, e um vasto conjunto de outras coisas para ver ou fazer, e uma dimensão condicional suportada na ausência de barreiras linguísticas, na existência de transporte barato e de qualidade, e de eventos desportivos especiais (Tapachai e Waryszak, 2000).

Tendo presente o que foi assinalado, poderá concluir-se que, no processo de tomada de decisão, destinos detentores de imagens positivas fortes tenderão a ter preferência na escolha. No entanto, a escolha do destino deve basear-se não apenas nas imagens do lugar que são percebidas mas igualmente nas atitudes sugeridas pelas fontes de informação disponíveis, pelo posicionamento do destino quando comparado com os seus competidores e pela sua capacidade de satisfazer as necessidades sentidas (Truong e King, 2009).

Em conclusão, para que um destino turístico seja bem-sucedido ele deve projetar uma imagem que sugira benefícios específicos (de natureza tangível e não tangível) ambicionados pelos visitantes e, simultaneamente, ser capaz de, aos olhos dos seus visitantes, diferenciar-se de modo significativo dos respetivos competidores.

A essa luz, o acolhimento de megaeventos como uma Capital Europeia da Cultura pode ter um papel essencial para projetar, em geral, a imagem de uma cidade ou de um território, aparte os efeitos daí gerados em matéria de desenvolvimento. Tais eventos servem para atrair visitantes internacionais e nacionais, que gastarão aí dinheiro em alojamento, alimentação e atividades de cultura e lazer, em particular. No caso a que nos referimos, uma CEC, as atividades e oportunidades a oferecer podem incluir espetáculos musicais, danças, exposições de artes diversas, alimentação, compra de artesanato e de bens e serviços quotidianos, entre outras que possam ser equacionadas para projetar a imagem da cidade organizadora e respetiva reputação perante os visitantes mas, também, perante os residentes, investidores e outros atores públicos e privados (Getz, 2008).

O impacto global que possa ser conseguido na imagem da cidade ou território depende, obviamente, da qualidade percebida do pacote de bens e serviços oferecidos mas, em larga medida, também da sua cobertura pela comunicação social, expressa em intensidade da cobertura e difusão junto de públicos mais ou menos vastos (Baade e Matheson, 2004; Dolles e Soderman, 2008; Mills e Rosentraub, 2012). Importa, entretanto, ter presente que o acolhimento de certos eventos pode

igualmente ter efeitos nefastos na imagem do destino se esses eventos não tiverem enquadramento compatível com as emoções que aquele veicula/sugere, e com as crenças e sentimentos instalados sobre essa cidade ou região (Hollows, Jones, Taylor e Dowthwaite, 2014).

Tendo em mente a evidência empírica proporcionada pela literatura sobre destinos histórico-culturais e motivações de visita a esses lugares, no nosso estudo empírico tentaremos captar, simultaneamente, os atributos percebidos da cidade e o perfil dos visitantes de Guimarães no período antes e pós-CEC 2012.

6. PERFIL DO TURISTA CULTURAL

Qualquer tipo de turismo envolve o consumo de produtos e experiências e o turismo cultural não é diferente. Na realidade, o visitante cultural quer consumir experiências, mas nem todos são capazes de ter a mesma profundidade ou qualidade em termos de experiência (Du Cros e McKercher, 2015).

Uma das razões para explicar o interesse pelos lugares com valor patrimonial prende-se com o perfil dos visitantes culturais, que tradicionalmente é bastante diferente do visitante médio. Num estudo pioneiro, Silberberg (1995) concluiu que o turista cultural tem um rendimento mais elevado e gasta mais quando está em viagens de férias. O mesmo autor também concluiu que este tipo de visitante é dotado de um nível mais elevado de formação académica, é mais velho, do sexo feminino e tende a gastar mais tempo no lugar de destino.

Em Hong Kong, McKercher (2002) identificou cinco segmentos de visitantes culturais, de acordo com a importância ou centralidade da motivação cultural e a profundidade da experiência turística experimentada: os «culturalmente comprometidos» (*purposeful*), para os quais a dimensão cultural é central na visita e a experiência cultural procurada é profunda; os adeptos dos «passeios turísticos» (*sightseeing*), para quem o elemento cultural continua central mas a experiência procurada é moderada; os «apreciadores fortuitos» (*casual*), caso em que a dimensão cultural toma um lugar modesto como motivação de procura e a experiência procurada é moderada; os «contempladores acidentais» (*incidental*), onde a centralidade da motivação cultural é fraca e a experiência procurada é igualmente moderada; e, finalmente, os «culturalmente captados» (*serendipitous*), caso em que a motivação cultural é fraca mas, contraditoriamente, podem viver intensamente a experiência cultural que lhes é proporcionada.

No caso de três sítios indígenas americanos, situados no Arizona, Estados Unidos da América, dotados de legado cultural, Nyaupana, White e Budruk (2006) encontraram três segmentos de visitantes: os «focados na cultura», correspondente a um

terço dos visitantes; os «atentos aos fenómenos culturais», presente em metade dos visitantes; e os «apreciadores de manifestações culturais», totalizando menos de um quinto dos visitantes que estudaram. De acordo com os ditos autores, o primeiro segmento (focados na cultura) é similar ao de turistas «culturalmente comprometidos» proposto por McKercher (2002) e ao que Silberberg (1995) considerou tratar-se de turistas fortemente motivados pela vivência cultural (Nyaupana, White e Budruk, 2006).

Reportando-se ao caso europeu, Pérez (2009), seguindo Bywater (1993), encontrou três perfis de visitantes culturais: i) os motivados pela cultura, que constituem um pequeno segmento de mercado e que são atraídos a um destino por razões ou causas culturais, o que os leva a passar várias noites nesse lugar; ii) os inspirados culturalmente, isto é, aqueles que são motivados a visitar certos sítios dotados de grande significado ou simbolismo cultural, tal como Alhambra, em Granada, ou Veneza – procuram ver os mesmos lugares que outros viram ou lhes recomendaram, o que pode levar a fenómenos de saturação ou dificuldades de gestão desses lugares – no caso destes turistas, eles passam períodos curtos nos destinos culturais escolhidos e não são motivados a retornar a esses lugares; e iii) os culturalmente atraídos, que são os que desenvolvem visitas de um dia a lugares dotados de valor histórico-cultural mas não são estritamente motivados por razões culturais na escolha dos destinos turísticos.

De acordo com Perez (2009), partilhando a perspetiva de Richards (2004) – o que é consistente com a leitura feita por Silberberg alguns anos antes (Silberberg, 1995) –, o perfil do visitante cultural não tem variado muito ao longo do tempo. Estes grupos incluem, tendencialmente, mais mulheres do que homens e mais visitantes dotados de elevada formação académica, o que aparece associado a níveis mais elevados de consumo cultural.

A segmentação de género poderá estar relacionada com a diferente importância que homens e mulheres concedem aos atributos de um determinado destino, valorizando os mesmos de diferente forma (Meng e Uysal, 2008; Remoaldo, Vareiro, Cadima Ribeiro e Freitas Santos, 2014). Perez (2009) nota, no entanto, o crescimento progressivo da quota de jovens, o que vem questionar uma das dimensões essenciais do perfil encontrado por Silberberg (1995) no seu estudo inicial sobre esta matéria e, mais tarde, o que foi revelado por Kim, Chengb e O’Leary (2007), que referiram que este tipo de visitante possui uma idade «madura».

Não obstante, recentemente, Adie e Hall (2016) apenas encontraram um predomínio de mulheres num dos três sítios Património da Humanidade que estudaram; no caso, em Marrocos, no *Archaeological Site of Bolubilis*. Nos restantes, *Independence Hall* nos Estados Unidos, e *Studenica Monastery na Sérvia*, identificaram um predomínio de homens.

7. NOTAS CONCLUSIVAS

O presente capítulo pretendeu complementar o anterior, retomando, a abrir, a noção quase utópica de desenvolvimento sustentável, na qual radica a de turismo sustentável. Ainda que seja muito mais fácil de definir do que de concretizar no quadro de territórios concretos, é inquestionável que é possível caminhar num sentido de aproveitamento dos recursos mais sustentável gerador de desenvolvimento, o que, entre outras coisas, passa pela adoção de um planeamento mais participativo, isto é, onde as comunidades locais sejam escutadas.

É verdade que trabalhar com a população é um exercício exigente, porventura mais difícil do que trabalhar para a população. Não deixa de ser verdade também que só é sustentável aquela via e aqueles resultados em que os supostos destinatários do processo de desenvolvimento (atores e populações) se reconhecem.

É por essa via, igualmente, do planeamento e gestão dos recursos e do comprometimento dos atores e das gentes com os objetivos que possam ser definidos, que será possível, igualmente, travar e controlar eventuais impactes negativos (que os há) da atividade turística, nomeadamente os ambientais. Estes devem, aliás, estar mais presentes na agenda política.

Fazer um uso regrado dos recursos ambientais, tentando preservar e estimular os processos ecológicos e ajudando a preservar a biodiversidade, não nos parece ser um caminho difícil. A par desta imperativa conduta há que respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades recetoras, persistindo na conservação do seu património e dos seus valores tradicionais.

Entretanto, no caso de Portugal, para além destes desafios, importará que se fomenta o desenvolvimento de uma forte governança política e que se interiorize que o desenvolvimento turístico é um processo contínuo, requerendo uma constante monitorização. A governança local/regional dos recursos e projetos turísticos que se propõe opor-se-á aos modelos tradicionalmente praticados de gestão pública centralizada e a estratégias pensadas de cima-para-baixo. No que ao desenvolvimento da atividade turística interessa, importa que se tenha presente a constante evolução de tendências da procura e configurações de novos produtos e destinos. Quanto mais estratégico for o setor turístico para o país, no seu todo, e para algumas regiões e cidades, em particular, mais exigente será o seguimento que importa fazer.

Como a presente obra se centra na realidade da cidade de Guimarães e esta se associa ao segmento do turismo cultural, tivemos necessidade de recordar o conceito de turismo cultural, que dá ênfase ao património e às atrações de cariz cultural e que remete para a ideia de experiência educacional. A vontade de experienciar outra cultura, sob múltiplas formas, tentando que a mesma seja única e memorável é uma das suas características centrais.

Ficou claro que as motivações para viajar podem ser inúmeras e que, no caso do turismo cultural, há, pelo menos, três tipos de visitantes, sendo uns mais motivados pela componente cultural que outros. Esta informação será pertinente para a compreensão dos resultados encontrados para Guimarães.

Por último, e com grande conexão com as motivações e perfil do visitante, debruçamo-nos sobre a imagem de um destino. Apesar de haver várias explicações para a formação da imagem de um destino, ela é sempre considerada uma interpretação subjetiva, concretizada pelos visitantes do destino em causa, sobressaindo daí a relevância da pluralidade e singularidade dos atributos do destino. Uma pergunta se adivinha: qual é a imagem do destino Guimarães? A resposta a esta questão surgirá naturalmente nos capítulos que se seguem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adie, B. A. e Hall, C. M. (2016), «Who visits world heritage? A comparative analysis of three cultural sites», *Journal of Heritage Tourism*, DOI: 10.1080/1743873X.2016.1151429.
- Agapito, D., Mendes, J. C. e Valle, P. O. (2010), «Destination Image: perspectives of tourists versus residents», *European Journal of Tourism, Hospitality and Recreation*, 1(1), pp. 90-109.
- Aksoy, R. e Kiyici, S. (2011), «A destination image as a type of image and measuring destination image in tourism (Amasra case)», *European Journal of Social Sciences*, 20(3), pp. 478-488.
- Ap, J. (1992), «Residents' perceptions on tourism impacts», *Annals of Tourism Research*, 19(4), pp. 665-690.
- Baade, R. e Matheson, V. (2004), «The quest for the cup: assessing the economic impact of the World Cup», *Regional Studies*, 38(4), pp. 343-354.
- Baloglu, S. e McCleary, K. (1999), «U.S. International Pleasure Travelers' Images of Four Mediterranean Destinations: A Comparison of Visitors and Nonvisitors», *Journal of Travel Research*, 38, pp. 144-152.
- Besculides, A., Lee, M. e McCormick, P. (2002), «Residents' perceptions of the cultural benefits of tourism», *Annals of Tourism Research*, 29(2), pp. 303-319.
- Brunt, P. e Courtney, P. (1999), «Host perceptions of sociocultural impacts», *Annals of Tourism Research*, 26(3), pp. 493-515.
- Butler, R. (1999), «Sustainable tourism: a state-of-the-art review», *Tourism Geographies*, 1(1), pp. 7-25.
- Cadima Ribeiro, J., Vareiro, L. e Remoaldo, P. C. (2012), «The host-tourist interaction in a world heritage site: the case of Guimarães», *China-USA Business Review*, 11(3), pp. 283-297.
- Cavaco, C. (Coord.) (2008), *Turismo, Inovação e Desenvolvimento*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- Chen, C.-F. e Chen, F.-S. (2010), «Experience quality, perceived value, satisfaction and behavioral intentions for heritage tourists», *Tourism Management*, 31, pp. 29-35.
- Costa, C. (2005), «Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000)», *Análise Social*, XL(175), pp. 279-295.
- Crompton, J. L. (1979), «Motivations for pleasure vacations», *Annals of Tourism Research*, 6(4), pp. 408-424.

- Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2011), *Glossário do Desenvolvimento Regional*, Colec. «Títulos Gerais», Lisboa.
- Dolles, H. e Soderman, S. (2008), «Mega-Sporting Events in Asia – Impacts on Society, Business and Management: an Introduction», *Asian Business and Management*, 7(2), pp. 1-16.
- Du Cros, H. e McKercher, B. (2015), *Cultural tourism*, 2nd edition, Routledge, New York.
- Ekinci, Y. e Hosany, S. (2006), «Destination personality: an application of brand personality to tourism destination», *Journal of Travel Research*, 45, pp. 127-139.
- EICR-European Institute of Cultural Routes (2004), *Cultural tourism or tourism and culture?*, Luxembourg.
- Eusébio, C. e Carneiro, M. (2010), *A importância da percepção dos residentes dos impactes do turismo e da interacção residente-visitante no desenvolvimento dos destinos Turísticos*, Comunicação apresentada no Congresso sobre Regional Science: The Future of Cohesion Policy, Novembro 17-19, Elvas e Badajoz.
- Eusébio, C. e Carneiro, M. (2012), «Impactos socioculturais do turismo em destinos urbanos», *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 30, pp. 65-75.
- Faulkner, B. e Tideswell, C. (1997), «A framework for monitoring community impacts of tourism», *Journal of Sustainable Tourism*, 5(1), pp. 3-28.
- Frew, E. e Shaw, R. N. (1999), «The relationship between personality, gender, and tourism behavior», *Tourism Management*, 20(2), pp. 193-202.
- Getz, D. (1994), «Residents' attitudes towards tourism: A longitudinal study in Spey Valley, Scotland», *Tourism Management*, 15(4), pp. 247-258.
- Getz, D. (2008), «Event tourism: definition, evolution, and research», *Tourism Management*, 29, pp. 403-428.
- Gnoth, J. (1997), «Tourism motivation and expectations formation», *Annals of Tourism Research*, 24(2), pp. 283-304.
- Goh, E. (2010), «Understanding the heritage tourist market segment», *International Journal of Leisure and Tourism Marketing*, 1(3), pp. 257-270.
- Gonçalves, E., Moreira, F. e Gustavo, N. (2009), «Turismo e eventos: o nicho dos eventos de golfe», *Turismo de nicho: motivações, produtos, territórios*, J. M. Simões e C. C. Ferreira (Eds.), Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, pp. 315-322.
- Goossens, C. (2000), «Tourism information and pleasure motivations», *Annals of Tourism Research*, 27(2), pp. 301-321.
- Gursoy, D. e Kendall, K. W. (2006), «Hosting mega events: Modeling Locals' Support», *Annals of Tourism Research*, 33(3), pp. 603-623.
- Henriques, C. (2007), «Turismo cultural e desenvolvimento local: uma relação criativa?», *Proceedings of the 13th Congress APDR*, CD-ROM, Açores.
- Henriques, E. B. (2000), *As indústrias culturais e o sector económico da cultura. Questões conceptuais e metodológicas*, Série Investigação, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- Hollows J., Jones, S., Taylor, B. e Dowthwaite, K. (2014), «Making sense of urban food festivals: cultural regeneration, disorder and hospitable cities», *Journal of Policy Research, Leisure and Events*, 6, pp. 1-14.
- Hottola, P. (Ed.) (2009), *Tourism strategies and local responses in Southern Africa*, Oxon, United Kingdom.
- Instituto Nacional de Estatística (2010), *Estatísticas do Turismo 2009*, Lisboa.
- Jackson, L. (2008), «Residents' perceptions of the impacts of special event tourism», *Journal of Place Management and Development*, 1(3), pp. 240-255.
- Jang, S. e Cai, L. A. (2002), «Travel motivations and destination choice: a study of British outbound market», *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 13(3), pp. 111-133.

- Kim, H., Chengb, C.-K. e O'Leary, J. (2007), «Understanding participation patterns and trends in tourism cultural attractions», *Tourism Management*, 28(5), pp. 1366-1371.
- Kim, K., Uysal, M. e Sirgy, M. J. (2012), «How does tourism in a community impact the quality of life of community residents?», *Tourism Management*, 36, pp. 527-540.
- Kotler, P., Haider, D. e Rein, I. (1993), *Marketing places: attracting investments, industry, and tourism to cities, states, and nations*, Free Press, New York.
- Kuvan, Y. e Akan, P. (2005), «Residents' attitudes toward general and forest-related impacts of tourism: The case of Belek, Antalya», *Tourism Management*, 26(5), pp. 691-706.
- Lankford, S. (1994), «Attitudes and perceptions towards tourism and rural regional development», *Journal of Travel Research*, 32(3), pp. 35-43.
- Lopes, S. D. F. (2011), «Destination image: origins, development and implications», *PASOS – Revista de Turismo y Património Cultural*, 9(2), pp. 305-315.
- Marques, V., Remoaldo, P. C., Vareiro, L. e Cadima Ribeiro, J. (2015), «Perfil dos visitantes e perceções do destino Guimarães antes e após a CEC 2012». Comunicação apresentada no *IV International Tourism Congress ESG/IPCA*, subordinado genericamente ao tema 'Tourism for the 21st Century', que decorreu na Plataforma das Artes e da Criatividade, em Guimarães, entre 3 e 5 de dezembro de 2015.
- McDwall, S. e Choi, Y. (2010), «A comparative analysis of Thailand residents' perception of tourism impacts», *Journal of Quality Assurance in Hospitality & Tourism*, 11(1), pp. 36-55.
- McEwan, C. (2005), «Geography, culture and global change», *An introduction to Human Geography: issues for the 21st century*, Daniels et al. (Eds.), 2nd edition, Pearson Education Limited, Essex, pp. 265-283.
- McKercher, B. (2002), «Towards a classification of cultural tourists», *International Journal of Tourism Research*, 4(1), pp. 29-38.
- Meng, F. e Uysal, M. (2008), «Effects of gender differences on perceptions of destination attributes, motivations, and travel values: an examination of a nature-based resort destination», *Journal of Sustainable Tourism*, 16(4), pp. 445-466.
- Mills, B. M. e Rosentraub, M. S. (2012), «Hosting mega-events: a guide to the evaluation of development effects in integrated metropolitan regions», *Tourism Management*, 34, pp. 238-246.
- Monjardino, I. (2009), *Indicadores de sustentabilidade do turismo nos Açores: O papel das opiniões e da atitude dos residentes face ao turismo na região*, Comunicação apresentada no 15.º Congresso da APDR – Redes e Desenvolvimento Regional, Praia, Julho 9-11, Cabo Verde.
- Murphy, P. (1981), «Community attitudes to tourism: A comparative analysis», *International Journal of Tourism Management*, 3(2), pp. 189-195.
- Neto, V. (2013), *Portugal Turismo – Relatório urgente*, Deplano Network, Lisboa.
- Nunkoo, R., Gursoy, D. e Juwaheer, T. D. (2010), «Island residents' identities and their support for tourism: an integration of two theories», *Journal of Sustainable Tourism*, 18(5), pp. 675-693.
- Nunkoo, R., Smith, S. e Ramkissoon, M. (2013), «Resident attitudes to tourism: a longitudinal study of 140 articles from 1984 to 2010», *Journal of Sustainable Tourism*, 21(1), pp. 5-25.
- Nunkoo, R. e So, K. K. F. (2015), «Residents' support for tourism: Testing alternative structural models», *Journal of Travel Research*, DOI: 10.1177/0047287515592972.
- Nyaupane, G. P., White, D. D. e Budruk, M. (2006), «Motive-based tourist market segmentation: an application to native American cultural heritage sites in Arizona, USA», *Journal of Heritage Tourism*, 1(2), pp. 81-99.
- OECD-Organisation for Economic Co-operation and Development (2009), *The impact of culture on tourism*, OECD, Paris.
- Pérez, X. (2009), *Turismo Cultural. Uma visão antropológica*, Colección PASOS edita, número 2, Tenerife.

- Pike, S. e Ryan, C. (2004), «Destination positioning analysis through a comparison of cognitive, affective and conative perceptions», *Journal of Travel Research*, 42, pp. 333-342.
- Pizam, A. (1978), «Tourist impacts: The social costs to the destination community as perceived by its residentes», *Journal of Travel Research*, 16(4), pp. 8-12.
- Poria, Y., Butler, R. e Airey, D. (2001), «Clarifying heritage tourism», *Annals of Tourism Research*, 28(4), pp. 1047-1049.
- Poria, Y., Butler, R. e Airey, D. (2004), «Links between tourists, heritage, and reasons for visiting heritage sites», *Journal of Travel Research*, 43(1), pp. 19-28.
- Poria, Y., Reichel, A. e Biran, A. (2006), «Heritage site management: motivations and expectations», *Annals of Tourism Research*, 33(1), pp. 162-178.
- Remoaldo, P. C., Cadima Ribeiro, J., Vareiro, L. e Freitas Santos, J. (2014), «Tourists' perceptions of world heritage destinations: The case of Guimarães (Portugal)», *Tourism and Hospitality Research*, 14(4), pp. 206-218.
- Remoaldo, P. C., Vareiro, L., Cadima Ribeiro, J. e Freitas Santos, J. (2014), «Does gender affect visiting a World Heritage Site?», *Visitor Studies*, 17(1), pp. 89-106.
- Richards, G. (1996), «Production and consumption of European cultural tourism», *Annals of Tourism Research*, 23(2), pp. 261-283.
- Richards, G. (1997), «The social context of cultural tourism», *Cultural tourism in Europe*, G. Richards (Ed.), CAB International, Wallingford.
- Richards, G. (2004), «The festivalisation of society or the socialization of festivals: the case of Catalunya», *Cultural Tourism: globalizing the local – localizing the global*, G. Richards (Ed.), ATLAS, Tilburg, pp. 187-201.
- Richards, G. e Munsters, W. (Ed.) (2010), *Cultural Tourism Research Methods*, Cab International, Wallingford.
- Richards, G. e Wilson, J. (Eds.) (2007), *Tourism, creativity and development*, Taylor & Francis, Londres.
- Ritchie, B. e Inkari, M. (2006), «Host community attitudes toward tourism and cultural tourism development: the case of the Lewes District, Southern England», *International Journal of Tourism Research*, 8(1), pp. 27-44.
- Ritchie, J. e Hudson, S. (2009), «Understanding and meeting the challenges of consumer/tourist experience research», *International Journal of Tourism Research*, 11(2), pp. 111-126.
- Russo, A. P. e Van der Borg, J. (2002), «Planning considerations for cultural tourism: a case study of four European cities», *Tourism Management*, 23, pp. 631-637.
- Salim, M. A. B., Ibrahim, N. A. B. e Hassan, H. (2012), «Language for Tourism: A Review of Literature», *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 66, pp. 136-143.
- San Martin, H. e Rodriguez, I. A. (2008), «Exploring the cognitive-affective nature of destination image and the role of psychological factors in its formation», *Tourism Management*, 29(2), pp. 263-277.
- Secondi, L., Meseguer-Santamaría, M. L., Mondéjar-Jiménez, J. e Vargas-Vargas, M. (2011), «Influence of tourist sector structure on motivations of heritage tourists», *The Service Industries Journal*, 31(10), pp. 1659-1668.
- Sharma, B. e Dyer, P. (2009), «An investigation of differences in residents' perceptions on the Sunshine Coast: tourism impacts and demographic variables», *Tourism Geographies*, 11(2), pp. 187-213.
- Shin, Y. (2010), «Residents' Perceptions of the Impact of Cultural Tourism on Urban Development: the case of Gwangju, Korea», *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 15(4), pp. 405-416.
- Silberberg, T. (1995), «Cultural tourism and business opportunities for museums and heritage sites», *Tourism Management*, 16(2), pp. 361-365.

- Souza, C. (2009), *Turismo e desenvolvimento: percepções e atitudes dos residentes da Serra da Estrela*, Dissertação de Mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- Stebbins, R. A. (1996), «Cultural tourism as serious leisure», *Annals of Tourism Research*, 23 (4), pp. 948-950.
- Stylidis, D., Terzidou, M. e Terzidis, K. (2008), «Islands and destination image: the case of Ios», *Tourismos – An International Multidisciplinary Journal of Tourism*, 3(1), pp. 180-199.
- Tapachai, N. e Waryszak, R. (2000), «An examination of the role of beneficial image in tourist destination selection», *Journal of Travel Research*, 39(1), pp. 37-44.
- Timothy, D. J. e Boyd, S. W. (2006), «Heritage tourism in the 21st century: valued traditions and new perspectives», *Journal of Heritage Tourism*, 1(1), pp. 1-16.
- Timothy, D. J. (2011), *Cultural heritage and tourism: an introduction*, Aspects of Tourism Texts: 4, Channel View Publications, Bristol, Buffalo, Toronto.
- Truong, T. e King, B. (2009), «An evaluation of satisfaction levels among Chinese tourists in Vietnam», *International Journal of Tourism Research*, 11(6), pp. 521-535.
- UNEP e UNWTO (2005), *Making Tourism More Sustainable – A Guide for Policy Makers*, Paris, United Nations Environment Programme e Madrid, World Tourism Organization.
- UNWTO (2011), *Tourism highlights – 2011 edition*, Madrid.
- Vareiro, L., Remoaldo, P. C. e Cadima Ribeiro, J. (2013), «Residents' perceptions towards tourism impacts in the Northern Portugal using cluster analysis», *Current Issues in Tourism*, 16(6), pp. 535-551.
- WTO-World Tourism Organization (1985), *The role of recreation management in the development of active holidays and special interest tourism and the consequent enrichment of the holiday experience*, World Tourism Organization, Madrid.
- WTO-World Tourism Organization (2007), *A practical guide to tourism destination management*, World Tourism Organization, Madrid.
- Yankholmes, A. K. B. e Akyeampong, O. A. (2010), «Tourists' perceptions of heritage tourism development in Danish-Osu, Ghana», *International Journal of Tourism Research*, 12, pp. 603-616.

World Wide Web

<http://www2.unwto.org/en/content/who-we-are-0> – consultado em 12/03/2013.

<http://sdt.unwto.org/content/about-us-5> – consultado em 03/04/2016.

PARTE II
TRABALHO EMPÍRICO

Capítulo 3

O MUNICÍPIO E A CIDADE DE GUIMARÃES

O presente capítulo procura salientar algumas características sociodemográficas do município de Guimarães para, em seguida, evidenciar alguns aspetos da atividade turística.

Inicia-se com alguns indicadores demográficos (*e.g.*, variação da sua população, estrutura etária) e continua com os elementos que fazem assumir a cidade de Guimarães como um destino turístico ainda emergente à escala internacional. Compara-se o município de Guimarães com a NUTS III Ave, onde se insere.

1. ALGUMAS CARATERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

Antes de recordarmos algumas das características do município enquanto destino turístico, importa referenciar algumas características demográficas, pois estas são um alicerce do desenvolvimento económico e social de qualquer território e têm implicações na atividade turística.

Já sabemos que as décadas de 1980 e de 1990 foram de grandes mudanças demográficas e de tendência para a uniformização do perfil das regiões portuguesas. Os resultados do Recenseamento Geral da População de 2011 permitiram concluir que a década de 2001 a 2011 reforçou o padrão demográfico e espacial já conhecido das anteriores décadas. Continuou a acentuar-se o fenómeno da litoralização, sobressaindo a perda de população num número mais significativo de municípios do interior. Por outro lado, continuou a ser notório o efeito de concentração populacional nos municípios do litoral, especialmente nas áreas metropolitanas ou nos territórios próximos. Sobressaiu ainda o Algarve e a Região Autónoma da Madeira,

onde o turismo continuou a assumir-se como um dos principais setores dinamizadores da economia local e regional.

Na realidade, analisando os resultados definitivos dos dois últimos Recenseamentos Gerais da População (INE, 2002; INE, 2013a), enquanto em 2001 eram 171 os municípios que perderam população, em 2011 cifraram-se em 198.

A sub-região do Cávado, do Ave e do Grande Porto destacaram-se na região Norte, sendo as únicas do conjunto das oito NUTS III (Nível III da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos), que revelaram uma variação positiva da sua população. Não obstante, a variação positiva foi tímida no Ave (sub-região onde se insere o município de Guimarães), tendo sido muito próxima de 0%. Esta fraca variação positiva foi reveladora da crise económica a que esta sub-região esteve sujeita no decurso da década de 2000 (Remoaldo, Ribeiro, Silva e Ribeiro, 2014).

O município de Guimarães está localizado no setor noroeste de Portugal, integrando-se na NUTS III Vale do Ave, e a cidade, com o mesmo nome, é uma das mais importantes desse território, depois do Porto, de Vila Nova de Gaia e de Braga (Cadima Ribeiro, Vareiro e Remoaldo, 2012). O município dispõe de uma área total de 241 Km², e contava com um total de 156.246 habitantes em 2011 (INE, 2014). O último Recenseamento Geral da População, realizado em 2011, identificou uma perda de 0,9% da sua população entre 2001 e 2011 (INE, 2014).

Guimarães tem sofrido com o dinamismo demográfico do município de Braga. Este último sobressaiu na região Norte com a maior variação populacional (10,5%) e foi o segundo município que mais cresceu em termos absolutos em Portugal, a seguir a Cascais.

Quadro 3 – Taxa de Variação da População entre 1864 e 1981 e entre 1991 e 2011, em Portugal, Continente e Guimarães

Entidades territoriais	Variação da População 1864 e 1981	Variação da População 1991 e 2011
Portugal	129,4%	7,0%
Continente	137,7%	7,2%
Guimarães	232,6%	0,3%

Fonte: Elaboração própria a partir de Recenseamentos Gerais da População, INE, Lisboa, 1864 a 2011.

A década que medeou entre 2001 e 2011 não foi positiva para o município de Guimarães, visto não ter mantido os níveis de crescimento populacional alcançados nas décadas anteriores. Pela primeira vez desde 1920, Guimarães revelou um decréscimo (menos 1.452 pessoas do que em 2001) da sua população.

Depois de um período de variação positiva da população entre 1864 e 1981 (232,6%), foi tímida a variação registada no município de Guimarães entre 1991 e 2011 (Quadro 3).

Entre 1930 e 1991 o município de Guimarães detinha um significativo volume populacional e sobressaía na sub-região do Ave, mas a partir daquela data o município de Braga (da sub-região do Cávado) passou a destacar-se. Em 1991, Guimarães detinha 157.589 habitantes, seguido pelo de Braga com 141.256 habitantes, mas após esta data o município de Braga conseguiu fixar e atrair mais população.

Este cenário revelado pelo município de Guimarães resulta, sobretudo, da Taxa de Crescimento Natural (Taxa de Natalidade-Taxa de Mortalidade), visto esta ter revelado uma descida a partir dos anos noventa. Em 2010, o município de Guimarães já revelava um crescimento natural de apenas 1,8%, precisamente metade do registado no município contíguo de Braga. No mesmo ano a Taxa de Crescimento Migratório era negativa em Guimarães (-3,5%), ou seja, já se registava uma baixa capacidade de captação de população para aí ir residir.

É possível definir o padrão registado nas últimas décadas. Enquanto na década de 1990 ocorreu uma subida da Taxa de Crescimento Migratório, na década de 2000 foi visível uma descida. Se, por um lado, foi notória a entrada de imigrantes na primeira década, a segunda década revela a crise económica e social instalada. Presupõe-se que parte dos imigrantes regressaram ao seu país de origem ou foram em busca de novos destinos.

De acordo com os dados mais recentes publicados pelo INE (2015) e referentes ao ano de 2014, continuou a registar-se uma Taxa de Crescimento Migratório negativa (-0,6%), mas menos acentuada do que nos anos anteriormente referenciados. Por seu turno, a Taxa de Crescimento Natural cifrou-se, para o mesmo ano, em 0,03%. Estes valores revelam, para o ano de 2014, uma situação menos negativa do que a sub-região do Ave no que concerne à Taxa de Crescimento Natural (-0,07%) e similar no que diz respeito à Taxa de Crescimento Migratório (-0,43%).

Resumindo, até aos anos de 1990, várias características demográficas e socioculturais caracterizavam o município de Guimarães e grande parte da região Norte quando comparado com a média do país, tais como: mais elevada Taxa de Natalidade; mais elevado Número Médio de Filhos por Mulher; famílias mais numerosas; baixa idade ao casamento; maior enraizamento das tradições, que se traduzia nos níveis de fecundidade e nas taxas de mortalidade infantil; mais elevadas taxas de nupcialidade; mais elevado contributo do casamento religioso; mais baixa taxa de divórcios; entrada mais precoce no mercado de trabalho, correlacionada com mais baixos níveis de instrução (Remoaldo, Ribeiro, Silva e Ribeiro, 2014). A partir daquela data Guimarães foi perdendo parte destes sinais de tradição.

Além dos fatores demográficos e sociais discutidos não podemos olvidar outro tipo de fatores, tais como a localização e crescimento da Universidade do Minho, que

possui um *Campus* universitário em Guimarães, a forma de crescimento da cidade e a oferta de habitação, a centralidade e concentração de alguns serviços e a ligação Braga-Guimarães e Braga-Barcelos.

No que diz respeito ao primeiro fator enunciado, o *Campus* universitário apareceu como uma oportunidade para a criação de emprego para a população como resultado do funcionamento da instituição e dos serviços e bens solicitados por esta instituição às empresas produtoras de bens e prestadoras de serviços (Remoaldo, Ribeiro, Silva e Ribeiro, 2014). Não obstante, o crescimento deste polo de Guimarães sempre foi menos notório do que o que ocorreu no polo de Braga (*Campus* de Gualtar, tendo este último, com a instalação da crise económica, passado a crescer mais à custa do ensino pós-graduado, ou seja, dos Mestrados e dos Doutoramentos – Remoaldo, Ribeiro, Silva e Ribeiro, 2014). Além deste polo universitário da Universidade do Minho, também aparece como relevante o polo de Braga da Universidade Católica. Relativamente ao último fator mencionado, talvez a inauguração em 2003 da A11 (que liga a cidade de Braga a Guimarães) e em 2005 da ligação de Braga a Barcelos (A11), poderão ter contribuído para o decréscimo da população que se registou em Guimarães e em Barcelos (Remoaldo, Ribeiro, Silva e Ribeiro, 2014).

A força centripeta da cidade de Braga relativamente aos municípios vizinhos, onde se inclui Guimarães, foi visível no crescimento urbanístico, e na aposta nas grandes superfícies comerciais e aumento do número de infraestruturas rodoviárias. No crescimento da cidade de Braga é mais visível uma tipologia mais compacta quando comparada com o crescimento da cidade de Guimarães, que se afigura mais disperso, embora organizado, principalmente, pela rede viária. O dinamismo revelado pelas vilas que constituem o município tem retirado dinamismo à cidade de Guimarães e induzido o aumento da mobilidade da população (Remoaldo, Ribeiro, Silva e Ribeiro, 2014).

Os resultados apresentados em termos demográficos são complementados por uma estrutura etária que reforça uma tendência para um rápido envelhecimento populacional, acompanhando, ainda que mais tardiamente, a tendência nacional. Aquando da realização do último Recenseamento Geral da População, Portugal apresentava uma das mais elevadas percentagens de idosos (65 e mais anos de idade) à escala mundial. Posicionava-se em sexto lugar (17,9%), sendo apenas ultrapassado pelo Japão (23,2%), Alemanha (20,7%), Itália (20,2%), Grécia (18,9%) e Suécia (18,5% – Population Reference Bureau, 2011). De acordo com a mesma fonte, em 2015 Portugal registava 19% de população idosa *versus* 14% de jovens (Population Reference Bureau, 2015).

Se sintetizarmos a informação referente à estrutura etária no Índice de Envelhecimento (definido como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos,

expressa habitualmente por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos), enquanto que em 1991 Guimarães denunciava um baixo Índice de Envelhecimento (34,2), em 2001 já tinha aumentado para 54,6 e em 2011 para 87,6. Estes resultados afastam-se das médias nacionais, que se cifraram, respetivamente, em 68, 102,2 e 128,6.

Neste contexto, torna-se também necessário conhecer os níveis de escolaridade da população vimaranense, pois uma população envelhecida e com as características da população portuguesa terá menos capacidade para interagir em língua estrangeira com os visitantes num determinado destino. Importa não olvidar que a interação entre visitante e residente pode afigurar-se como um determinante no retorno do visitante a um destino.

Também a saída para outros países dos jovens portugueses poderá debilitar a atividade económica ligada ao setor turístico e fazer com que parte dos destinos sejam apetecíveis para multinacionais que não sejam de origem portuguesa. Importa não esquecer que o nível de escolaridade é condicionador de todas as vertentes da vida de um indivíduo. Um indivíduo instruído pode, à partida, por possuir mais competências, desempenhar de forma mais eficiente o seu trabalho (Remoaldo, Ribeiro, Silva e Ribeiro, 2014).

De acordo com os dados do PORDATA referentes a 2011, 9,3% da população vimaranense possuía o ensino superior e 7,5% não possuía qualquer nível de escolaridade. O nível de ensino mais representativo era o 1.º Ciclo do Ensino Básico (até 4 anos de escolaridade), cifrando-se em 31,4% da população.

2. GUIMARÃES ENQUANTO CIDADE HISTÓRICO-CULTURAL E DESTINO TURÍSTICO EMERGENTE

O centro histórico da cidade de Guimarães foi declarado Património Material da Humanidade em dezembro de 2001. A razão principal para a obtenção desta designação prende-se com o papel de Guimarães como «berço da nação», isto é, local de nascimento de D. Afonso Henriques, o primeiro rei de Portugal, sendo o seu castelo um dos símbolos da independência do país, declarada por aquele face a Espanha (Remoaldo, Cadima Ribeiro, Vareiro e Freitas Santos, 2014).

Em 2012, o município acolheu uma das duas Capitais Europeias da Cultura desse ano (Maribor, na Eslovénia, foi a outra cidade que acolheu este título nesse ano), depois de Lisboa, a capital do país, o ter feito em 1994 e do Porto, a segunda maior cidade do país, a ter acolhido em 2001. Esta foi a primeira vez que uma cidade de dimensão média organizou tal megaevento e, portanto, se confrontou com este tipo de desafio.

Recorda-se a propósito que um megaevento é uma organização de larga escala (que pode ter uma natureza cultural, desportiva ou mesmo comercial), que assume

um caráter dramático (isto é, rompe com as rotinas estabelecidas), gera uma adesão humana massificada e tem expressão internacional (Ritchie, 1984; Roche, 2000; Liu, 2012).

Como já foi recordado em capítulos anteriores, tal qual outros megaeventos, uma Capital Europeia da Cultura (CEC) tende a gerar impactos de longo-prazo nas comunidades de acolhimento (Palonen, 2011; Gursoy, Chi, Ai e Chen, 2011; Remoaldo, Cadima Ribeiro, Vareiro e Freitas Santos, 2014), que podem ser de caráter econômico, sociocultural, psicológico, ambiental ou político. Pode, igualmente, reforçar a imagem da cidade no plano nacional e internacional (Deccio e Baloglu, 2002; Kim, Gursoy e Lee, 2006; Remoaldo, Cadima Ribeiro, Vareiro e Freitas Santos, 2014).

Tal qual foi destacado pelo estudo oficial de impacto da CEC, realizado pela Universidade do Minho (2013), a cidade enfrentou em 2012 um crescimento grande da procura turística, tendo os postos de turismo de Guimarães estimado um crescimento de visitantes de 106,7%, quando comparado com a média dos três anos precedentes. Além disso, segundo a mesma fonte (Universidade do Minho, 2013) e tomando os resultados de um inquérito aplicado em janeiro de 2013 a uma amostra de comerciantes retalhistas da cidade, 80% dos respondentes consideraram positivo (64,9%) ou muito positivo (23,9%) o impacto do evento em matéria de negócio realizado. No que se refere à reconfiguração da imagem da cidade, por sua vez, será porventura muito cedo ainda para tirar ilações finais.

Tal como foi enunciado antes, na última década censitária (2001-2011), o município experimentou um ligeiro decréscimo da população e o acolhimento da CEC resultou numa oportunidade dos seus residentes para reforçarem o seu orgulho na terra e, como antes foi sublinhado, de atrair novos visitantes. Em boa verdade, o turismo foi olhado pelas autoridades locais como um possível motor do processo de crescimento do território, confrontado que vinha sendo com a perda de dinamismo da sua base econômica tradicional, sobretudo assente nas indústrias dos têxteis, do vestuário, do calçado e da cutelaria, que, pese as dificuldades que foram enfrentando nas duas últimas décadas, ainda contribuem fortemente para as exportações e para o emprego local na atualidade. Nesse contexto, a organização da Capital Europeia da Cultura de 2012 oferecia-se como uma oportunidade preciosa de reforçar a imagem da cidade, a nível nacional e internacional, como destino cultural.

Num estudo realizado anteriormente, Vareiro, Remoaldo, Cadima Ribeiro e Marques (2011) haviam concluído que os residentes tinham uma perceção muito favorável do desenvolvimento do turismo na cidade, e que estavam atentos aos seus esperados efeitos em matéria de criação de emprego e associavam desenvolvimento turístico, oportunidades econômicas decorrentes da atividade, e preservação de edifícios históricos, e de manifestações culturais tradicionais.

Se, como escreveram Timothy e Boyd (2006: 4, citados por Yankholmes e Akyeampong, 2010), em tradução livre nossa, a herança histórico-patrimonial não é simplesmente o passado, mas o uso nos nossos tempos dos elementos do passado, então o município de Guimarães pode ser visto como um exemplo de uma realidade do presente que procura tirar partido de elementos do seu passado.

Entrando no detalhe de alguns dados da realidade turística de Guimarães, vale a pena anotar que, em 2013, isto é, logo após a CEC e em parte em expressão do acolhimento daquele megaevento, o município dispunha de 1.707 camas, as quais representavam 49,5% da capacidade de alojamento da NUTS III Ave e 3,5% da capacidade de alojamento total da NUTS II Norte (INE, 2013). Ainda segundo a mesma fonte (INE, 2013), este município recebeu naquele ano 3,8% dos hóspedes da NUTS II Norte, o que representou 55,9% do total de hóspedes da NUTS III Ave. Acrescente-se, ainda, em matéria de dormidas, que tal representou 3,4% do total de dormidas da NUTS II Norte e 59,0% das dormidas em Hotelaria na NUTS III Vale do Ave (Quadro 4).

Quadro 4 – Dormidas em estabelecimentos hoteleiros em Portugal, Região Norte, Ave e Guimarães, 2008 a 2013

NUTS e Concelhos	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	39 227 938	36 457 069	37 391 291	39 440 315	39 681 040	43 533 151
Região Norte	4 250 764	4 269 967	4 437 756	4 547 011	4 541 919	5 276 137
Ave	273 052	295 402	282 823	266 474	312 978	302 296
Guimarães	148 565	150 584	150 294	150 190	208 331	178 429

Fonte: Marques, Remoaldo, Vareiro e Cadima Ribeiro (2015).

Historicamente, o município de Guimarães tem registado o maior número de dormidas e de hóspedes dos municípios da NUTS III Ave.

Neste processo de desenvolvimento de uma vocação turística, a classificação do Centro Histórico de Guimarães pela UNESCO, a 13 de Dezembro de 2001, foi peça central, podendo afirmar-se que foi um dos investimentos mais produtivos e duradouros do município (Marques, Remoaldo, Vareiro e Cadima Ribeiro, 2015). Para tanto contribuiu o caráter singular do seu património arquitetónico. Ressalte-se a este propósito, como o fizeram notar Widmer e Pires (2008) e Widmer e Melo (2015), que, embora o objetivo primeiro da classificação dos sítios ou dos monumentos como Património Cultural Mundial seja contribuir para a respetiva preservação,

ela tem contribuído decisivamente para lhes dar maior visibilidade e incrementar a atividade turística dos lugares contemplados.

No que se refere à sua visibilidade internacional e promoção de imagem, Guimarães beneficiou, ainda, de ter sido uma das cidades anfitriãs do Campeonato Europeu de Futebol (EURO 2004), que decorreu em 2004. No mesmo sentido mas com muito menor visibilidade nacional e internacional, e impacto, foi em 2013 a Cidade Europeia do Desporto.

Da sua participação no EURO 2004 e, sobretudo, em resultado da CEC 2012, surgiram na cidade novos equipamentos culturais e desportivos, destacando-se a requalificação do Estádio D. Afonso Henriques (2004) e do Centro Cultural Vila Flor (2006), a construção do Pavilhão Multiusos de Guimarães (2005), da Cidade Desportiva, da Plataforma das Artes e da Criatividade (2012) e mais recentemente da Casa da Memória (2016). A requalificação e/ou construção destes equipamentos aumentou significativamente a capacidade de acolhimento de eventos, quer culturais quer desportivos.

Em expressão da ligação histórica do município à atividade industrial, com expressão na presença de um vasto número de empresas exportadoras, a cidade dispunha tradicionalmente de uma capacidade hoteleira relevante. O declínio de algumas atividades industriais teve reflexos na hotelaria local, com diminuição não só das taxas de ocupação como no nível dos gastos médios por hóspede. Reagindo a essa perda de vitalidade da base económica do município, conforme mencionado, a autarquia decidiu reorientar as suas apostas para o setor turístico, desenvolvendo um esforço muito importante em matéria de requalificação e regeneração urbana, particularmente do centro histórico da cidade. Esse esforço viria a ser coroado com a respetiva classificação como Património Cultural da Humanidade. Fruto dessas diversas apostas da última década e meia, Guimarães viu reforçado, nos últimos anos, o parque hoteleiro, tendo-se assistido à construção de algumas unidades de categoria superior. Esse ganho em matéria de equipamento hoteleiro foi mais notório entre 2008 e 2013 (Quadro 5).

Quadro 5 – Evolução dos estabelecimentos e capacidade de alojamento em Guimarães entre 2008 e 2013

	2008	2013	Var. % – 2008/2013
Estabelecimentos	13	23	43.4%
Capacidade de Alojamento	1203	1707	29.5%

Fonte: Marques, Remoaldo, Vareiro e Cadima Ribeiro (2015).

A dimensão cultural ou turístico-cultural da cidade cresceu não apenas em função da regeneração efetuada do seu centro histórico, do reforço do parque hoteleiro, da requalificação ou construção de raiz dos equipamentos a que nos referimos anteriormente, mas, igualmente, do estabelecimento de programas de atividades que lhe dessem uso, desejavelmente, ao longo de todo o ano. Na medida do equacionável para uma cidade da dimensão de Guimarães, essa orientação tem vindo a ser mantida.

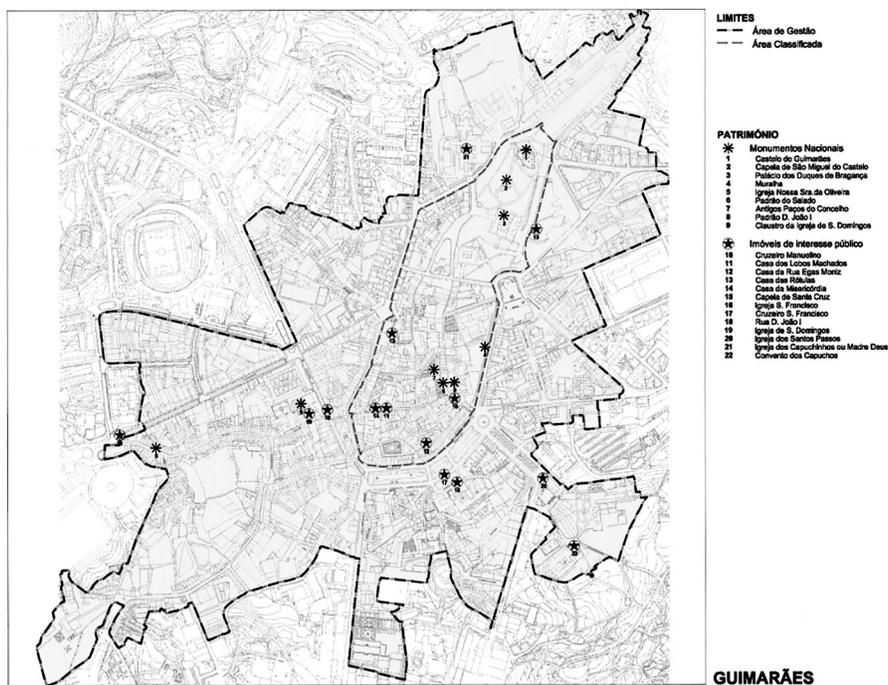
Olhando para o Centro Histórico de Guimarães, ou seja, para a componente da cidade classificada pela UNESCO como Património da Humanidade, importa recordar, entre outros aspetos, alguns dados sobre a respetiva realidade monumental e dinâmica demográfica. A essa luz, anote-se que, pese o crescimento populacional da cidade verificado nas décadas de sessenta e de oitenta (que, em todo o caso, foi modesto) e na década de noventa do século XX (aqui, com um crescimento de 13%), o centro histórico não acompanhou de modo algum esse dinamismo. Pelo contrário, entre 1940 e 2001 perdeu quase 20% da população. Foi nas décadas de sessenta e de oitenta que as perdas foram mais expressivas: de 16% e 21%, respetivamente (Atlante, 2005).

Com processo de reabilitação iniciado nos anos de 1980, conseguiu-se suster, em parte, a dinâmica demográfica regressiva que se vinha registando. Pese isso, segundo dados do final da primeira década do século XXI conferidos por Cadima Ribeiro e Remoaldo (2011), continuou a persistir uma razoável percentagem de alojamentos vagos (18%), que tem tido tendência para aumentar. Acresce que, mesmo após a vaga de reabilitação de edifícios conduzida desde 1985, conforme se assinalava em Atlante (2005), cerca de 30% dos fogos necessitavam ainda de obras de reabilitação. Entre 1985 e 1998, terão sido intervencionados 331 edifícios da área de gestão do Gabinete do Centro Histórico, dos quais 225 intra-muros – 46% do total de edifícios existentes (Atlante, 2005).

A dinâmica sociodemográfica experimentada pelo centro histórico da cidade de Guimarães tem explicação, em parte, no facto do centro histórico não constituir já o principal centro funcional da cidade, sobretudo porque a partir da década de 1990 outros centros se assumiram como polarizadores das funções comerciais e também residenciais (*e.g.*, nas freguesias de Azurém, Costa e Creixomil). A degradação do parque habitacional e o excesso de ruído associado aos estabelecimentos de diversão noturna também contribuíram para o esvaziamento registado.

Quando nos referimos ao centro histórico de Guimarães (Figura 1), importa ressaltar que estamos a falar de uma área da cidade com 121 hectares, correspondendo a apenas 5,3% da cidade de Guimarães (Atlante, 2005), isto se se assumir como válida a definição de perímetro urbano da cidade definido nos anos setenta do último século (2.278 ha), dos quais se podia dizer que extravasam largamente o território que era possível, na altura, ser objeto de urbanização (Cadima Ribeiro e Remoaldo, 2011).

Figura 1 – Património e área de gestão e área classificada da cidade de Guimarães



Fonte: Atlante (2005b), Estudo sobre o despovoamento dos Centros Históricos da Rede Atlante, Câmara Municipal de Évora, Évora, p. 181.

Aliás, conforme também assinalavam Cadima Ribeiro e Remoaldo (2011), ainda no presente se tem que encarar com algum ceticismo a definição de «urbana» atribuída a algumas das freguesias aí englobadas.

Na cidade, tomada genericamente, aparte a componente residencial, avultam os serviços ligados ao ensino (*e.g.*, Universidade do Minho), à cultural e recreio (*e.g.*, museus, galerias, bibliotecas), e à religião (*e.g.*, igrejas e oratórios). No centro histórico temos o comércio «tradicional», que sofreu algum refrescamento em termos recentes, nomeadamente no contexto da preparação e acolhimento da CEC 2012. A população que aí reside aproxima-se dos 14,2% do total da população da cidade (Cadima Ribeiro e Remoaldo, 2011).

As áreas verdes também têm um peso relevante e existe um número razoável de serviços direcionados para públicos mais jovens e, crescentemente, para os visitantes. Estamos a falar de serviços de restauração, concentrados na Praça de Santiago e no Largo da Senhora da Oliveira (*e.g.*, bares, restaurantes, Pousada), locais que, sobretudo no Verão, têm sido palco de atividades culturais diversas.

O número de imóveis ou conjuntos classificados existente no centro histórico materializa-se em: 10 Monumentos Nacionais; 10 Imóveis de Interesse Público; 2 Imóveis de Interesse Municipal e 3 outros que, por altura do estudo realizado por Cadima Ribeiro e Remoaldo (2011) se encontravam em processo de classificação. A esses dados podiam acrescentar-se por essa mesma altura, seguindo informação disponível em www.ippar.pt, consultada por Cadima Ribeiro e Remoaldo (2011) em 22 de Agosto de 2008, 13 Zonas de Protecção, 5 Zonas Especiais de Protecção e 4 Áreas *Non Aedificandi* de protecção dos imóveis existentes.

A imagem do centro histórico de Guimarães aparece, por outro lado, fortemente vinculada a edifícios e elementos simbólicos vários, como o Castelo de Guimarães e os Paços dos Duques de Bragança, a Capela de S. Miguel, a Praça da Oliveira, a Praça de Santiago e o Museu Alberto Sampaio. Alguns deles, têm um simbolismo que transcende em muito a dimensão local, como o Castelo de Guimarães ou os Paços dos Duques de Bragança, que facilmente são identificados com a emergência da nacionalidade portuguesa.

No contexto da sua classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade, foram vários os critérios considerados para acreditação do centro histórico de Guimarães. O facto da cidade e algum do seu património histórico se encontravam fortemente ligados ao estabelecimento da identidade nacional e da língua portuguesa, no século XII, foi um deles. Também o foi o facto da cidade se encontrar bem preservada, com a persistência de edifícios desde os tempos medievais (*e.g.*, o Paço Condal) até ao presente (Remoaldo, 2006).

Uma parte relevante do património edificado remonta ao século XVII e foi construído com as técnicas tradicionais de construção (Remoaldo, 2006). As ruas estreitas e sinuosas e os lotes estreitos e longos são também peças essenciais da morfologia medieval daquele centro histórico.

O Complexo Multifuncional de Couros, integrado num conjunto industrial do século XIX, e alvo de particular atenção no quadro das obras realizadas no âmbito da CEC, e o Centro Cultural Vila Flor, com palácio e jardins do século XVIII, foram dois projetos que vieram reforçar a valia patrimonial e cultural da cidade.

3. NOTAS CONCLUSIVAS

O capítulo que agora se finaliza almejou recordar algumas das características sociais e demográficas e do foro turístico do município de Guimarães, para melhor se compreenderem os resultados que se obtiveram com os inquéritos aos residentes e aos vistantes que serão analisados nos capítulos seguintes.

Como primeira ilação a retirar surge a perda de significado de grande parte dos indicadores de tradição inerentes ao município de Guimarães, especialmente a partir da década de 1990, e a perda do volume populacional na década de 2001 a 2011. Vários fatores foram avançados para a diminuição da sua população. A diminuição da Taxa de Crescimento Natural, assim como a de Crescimento Migratório (esta última para valores negativos) são os fatores demográficos explicativos. A tradicional dicotomia entre o Norte e Sul de Portugal começou a esbater-se nos anos de 1980. Mais tardiamente do que outros municípios da região Norte, Guimarães assistiu a uma diminuição da sua Taxa de Natalidade, a que se aditou uma mais baixa capacidade de atração da população para aí se ir fixar.

Somos de opinião de que a concorrência do município de Braga deverá ser outro dos fatores explicativos, que se fez sentir em vários domínios, tais como na expansão do ensino superior, no dinamismo comercial e modelo de crescimento da cidade.

O assumir da Capital Europeia da Cultura em 2012 terá conduzido a um crescimento relevante da procura turística (106,7%), ainda que no ano anterior ao evento se tenha registado um decréscimo de visitantes. Não obstante, ainda é cedo para se retirarem ilações sobre a reconfiguração da imagem da cidade. A captação de turistas continuará a fazer-se à custa do que o centro histórico de Guimarães tem e terá para ofertar, quer em termos de património tangível quer intangível, visto serem poucas as freguesias do município que detêm equipamentos que são capazes de atrair a atenção do visitante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATLANTE (2005), *Estudo sobre o despovoamento dos Centros Históricos da Rede Atlante*, Câmara Municipal de Évora, Évora.
- Cadima Ribeiro, J. e Remoaldo, P. C. (2011), «Tourism development policies of a U.N.E.S.C.O world heritage city: the case of Guimarães», *Tourism Economics and Management: trends and recent developments*, Maria M. M. S. Coelho e Álvaro Matias (Coord.), Ed. Universidade Lusíada, pp. 199-223, Lisboa.
- Cadima Ribeiro, J., Vareiro, L. e Remoaldo, P. C. (2012), «The host-tourist interaction in a world heritage site: the case of Guimarães», *China-USA Business Review*, 11(3), pp. 283-297.
- Deccio, C. e Baloglu S. (2002), «Nonhost Community Resident Reactions to the 2002 Winter Olympics: The Spillover Impacts», *Journal of Travel Research*, 41, pp. 46-56.
- Gursoy, D., Chi, C. G., Ai, J. e Chen, B. T. (2011), «Temporal Change in Resident Perceptions of a Mega-event: The Beijing 2008 Olympic Games», *Tourism Geographies*, 13(2), pp. 299-324.
- INE (2002), *Censos 2001 – Resultados definitivos*, Lisboa.
- INE (2012 e 2013), *Censos 2011 – Resultados definitivos*, Lisboa.
- INE (2013), *Anuário Estatístico da Região Norte 2012*, Lisboa.
- INE (2014), *Anuário Estatístico da Região Norte 2013*, Lisboa.
- INE (2015), *Anuário Estatístico da Região Norte 2014*, Lisboa.

- Kim, S., Gursoy, D. e Lee, S. (2006), «The impact of the World Cup on South Korea: comparisons of pre- and post-games», *Tourism Management*, 27, pp. 86-96.
- Liu, J. C. Y. (2012), «The strategy of city cultural governance: 2009 Kaohsiung world games and globalized city cultural images», *Journal of Leisure Studies*, 10(1), pp. 47-71.
- Marques, V., Remoaldo, P. C., Vareiro, L. e Cadima Ribeiro, J. (2015), «Perfil dos visitantes e percepções do destino Guimarães antes e após a CEC 2012». Comunicação apresentada no *IV International Tourism Congress ESG/IPCA*, subordinado genericamente ao tema 'Tourism for the 21st Century', que decorreu na Plataforma das Artes e da Criatividade, em Guimarães, entre 3 e 5 de dezembro de 2015.
- Palonen, E. (2011), «European Capitals of Culture and the limits of the urban effects in Luxembourg and Sibou 2007», *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 3(2), pp. 245-256.
- Population Reference Bureau (2011), *2011 World Population Data Sheet*, Washington.
- Population Reference Bureau (2015), *2015 World Population Data Sheet*, Washington.
- Remoaldo, P. C. (2006), «Guimarães – an example of urban patrimony preservation», *Urban changes in different scales: systems and structure – an introduction to the Urban Geography of NW Iberian Peninsula*, R. C. L. González e J. S. Medina, J. S. (Eds.), International Geographical Union (Commission on Monitoring Cities of Tomorrow), Consellería de Vivenda e Solo e Consellería de Política Territorial, Obras Públicas e Transportes da Xunta de Galicia e Universidad de León, pp. 133-141.
- Remoaldo, P. C., Ribeiro, V., Silva, S. e Ribeiro, M. (2014), *Novos rumos para o município de Guimarães*, Relatório Final apresentado à Associação Comercial e Industrial de Guimarães, Guimarães, 105 págs.
- Remoaldo, P. C., Cadima Ribeiro, J., Vareiro, L. e Freitas Santos, J. (2014), «Tourists' perceptions of world heritage destinations: The case of Guimarães (Portugal)», *Tourism and Hospitality Research*, 14(4), pp. 206-218.
- Ritchie, J. R. B. (1984), «Assessing the Impact of Hallmark Events: Conceptual and Research Issues», *Journal of Travel Research*, 23(1), pp. 2-11.
- Roche, M. (2000), *Mega-events and modernity: Olympics and expos in the growth of global culture*, Routledge, London.
- Timothy, D. J. e Boyd, S. W. (2006), «Heritage tourism in the 21st century: valued traditions and new perspectives», *Journal of Heritage Tourism*, 1(1), pp. 1-16.
- Universidade do Minho (2013), *Impactes Económicos e Sociais*, Relatório Executivo Guimarães 2012 Capital Europeia da Cultura, Universidade do Minho, Braga.
- Vareiro, L., Remoaldo, P., Cadima Ribeiro, J. e Marques, V. (2011), «Residents' perception of the benefits of cultural tourism: the case of Guimarães», *Paderborn Geographical Studies* (Paderborner Geographische Studien), A. Steinecke e A. Kagermeier (Org.), University of Paderborn, Germany. Institute series n.º 23, «Paderborner Geographische Studien zu Tourismusentwicklung und Destinationsmanagement», pp. 187-202.
- Widmer, G. M. e Pires, M. J. (2008), «O turismo como fator de contribuição para a proteção e função social do património natural da humanidade», *Revista Hospitalidade*, V(2), pp. 52-64.
- Widmer, G. M. e Melo, A. J. S. (2015), «O turismo como fator de contribuição para a proteção e função social do património natural da humanidade», *Perspectivas Contemporâneas de Análises em Turismo*, S. L. Figueiredo, F. F. Azevedo e W. R. M. Nobrega (Org.), Ed. NAEA, pp. 273-287, Belém.
- Yankholmes, A. K. B. e Akyeampong, O. A. (2010), «Tourists' perceptions of heritage tourism development in Danish-Osu, Ghana», *International Journal of Tourism Research*, 12, pp. 603-616.

Capítulo 4

A PERCEÇÃO DOS RESIDENTES

Na atualidade, qualquer processo de planeamento que almeje um desenvolvimento sustentável deve ser participativo e democrático. Tal pressupõe que seja pensado para as populações e com as populações. No caso de um megaevento cultural como uma CEC, pressupõe um planeamento precoce, onde os *stakeholders* sejam chamados a pronunciar-se e a participar. Tal postura, que na expressão em inglês se designa *collaborative decision making*, faz cada vez mais sentido, e deve assim substituir modelos de decisão do tipo de cima para baixo, alheados dos interesses e participação das populações (*hallmark decision making*).

Este último modelo de decisão, que vigorou durante tantas décadas, sempre se afigurou como sendo de pendor mais político e racional, mas uma abordagem mais social e inclusiva acabaria por se revelar mais pertinente numa sociedade pós-moderna, como a atual. Ainda que em Portugal tal postura seja ainda pouco utilizada, vale a pena dar voz às populações, fazendo ainda mais sentido quando se trata de uma população como a Vimaranense. E porquê? Porque esta é peculiar no contexto nacional, ciente da importância do seu passado, e informada por um forte enraizamento territorial e sentimento de pertença. Paralelamente, uma população que não esteja motivada e ciente dos benefícios da atividade turística pode ser um grande entrave ao desenvolvimento do setor e pode fazer com que o visitante não volte a esse destino.

Relativamente às primeiras duas CEC realizadas em Portugal, a primeira organizada em Lisboa em 1994 e a segunda no Porto em 2001, não se conhecem estudos científicos que tenham sido realizados sobre as perceções dos residentes. Mesmo em relação à CEC 2012, a equipa contratada oficialmente para se pronunciar sobre os impactes deste megaevento trabalhou esta vertente de forma tímida, centrando-se na captação da perspetiva dos mais jovens e apenas no período *ex-ante* do megaevento.

Tendo isso presente, no sentido de se obter um retrato mais holístico da realidade da CEC Guimarães 2012 e do seu legado, na presente obra optou-se por contemplar explicitamente a visão dos residentes, aparte a dos visitantes e a de um número definido de atores locais especialmente qualificados.

O presente capítulo inicia-se com a apresentação da metodologia usada em dois momentos: em 2011 (*ex-ante*) e em 2013 (*ex-post*). Os inquéritos realizados em 2011 (de outubro a dezembro) traduziram-se na recolha de 471 respostas válidas, enquanto que em 2013 (de abril a maio) foram recolhidos 551 inquéritos completos. Nos dois momentos foi solicitado o apoio da Câmara Municipal de Guimarães no processo de distribuição dos questionários, tendo os inquéritos sido aplicados nas Escolas Secundárias existentes no município.

Detalham-se, no presente capítulo, os resultados mais relevantes da investigação encetada, após a descrição da metodologia adoptada.

1. METODOLOGIA

Como já salientámos, em Portugal não é comum realizarem-se pesquisas sobre a perceção dos residentes no que diz respeito à atividade turística, e ainda menos no que respeita à sua perceção relativamente a um megaevento. Isto, ao contrário do sucedido a nível internacional, em que, como foi mencionado no capítulo 2 do presente livro, os estudos sobre as perceções dos residentes relativamente à atividade turística vêm sendo realizados desde os anos de 1970.

Entretanto, os estudos sobre as perceções dos residentes ganharam um novo impulso nos anos de 1990, sendo reconhecida a sua importância para o processo de planeamento e o seu contributo para o desenvolvimento sustentável (Cordero, 2008).

Em Portugal, um dos primeiros estudos realizados com esse foco, da autoria de Monjardino (2009), serviu de exemplo para a pesquisa que encetámos nesse domínio em 2010 (Vareiro, Remoaldo e Cadima Ribeiro, 2013), ainda antes do inquérito aplicado em 2011 a que já nos referimos e cujos resultados principais invocaremos aqui.

Aparte ser um dos primeiros estudos realizados em Portugal sobre a perceção dos residentes, Monjardino (2009) fez uso de um modelo de questionário veiculado pela Organização Mundial de Turismo, de onde lhe resultou um interesse acrescido que tivemos em conta.

A propósito da problemática em apreço, vale a pena manter presente que só quando a Comissão Europeia exigiu a realização de estudos de impacto das Capitais Europeias da Cultura e alterou os objetivos e exigências na programação do megaevento é que as cidades passaram a preocupar-se, umas mais do que outras, com esta componente.

Retornando ao nosso trabalho empírico, cumpre-nos explicitar que a metodologia utilizada nas investigações que efetuámos foi de cariz quantitativo e, enquanto o primeiro inquérito teve subjacente aferir a percepção do impacte esperado e o tipo de participação da população residente em Guimarães no evento CEC 2012, o segundo centrou-se na aferição da percepção do impacte observado, assim como, mais uma vez, o tipo de participação da população residente em Guimarães no megaevento.

O número de questionários obtidos segue o volume das amostras analisadas em pesquisas internacionais e publicadas em revistas indexadas nas bases de maior fator de impacte.

1.1. Metodologia: estudo de 2011

Como foi referenciado antes, o principal objetivo do primeiro inquérito aplicado em 2011 foi o de aferir a percepção do impacte esperado e o tipo de participação da população residente em Guimarães na CEC 2012. Tendo por base este objetivo geral, foram delineados objetivos mais específicos relacionados com o ano de 2011, tais como, inventariar a informação que o cidadão comum possuía sobre o que estava planeado em matéria da programação da Guimarães CEC 2012, identificar se o cidadão comum se revia na sua programação, avaliar de que forma a população residente pensava associar-se ao megaevento e avaliar que impactes previam os residentes antes da sua realização.

Após se esgotarem as várias possibilidades de aplicação do inquérito e porque se entendeu que fazia sentido avaliar a percepção da população residente nas 69 freguesias constituintes do município de Guimarães (tal qual a realidade administrativa existente antes da reforma administrativa ocorrida em 2013), optou-se por aplicar o mesmo nas quatro Escolas Secundárias existentes e numa Escola Profissional. Os estudos anteriores realizados com mais afinidade com o nosso centravam-se somente nas freguesias do centro histórico. Considerámos que se tratava de um método eficiente e económico de recolha de informação posto que podia garantir uma elevada percentagem de respostas e uma amostra potencialmente representativa do universo em estudo.

Conforme foi antes mencionado, foi usada uma amostra de 471 inquéritos aplicados à população local, entre outubro e dezembro de 2011. Ainda que tenhamos distribuído 1.000 questionários junto dos diretores de turma dos 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade de cada escola, com o acordo prévio da direção das mesmas, foram devolvidos 510. Ainda assim, isso correspondeu a uma boa taxa de resposta (51%). Mas quando fomos avaliar a qualidade do preenchimento do mesmo, tivemos que reduzir a nossa análise para 471 por forma a garantir um tratamento estatístico adequado.

A escolha dos estudantes que cursavam pelo menos o 10.º ano para veicular o questionário e, em parte, responder ao mesmo relacionou-se com o facto de os indivíduos com pelo menos 15 anos serem capazes de responder ao questionário, tal como refere Poria, Butler e Airey (2003), pois é por volta desta idade que as capacidades cognitivas de cada indivíduo se estabilizam. Os ditos estudantes constituíram um importante elo de ligação aos seus familiares e foi possível responsabilizá-los (com a supervisão dos professores) pelo pedido junto dos seus familiares de resposta ao questionário (por exemplo, irmãos, pais, tios, avós). Por essa via, procurou-se alcançar três gerações de residentes (15-24 anos, 25-64 anos e 65 e mais anos), sendo o elo de ligação os estudantes em causa. Estes, depois de responderem ao questionário em ambiente de sala de aula, levaram para casa mais três questionários.

Dispuseram de cerca de quinze dias para solicitar aos seus familiares o preenchimento do questionário e entregá-los ao(à) diretor(a) de turma. Foi um processo difícil visto que, no ano de 2011, foram aplicados vários inquéritos a propósito da Guimarães 2012 e, em razão disso, as direções de turma tiveram dificuldades em controlar as várias solicitações de diferentes instituições que lhes chegaram.

O questionário integrou 18 questões e, no sentido de não sobrecarregar o inquirido com questões abertas, que dificultavam a leitura da resposta por parte da equipa de investigação, foram incluídas sobretudo questões de escolha múltipla, usando em duas delas uma escala de Likert com 5 níveis, onde 1 correspondeu a «discordo completamente» e 5 a «concordo completamente».

O questionário foi dividido em três partes. A primeira, com seis questões, preocupou-se com o assistir e participar no megaevento. A segunda, com duas questões, estava associada às perceções dos residentes. Por último, a terceira parte encerrou as restantes questões, dedicadas ao perfil sociodemográfico dos inquiridos (*e.g.*, sexo, idade, estado civil, nível de instrução, freguesia de residência).

Atendendo a que foi realizado um pré-teste, a 29 de setembro de 2009, e que o mesmo nos deu indicação de que as perguntas consideradas eram de sintaxe simples e entendíveis pelos indivíduos, optou-se pelo inquérito por questionário autoadministrado.

A realização do pré-teste permitiu ensaiar o questionário em pequena escala, e como se deve realizar a indivíduos que não pertencem ao universo do qual se vai retirar a amostra, mas que têm características similares às pessoas que vão fazer parte dela (Remoaldo, 2007), aplicámos o mesmo na data mencionada a 10 residentes de idades entre os 40 e 60 anos de idade. Constatámos que o tempo médio de resposta era de 10 minutos.

Além de possibilitar o controlo do tempo de resposta, o pré-teste permitiu-nos entender que havia necessidade de encurtar o questionário e, sendo assim, optou-se por retirar algumas questões na versão que efetivamente foi aplicada a partir de outubro de 2011.

1.2. Metodologia: estudo de 2013

No que diz respeito ao segundo inquérito aplicado no período *ex-post*, o principal objetivo foi também o de aferir a percepção do impacte observado e o tipo de participação da população residente em Guimarães na CEC 2012. Partindo deste objetivo geral, foram equacionados mais três objetivos específicos: i) fazer o levantamento da informação que a população de Guimarães tinha sobre como tinha decorrido a Capital Europeia da Cultura 2012 e respetivo programa concretizado; ii) avaliar de que forma a população residente se associou ao evento; e iii) avaliar que impactes percecionaram da realização do evento.

A metodologia usada foi a mesma da do inquérito conduzido em 2011, mas devido a restrições impostas pelo Ministério da Educação e existentes em 2013, foi necessário realizar reuniões com algumas direções de Escolas e transmitir às mesmas que os resultados obtidos com os inquéritos não seriam divulgados de forma individualizada nem por Escola. Tal necessidade decorreu do facto de existirem normas mais apertadas quanto à possibilidade de realização de inquéritos de cariz científico nas escolas do ensino secundário.

Foram distribuídos 1.400 questionários entre abril e maio de 2013 e foram devolvidos 896, correspondendo a uma taxa de resposta de 64%. Atendendo a que distribuímos um maior número de questionários no período *ex-post*, seria previsível obtermos um maior número de questionários preenchidos. Por outro lado, em 2013 não ocorreu uma sobrecarga dos docentes em termos de aplicação de inquéritos, facilitando o processo de aplicação. Além disso, em 2013 optou-se por uma maior insistência junto das direções das escolas e foi nítida a maior preocupação das escolas em garantir um maior número de questionários preenchidos do que se havia conseguido em 2011. No entanto, tivemos que considerar apenas 551 na nossa análise, visto serem os que tinham um preenchimento completo e que permitiam a concretização de uma análise multivariada.

Mais uma vez, depois de responderem ao questionário em ambiente de sala de aula, os estudantes levaram para casa mais três questionários. Dispuseram de cerca de vinte dias para os entregar ao(à) diretor(a) de turma. Ainda que não estivessem a decorrer inquéritos nas Escolas naquele período, tratou-se, mais uma vez, de um processo moroso e difícil, que implicou contactos sistemáticos com as direções das escolas.

Foi percecionado o ambiente vivido de maior número de tarefas alocadas aos professores e a maior insistência em cumprir os programas das várias disciplinas, dificultando a disponibilidade dos mesmos para acompanharem a aplicação dos inquéritos.

O questionário conteve 17 questões, sendo muito similar ao utilizado em 2011, encontrando-se também dividido em três partes. A primeira parte direccionou-se para

a assistência e participação do inquirido na CEC (seis questões). A segunda parte focou-se nas percepções dos residentes do impacte da CEC 2012 (duas questões), enquanto a terceira parte permitiu aferir o perfil sociodemográfico dos inquiridos (*e.g.*, sexo, idade, estado civil, nível de instrução, freguesia de residência).

As alterações que foram feitas no questionário usado em 2011 prenderam-se com o facto de haver necessidade de desagregar mais algumas das categorias apresentadas e com a necessidade de interrogar o inquirido sobre, por exemplo, a atividade que o tinha marcado mais no ano do megaevento e a que melhor projetou a imagem da cidade de Guimarães em Portugal e no estrangeiro. Optou-se, mais uma vez, por usar, nalgumas questões, uma escala de Likert com 5 níveis, onde 1 correspondeu a «discordo completamente» e 5 a «concordo completamente».

Ainda que o questionário tenha sido testado em 2011 e tenham sido poucas as alterações feitas no mesmo para o ano de 2013, foi concretizado um pré-teste a dez residentes, a 21 de março de 2013. Mais uma vez, o tempo médio de resposta foi de 10 minutos.

2. RESULTADOS: ESTUDO DE 2011

2.1. Perfil da amostra, participação e conhecimento da programação

Antes da realização do estudo de 2011 e centrado na Guimarães CEC 2012, havíamos inquirido a população vimaranense no que diz respeito às suas percepções sobre o impacte da atividade turística em Guimarães. O estudo foi realizado tendo por base a aplicação de 540 inquéritos por questionário autoadministrado, distribuídos entre janeiro e março de 2010 (Vareiro, Remoaldo e Cadima Ribeiro, 2013). Foi considerada uma amostra de conveniência usando a mesma metodologia que foi utilizada, entretanto, nas amostras de 2011 e de 2013 e descrita nos *itens* anteriores do presente capítulo.

Relativamente à afirmação «O turismo é bom para Guimarães», 80% dos inquiridos haviam expressado uma opinião muito positiva, estando completamente de acordo (nível 5 da escala de Likert de 5 níveis) relativamente à afirmação apresentada (Vareiro, Remoaldo e Cadima Ribeiro, 2013). Mas, englobando igualmente os que haviam declarado estar de acordo com a dita afirmação (nível 4 da escala de Likert), a percentagem ascendeu a 98,2%. Apenas 0,2% revelaram total desacordo relativamente a esta afirmação (Vareiro, Remoaldo e Cadima Ribeiro, 2013).

Estes resultados estão de acordo com os encontrados noutros estudos realizados à escala internacional, tais como os de Faulkner e Tideswell (1997) e de Andriotis e Vaughan (2003). Esta avaliação tão positiva parece fazer sentido, pois é o que normalmente acontece em destinos turísticos emergentes, como no caso de Guimarães.

Como já mencionámos, Guimarães constitui ainda um destino emergente à escala internacional, competindo com outros destinos portugueses que começam a dar sinais de consolidação, tais como o Porto. Tem ainda que realizar uma importante caminhada no sentido da sua afirmação internacional.

Através de uma técnica estatística de análise multivariada, como é a análise de *clusters*, foi possível identificar a existência de três *clusters*: a dos cépticos; a dos optimistas moderados; e a dos entusiastas (Vareiro, Remoaldo e Cadima Ribeiro, 2013). Os cépticos (apenas 19% da amostra) revelaram uma posição moderada relativamente aos impactes positivos do turismo e um significativo sentimento de preocupação em termos dos impactes negativos. Revelou ser um grupo constituído maioritariamente por homens, idosos e com um menor nível de instrução. Em contrapartida, no *cluster* dos estusiastas (que representou 42% da amostra) os inquiridos mostraram ser muito positivos acerca dos impactes positivos e o mesmo para a quase totalidade dos impactes negativos. O grupo mostrou ser constituído maioritariamente por mulheres e jovens, emergindo como um elemento constitutivo, igualmente, a detenção de um elevado nível de instrução. Tendiam, também, a viver em áreas predominantemente urbanas (Vareiro, Remoaldo e Cadima Ribeiro, 2013).

Sendo assim, quando partimos para o inquérito aos residentes em finais de 2011, antes da CEC 2012, sabíamos que os vimaranenses tendiam a avaliar de forma muito positiva o turismo e que estavam disponíveis para receber mais visitantes.

Na presente obra não iremos destacar as desigualdades territoriais, ou seja, se houve ou não diferenças em termos de percepções entre os inquiridos que residiam em freguesias de *facies* mais urbano e aqueles que residiam em freguesias de perfil rural, pois, usando a TIPAU – Tipologia de Áreas Urbanas (versão de 2009 em vigor nos período de realização da nossa investigação) apenas uma das freguesias era considerada considerada Área Predominantemente Rural. Além disso, o número de questionários obtidos por freguesia foi muito baixo nalguns casos, não nos permitindo tirar ilações sólidas nem realizar uma análise estatística consistente.

No respeitante à amostra de 2011, podemos observar no Quadro 6 algumas das características sociodemográficas dos inquiridos.

Quadro 6 – Características sociodemográficas dos inquiridos em 2011

	N	%
Sexo		
Masculino	192	40,8
Feminino	279	59,2
Grupo etário		
15-24	256	54,4
25-64	203	43,1
65 e mais	12	2,5
Nível de instrução		
1.º Ciclo do Ensino Básico	73	16,0
2.º Ciclo do Ensino Básico	228	50,1
Ensino Secundário	126	27,7
Ensino Superior	28	6,2
Rendimento		
Menos de 500€	54	11,5
500-1000€	167	35,5
1001-2500€	115	24,4
Mais de 2500€	24	5,1
Sem indicação do rendimento	111	23,5

Fonte: Remoaldo, Cadima Ribeiro, Mota e Vareiro (2014).

A maior parte dos inquiridos era do sexo feminino (59,2%), seguindo os resultados de outros estudos (*e.g.*, Ambroz, 2008; Sharma e Dyer, 2009; Richards e Rotariu, 2011; Eusébio e Carneiro, 2012), tal como citado por Remoaldo, Cadima Ribeiro, Mota e Vareiro (2014). Este valor também segue o universo, que, de acordo com o último Recenseamento Geral da População, indicava que 51,4% dos habitantes do município eram do sexo feminino (INE, 2011).

O grupo etário mais representativo revelou ser o dos 15 aos 24 anos (54,4%), estando bastante acima da sua representatividade no universo (15%), mas que se compreende por causa do mais elevado número de respostas dos estudantes das escolas secundárias e pelas condicionantes já mencionadas referentes ao ano de 2011. Esta variável condicionou os resultados da variável referente ao nível de instrução, havendo 50,1% de respondentes com até seis anos de escolaridade.

A maioria dos inquiridos residia em Áreas Predominantemente Urbanas (73,7%), seguindo-se as Áreas Mediamente Urbanas (15,1%). Os restantes inquiridos habitavam em Áreas Predominantemente Rurais, tendo por base a TIPAU – Tipologia de Áreas Urbanas do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2009).

Com maior número de inquiridos (até 37) destacou-se a freguesia de Creixomil, seguida de nove freguesias ou de Uniões de freguesias, com até 24 inquiridos [S. Tor-

cato, União das freguesias de Atães e Rendufe, Mesão Frio, Azurém, Prazins (Santa Eufémia), Caldelas, União das freguesias de Sande, Selho (S. Jorge) e Polvoreira]. A freguesia de Longos (a única denominada de Área Predominantemente Rural pela TIPAU), no setor norte do município, foi a que apresentou um menor número de inquiridos. Apesar da desigual distribuição dos inquiridos pelas freguesias, podemos afirmar que ocorreu uma cobertura da quase totalidade das freguesias do município.

No entanto, devido ao elevado número de freguesias existentes, a percentagem de inquiridos por freguesia revelou ser muito baixa, variando entre os 0,1% e os 1,2%, impossibilitando a realização de uma análise das percepções segundo a residência dos inquiridos.

Em finais de 2011, 89% dos inquiridos mencionaram que tencionavam assistir às atividades desenvolvidas na CEC 2012, enquanto 11,0% referiu não tencionar fazê-lo, tendo, para o efeito, sido usada a seguinte questão: *Tenciona assistir a algumas das atividades promovidas, no ano de 2012, pela «Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012»?* Ainda assim, apenas 35,5% declararam que seguramente iriam participar no megaevento.

Não obstante, não se registaram diferenças assinaláveis entre os respondentes do sexo masculino e os do sexo feminino (Remoaldo, Cadima Ribeiro, Mota e Vareiro, 2014).

Ainda que os mais jovens tenham manifestado um maior interesse em participar (15-24 anos, com 91,0%, e 25-64, com 87,2%), quando a percentagem foi de apenas de 75% para os idosos, o teste do qui-quadrado levou-nos a concluir que a intenção de participar era independente da idade ($X^2 = 4.129, p = 0.127, N = 471$). Ainda no que diz respeito à variável idade, os mais instruídos (com licenciatura, grau de mestre ou de doutor) manifestaram uma mais significativa intenção de participar (96,4%), enquanto os menos instruídos (que não sabiam ler nem escrever ou que tinham até quatro anos de escolaridade) foram o grupo que manifestou mais intenções opostas. Na realidade, 23,3% dos respondentes referiram que não iriam participar nas atividades do megaevento e, por referência a esta variável, o teste do qui-quadrado revelou que quanto mais elevado era o nível de instrução mais elevada era a intenção de participar no megaevento (Remoaldo, Cadima Ribeiro, Mota e Vareiro, 2014).

Em 2011, os inquiridos deram como principal motivo para não participar na CEC 2012 o tratar-se de «espetáculos ou outro tipo de atividades pouco interessantes» (34,6% dos inquiridos), ainda que a «falta de transportes públicos» (17,3% dos inquiridos) e «os preços dos bilhetes» (17,3%) também tenham sido assinalados com alguma veemência.

Os jovens entre os 15 e os 24 anos de idade revelaram como mais relevante razão para não participarem o pressuposto baixo interesse dos «espetáculos ou outro tipo

de atividades» (56,5%), enquanto que nos adultos (25 a 64 anos) «os preços dos bilhetes» foram o motivo mais importante mencionado (19,2%). No grupo dos mais idosos (65 e mais anos de idade), «a falta de transporte» (33,3%) foi o mais importante motivo indicado.

Os «espetáculos ao ar livre» (79% dos homens e 81,1% das mulheres), a «Música» (54,3% dos homens e 62,2% das mulheres) e as «Exposições diversas» (44,4% dos homens e 50,8% das mulheres) foram as atividades mais salientadas em termos de vontade de participação. O teatro mereceu uma menor atenção por parte dos inquiridos, mas as mulheres manifestaram uma maior intenção de assistir a este tipo de atividade (Remoaldo, Cadima Ribeiro, Mota e Vareiro, 2014).

No que diz respeito à participação ativa nos espetáculos programados, fosse como voluntário ou como organizador de atividades, 45,1% declarou que não tencionava participar. Seguiram-se 39,2% que provavelmente tencionavam fazê-lo e 14,9% que referiram que tencionavam associar-se de alguma forma à programação da CEC 2012 (Mota, 2014). Estes resultados podem estar relacionados com um conhecimento pouco aprofundado da programação cultural da CEC 2012. Efetivamente, o grau de conhecimento da programação cultural revelou ser médio (42,4%) ou baixo (26,1%), correspondendo a uma média de 2,7 em 5 pontos máximos. Apenas 17% dos inquiridos percecionou deter um grande ou muito grande conhecimento do programa cultural planeado (Remoaldo, Cadima Ribeiro, Mota e Vareiro, 2014).

Estes resultados contrastam com os de outros estudos realizados, nomeadamente, o que se reportou a Liverpool 2008. Garcia, Melville e Cox (2010) registaram que, em 2007 (antes do megaevento), 57% da população tinha um conhecimento razoável do megaevento e, em 2009 (após o megaevento), cerca de 66% dos inquiridos reconheceram que participaram no megaevento. Provavelmente, as diferenças encontradas derivam do tardio conhecimento e acesso à programação cultural da CEC Guimarães 2012 (Mota, 2014). Tal como foi tornado público em início de 2012, a população vimaranense somente em janeiro de 2012 teve acesso à programação da CEC, visto ter sido nessa data que essa programação foi tornada pública.

Por outro lado, era notório o fraco envolvimento das associações locais no megaevento, o que foi reportado por inúmeras notícias publicadas nos jornais locais e nacionais. Apesar das associações locais terem sido convidadas a apresentar projetos para serem desenvolvidos no âmbito da CEC 2012, grande parte delas não obteve resposta no espaço de um ano e as que o conseguiram identificaram valores muito baixos de financiamento dos seus projetos. Retornaremos a esse tema no capítulo 6.

Reportando-nos às fontes de informação mais utilizadas pelos residentes para obter informação sobre a CEC 2012, estas revelaram ser bastante diversificadas,

e sobressaíram o «passa-a-palavra» (45,6%), os amigos e a família (42,0%) e a internet (38,9%). Em contrapartida, as menos usadas foram os *flyers* e folhetos (16,9%) e os cartazes e/ou *placards* (29,2%) (Mota, 2014). Estes resultados ficaram aquém dos de Liverpool 2008, visto as redes sociais *Youtube*, *Flickr* e *Facebook* terem sido os principais veículos de divulgação e de acesso à informação sobre o evento aí realizado.

Os nossos resultados revelam igualmente que foram, sobretudo, as redes tradicionais de divulgação que estiveram no cerne do acesso à informação por parte dos vimaranenses, seguindo o que já havia sido diagnosticado na CEC Porto 2001, ainda que não existam estudos relacionados com os residentes. Em concreto, Santos (2002) diagnosticou na inquirição aos espetadores de eventos dessa CEC três principais meios de informação: a informação de amigos (28%); a imprensa escrita (24%); e o programa editado pela Porto 2001 (22%).

Ainda que se tenha registado uma evolução entre a CEC 2001 e a CEC 2012, em 2012 a internet ficou em terceiro lugar nas fontes de informação utilizadas. Refira-se a propósito que os nossos inquiridos mencionaram que era necessária uma maior divulgação na TV e na rádio (37,5%), um maior envolvimento da população (27,1%), mais notícias de imprensa (20%) e uma maior presença nas redes sociais (18,2%) (Mota, 2014).

2.2. Percepção dos impactes

No questionário foi usada uma questão (questão 7) que se reportava aos impactes percebidos pelos inquiridos, que incluía os três principais tipos de impactes esperados: económicos; socioculturais; e ambientais. Nesta questão, foram usados 20 *itens*, sob a forma de afirmações, e uma escala de Likert de 5 níveis.

No Quadro 7 estão patentes as percentagens obtidas em cada um dos níveis, assim como a média. Os impactes são também diferenciados consoante se tratava de impactes positivos ou negativos.

Como mencionámos em capítulos anteriores, grande parte dos estudos tratam os impactes de forma global, não diferenciando os positivos dos negativos. Os resultados obtidos no estudo que realizámos denotam uma tendência dos inquiridos para enaltecerem os impactes positivos (Remoaldo, Cadima Ribeiro, Mota e Vareiro, 2014). Dos 20 considerados, 5 impactes positivos revelam médias acima dos 4, sobressaindo a «Melhoria da imagem do município» (média de 4,28) e a «Conservação do património construído» (média de 4,16). No primeiro caso, 83% dos respondentes assinalaram que concordavam ou concordavam completamente com a afirmação que sinalizava essa dimensão, enquanto que no segundo caso a percentagem obtida foi de 80,9%.

Quadro 7 – Perceções dos residentes relativamente aos impactes esperados da Guimarães CEC 2012

Impactes do evento Guimarães CEC 2012	1	2	3	4	5	Média
Impactes positivos						
Melhoria da imagem do município	0,6	3,2	13,2	33,3	49,7	4,28
Conservação do património construído	0,4	3,4	15,3	41,4	39,5	4,16
Mais investimento público na cultura	1,5	2,1	15,7	49,9	30,8	4,06
Valorização e recuperação das tradições	1,1	2,8	19,7	45,6	30,8	4,02
Atração de mais investimentos	0,6	3,8	18,9	46,5	30,1	4,02
Melhoria da autoestima da população vimaranense	3,0	3,6	25,3	41,2	27,0	3,86
Melhoria das infraestruturas locais	1,1	4,7	26,8	50,5	17,0	3,78
Aumento da oferta de eventos culturais	1,1	4,9	30,8	45,6	17,6	3,74
Criação e/ou aumento do emprego	4,7	7,2	28,7	45,0	14,4	3,57
Aumento da segurança pública	1,5	10,2	32,5	41,4	14,4	3,57
Aumento da qualidade de vida	4,9	11,7	39,3	34,6	9,6	3,32
Aumento do rendimento dos residentes	6,4	21,7	47,3	19,7	4,9	2,95
Impactes negativos						
Dificuldade de estacionamento	2,8	5,9	24,4	39,3	27,6	3,83
Aumento do trânsito	1,9	7,9	31,0	38,9	20,4	3,68
Aumento dos preços de bens e serviços	4,2	16,6	34,6	32,5	12,1	3,32
Alteração de hábitos e costumes dos residentes	5,9	18,7	40,6	26,3	8,5	3,13
Alteração dos hábitos dos vimaranenses	7,9	17,6	36,3	32,5	5,7	3,11
Aumento do lixo produzido	11,9	20,8	28,2	28,2	10,8	3,05
Degradação do ambiente físico e natural	8,9	21,4	42,7	21,0	5,9	2,94
Aumento da criminalidade	17,8	28,2	29,3	15,9	8,7	2,69

Fonte: Remoaldo, Cadima Ribeiro, Mota e Vareiro (2014).

Se analisarmos os cinco impactes positivos que registaram mais elevadas médias, os resultados demonstram que os inquiridos tinham perceções direccionadas para a questão da imagem do município, para aspectos mais materiais, como a conservação do património construído, e para a valorização do património imaterial, não desvalorizando a atração de mais investimentos. No entanto, não percecionaram tanto os eventuais efeitos em termos de «Aumento da qualidade de vida» (média de

3,32) e de «Aumento do rendimento dos residentes» (média de 2,95), ou seja, esperavam benefícios sociais e económicos para o município, mas que não se refletiriam nos seus próprios rendimentos. Resultados similares já tinham sido encontrados noutros estudos que realizámos antes da CEC 2012 (Vareiro, Cadima Ribeiro, Remoaldo e Marques, 2011; Vareiro, Remoaldo e Cadima Ribeiro, 2013).

A elevada riqueza do património intangível do município e da gastronomia local ficou patente na «Valorização e recuperação das tradições» (média de 4,02), fazendo pensar que os inquiridos esperavam que estes fossem mais promovidos e preservados com a realização da Guimarães 2012.

Os impactes ligados ao ambiente acolheram uma média baixa («Aumento do lixo produzido» – média de 3,05 e «Degradação do ambiente físico e natural – 2,94). Também, apesar de esperarem um aumento de visitantes, não vislumbraram um aumento potencial relevante da criminalidade (média de 2,69).

Por seu turno, relativamente aos impactes negativos, destaca-se a «Dificuldade de estacionamento» (média de 3,83) e o «Aumento de trânsito» (média de 3,68), deixando antever que os inquiridos pressupunham um aumento substantivo do número de visitantes, olvidando, talvez, o facto de tal ser difícil de acontecer visto as atividades previstas decorrerem ao longo de um ano.

Como foram consideradas 20 afirmações para medir os impactes esperados, submetemos os mesmos a uma análise factorial usando as Componentes Principais como método de extração, com rotação varimax, para a avaliação do número de fatores subjacentes e identificar os *itens* associados a cada fator. Foram extraídos cinco fatores com valores superiores a um. Estes fatores explicaram 56,02% da variância total contida nas variáveis iniciais (Quadro 8).

O primeiro fator, intitulado *Investimentos e benefícios imateriais*, foi o que explicou uma mais elevada percentagem da variância (22,56%) e mostrou possuir um grau de fiabilidade de 0,69. Pelo contrário, o quinto fator (*Benefícios sociais e económicos*), com uma fiabilidade de 0,57, foi o que explicou uma mais baixa percentagem da variância das variáveis originais (5,36%).

Se tivermos em consideração a variável género e usando testes *t* na análise das diferenças entre os que participaram e os que não participaram no megavento, conclui-se que as mulheres revelaram médias mais baixas do que os homens em relação aos benefícios económicos e custos, apesar das diferenças não se terem revelado estatisticamente significativas. As mulheres também denotaram uma média mais elevada no fator 1 (Investimentos e benefícios imateriais) e esta diferença foi estatisticamente significativa para um nível de significância de 95%. As mulheres evidenciaram médias mais elevadas em todos os *itens* deste fator, com diferenças estatisticamente significativas em 5 dos 7 *itens*, denunciando que estavam mais preocupadas com os impactes sociais potenciais do megavento.

Quadro 8 – Análise fatorial dos impactes esperados da CEC 2012

Fatores de impactes da CEC 2012 (Reliability alpha)	Loading	Eigen-values	Explained variance	Média
1: Investimentos e benefícios imateriais (0,82)		4,51	22,56	4,02
Maior investimento público no setor da cultura	0,75			
Conservação do património construído	0,75			
Fatores de impactes da CEC 2012 (Reliability alpha)	Loading	Eigen-values	Explained variance	Média
Valorização e recuperação das tradições locais	0,75			
Melhoria da imagem do concelho	0,70			
Atração de mais investimentos para a região	0,69			
Aumento da qualidade de vida da população	0,50			
Aumento da oferta de eventos culturais	0,44			
2: Custos económicos, sociais e ambientais (0,69)		2,44	12,21	3,25
Dificuldades de estacionamento	0,71			
Aumento do trânsito	0,68			
Aumento do lixo produzido	0,68			
Aumento do crime	0,67			
Aumento do nível de preços de bens e serviços	0,48			
Degradação do ambiente físico e natural	0,48			
3: Segurança e infraestruturas (0,64)		1,97	9,35	3,67
Aumento da segurança pública	0,79			
Melhoria das infraestruturas locais	0,68			
4: Mudanças nas práticas tradicionais e nos hábitos (0,63)		1,31	6,55	3,12
Alteração dos hábitos dos vimaranenses	0,83			
Mudanças nas práticas tradicionais	0,74			
5: Benefícios sociais e económicos (0,57)		1,07	5,36	3,28
Aumento do rendimento dos residentes	0,78			
Criação e/ou aumento de emprego	0,60			
Aumento da qualidade de vida	0,51			
Total da variância explicada		56,02		

Fonte: Remoaldo, Cadima Ribeiro, Mota e Vareiro (2014).

Notas: Método de extração – Análise das Componentes Principais; Método de rotação – *Varimax* com normalização seguindo o método de Kaiser: $KMO=0,808$; teste de esfericidade de Bartlett: $p=0,00$.

3. A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL NA FORMAÇÃO DAS PERCEÇÕES DOS RESIDENTES

Como foi mencionado antes na presente obra, o processo de avaliação sistemático às CEC por uma entidade externa e independente passou a ser uma exigência depois da Decisão n.º 1622/2006/EC, de 24 de Outubro de 2006. Desde 2007 que a Comissão Europeia publica uma avaliação *ex-post* sobre as CEC, contemplando uma secção referente ao envolvimento da população no megaevento (ECOTEC 2009 e 2010; European Commission, 2009 e 2010).

Para entender o porquê do tipo de participação no megaevento denunciado em 2011 por parte da população vimaranense, e porque no decurso do ano de 2011 o processo da organização do megaevento Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012 foi envolto em várias querelas políticas, analisou-se a publicação de informação sobre a temática em dois semanários vimaranenses e num jornal diário nacional.

A análise do olhar da população e das associações vimaranense sobre a preparação da Capital Europeia da Cultura, medeado pela imprensa, foi feito recorrendo à imprensa local, através da publicação virtual dos semanários «Notícias de Guimarães» (www.noticiasdeguimaraes.com/) e «O Povo» (www.opovo.pt/). Para o efeito, reteve-se a cobertura dada ao assunto em 2011. De modo mais concreto, foi analisado o período que medeou entre janeiro e dezembro de 2011 (Remoaldo, Vareiro, Cadima Ribeiro e Santos, 2013).

A opção pela imprensa local resultou do facto de alguns estudos concretizados à escala internacional (*e.g.*, Langen, 2008) destacarem que o mais provável é que o maior número de notícias ocorra na imprensa local e regional. No estudo circunscrito à *Scotland's Year of Highland Culture*, Langen (2008) concluiu que a imprensa local contribuiu com 82% das notícias publicadas sobre aquele evento entre Julho de 2004 e Março de 2008.

No nosso caso, foram escolhidos dois semanários pois estes normalmente representam setores políticos diferentes e visões distintas da realidade. Em termos metodológicos, procedeu-se à análise de conteúdo das notícias publicadas.

Importa reter que «O Povo» adquiriu esta designação em Março de 2011, substituindo a designação de «O Povo de Guimarães», que assumiu durante várias décadas. A sua facilidade de acesso por via virtual e o facto de já estar implantado no mercado há mais de trinta anos foram os fatores principais de escolha deste semanário. Não obstante, apenas foi possível aceder às notícias *on-line* no período que mediou entre 4 de Março de 2011 (que coincidiu com a sua nova designação) e finais do mês de Dezembro do mesmo ano.

O semanário mais lido no município de Guimarães e também o segundo mais lido no distrito de Braga era, segundo a Marktest, o «Notícias de Guimarães», pelo

que se optou por o considerar na pesquisa realizada. Nessa altura, este jornal permitia já o acesso por via virtual às notícias publicadas durante todo o ano de 2011.

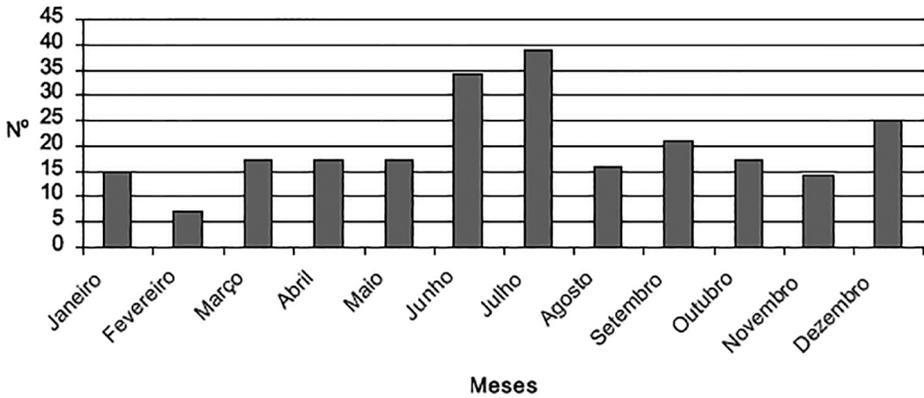
No sentido de se proceder à comparação da imprensa local com a imprensa nacional foi ainda incluído um diário nacional (Jornal de Notícias) que, juntamente com o «Público», recebia a preferência dos leitores da imprensa diária do município de Guimarães, assim como, da região. Este jornal disponibilizava também informação *on-line* para todo o ano de 2011.

Foram analisadas 239 notícias/referências, que se distribuíram do seguinte modo: 92 do «Jornal de Notícias»; 60 do «Notícias de Guimarães»; e 87 de «O Povo». A pesquisa foi iniciada com a utilização no motor de busca dos três jornais da frase seguinte: «Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012». Foram usados vários elementos objectivos (quer de cariz quantitativo quer qualitativo) destacando-se: o número de notícias sobre o evento, o mês de publicação, o tipo de artigo, os temas focados e o tipo de atitude expressa.

Esta metodologia revelou ser similar à aplicada pela Universidade de Glasgow, entre 2004 e 2008, aquando da avaliação da cobertura do *Highland 2007 – Scotland's Year of Highland Culture* (Langen, 2008; Remoaldo, Vareiro, Cadima Ribeiro e Santos, 2013). Sendo assim, foi utilizada a metodologia utilizada pela Universidade de Glasgow na categorização adoptada para classificar o tipo de informação publicada, como seja: se se tratava de notícia, de entrevista ou de artigo de opinião, assim como os temas usados. Foram consideradas seis categorias para a realização da análise das 239 notícias/referências. No que concerne aos temas focados, foram usados sete, que foram, por sua vez, subdivididos em 31 sub-temas. Tratando-se de realidades socioeconómicas diferentes e sendo diferente o objetivo principal da análise, foi necessário fazer algumas adequações face à classificação avançada pela Universidade de Glasgow.

Na Figura 2 está vertido o número de notícias publicadas nos três jornais em cada mês do ano de 2011. É visível que o megaevento foi notícia de forma permanente no período considerado, com especial destaque para os meses de junho, julho e dezembro. No entanto, há que ter em consideração de que não foi possível recolher informação respeitante aos meses de janeiro e de fevereiro de 2011 do jornal «O Povo».

Figura 2 – Número de notícias publicadas nos três jornais, por mês



Fonte: Remoaldo, Vareiro, Cadima Ribeiro e Santos (2012), p. 7.

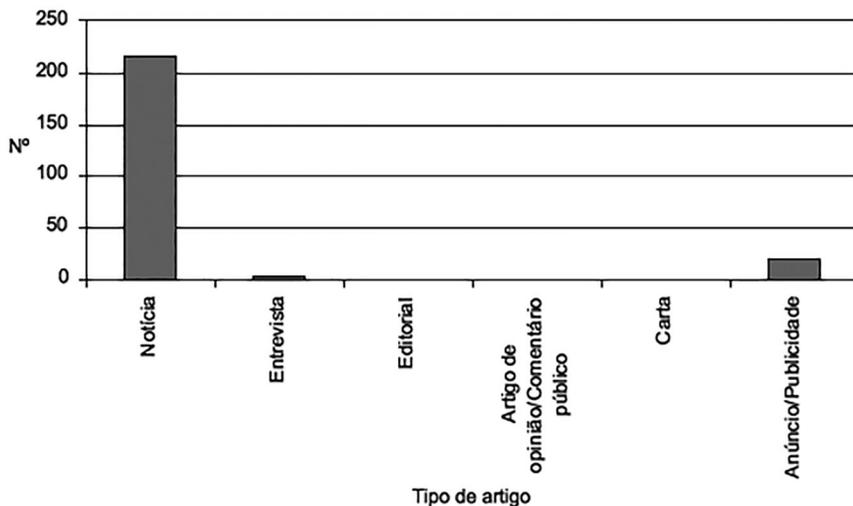
A apresentação pública da estrutura da programação da CEC 2012 (quer à comunidade local quer à tutela política), que foi realizada em finais de Janeiro e inícios de Fevereiro de 2011, foi uma das razões da existência de um mais baixo número de notícias nos primeiros meses do ano. O confronto entre a população, associações locais e autarquia e os responsáveis pela estrutura organizadora do megaevento (Fundação Cidade de Guimarães), que levou à demissão do responsável cultural da CEC 2012 em Maio, terá sido o fator mais determinante no aumento do número de notícias verificado nos meses seguintes.

No conjunto dos três jornais, 58,6% (n=140) das notícias analisadas foram classificadas como sendo neutras, 28,4% (n=68) como tendo teor negativo e somente 31 notícias (13,0%) foram avaliadas como tendo teor positivo (Remoaldo, Vareiro, Cadima Ribeiro e Santos, 2012). O «Jornal de Notícias» foi o jornal que terá evidenciado uma maior percentagem de notícias de pendor negativo (31,5%), provavelmente por se tratar de um jornal nacional e estar mais centrado em notícias mais vendáveis.

Em julho, a demissão da Presidente da Fundação Cidade de Guimarães provocou novo aumento do número de notícias publicadas. O significativo número de notícias em dezembro encontra justificação na apresentação pública da programação cultural anunciada para o ano de 2012.

A maior parte dos artigos publicados enquadravam-se na categoria «notícia» (n=215), estando somente três inseridos na categoria de «entrevistas». Vinte e uma das referências encontradas respeitavam a anúncios ou publicitação da realização de algum evento (Figura 3).

Figura 3 – Tipo de artigo publicado nos três jornais



Fonte: Remoaldo, Vareiro, Cadima Ribeiro e Santos (2012), p. 7.

Estes resultados acompanham os identificados pela Universidade de Glasgow para a *Scotland's Year of Highland Culture* (Langen, 2008 – 80% dos artigos reportaram-se a notícias). Não obstante, neste caso, 11% tinham a natureza de texto de opinião ou similar (editorial, artigo de opinião, cartas dos leitores), enquanto que, no caso de Guimarães, esta vertente não teve qualquer tipo de expressão. Política de gestão dos jornais? Comportamento diferente dos Portugueses? As duas coisas? Porventura, a explicação de tal circunstância mereceria ser esclarecida.

Em matéria temática, conforme se pode concluir da informação constante do Quadro 9, destacou-se a insistência na programação e desenvolvimento de infraestruturas de apoio à CEC 2012 (tema 5 – n=11) e na organização e assuntos de política (tema 6 – n=5). Enquanto sobre o primeiro tema as notícias foram sobretudo neutras, as respeitantes ao segundo foram quase todas negativas.

Quadro 9 – Temas focados nos artigos dos jornais «Notícias de Guimarães» e «Jornal de Notícias», nos meses de janeiro e de fevereiro de 2011

Temas focados	Notícias de Guimarães	Jornal de Notícias	Total (N.º)
1 – Eventos	0	2	2
2 – Audiência e alcance do evento	0	0	0
3 – Imagem e representações	2	2	4

Fonte: Remoaldo, Vareiro, Cadima Ribeiro e Santos (2012), p. 8.

(cont.)

Quadro 9 – Temas focados nos artigos dos jornais «Notícias de Guimarães» e «Jornal de Notícias», nos meses de janeiro e de fevereiro de 2011 (*conclusão*)

Temas focados	Notícias de Guimarães	Jornal de Notícias	Total (N.º)
4 – Financiamento	0	0	0
5 – Programação e desenvolvimento de infraestruturas de apoio	6	5	11
6 – Organização e assuntos de política	2	3	5
7 – Impactes económicos e socioculturais	0	0	0
Total	10	12	22

Fonte: Remoaldo, Vareiro, Cadima Ribeiro e Santos (2012), p. 8.

Tendo em consideração o período de março a dezembro de 2011 e abrangendo os três jornais (Quadro 10), endereçando a problemática dos temas focados, destacam-se a preocupação com a «Organização e assuntos de política» (tema 6 – 43,8%), os «Eventos» (tema 1 – 27,7%) e a «Programação e desenvolvimento de infra-estruturas de apoio» (tema 5 – 16,1%), correspondendo a 87,6% dos artigos publicados.

Quadro 10 – Temas focados nos artigos dos jornais «Notícias de Guimarães», «O Povo» e «Jornal de Notícias», nos meses de março a dezembro de 2011

Temas focados	O Povo	Notícias de Guimarães	Jornal de Notícias	Total (N.º)	Total (%)
1 – Eventos	21	14	25	60	27,7
2 – Audiência e alcance do evento	3	0	0	3	1,4
3 – Imagem e representações	13	6	1	20	9,2
4 – Financiamento	1	0	3	4	1,8
5 – Programação e desenvolvimento de infra-estruturas de apoio	16	10	9	35	16,1
6 – Organização e assuntos de política	33	20	42	95	43,8
7 – Impactes económicos e socioculturais	0	0	0	0	0
Total	87	50	80	217	100,0

Fonte: Remoaldo, Vareiro, Cadima Ribeiro e Santos (2012), p. 9.

A elevada atenção que recaiu sobre o tema 6 decorreu de notícias negativas sobre a estrutura de gestão da CEC 2012 (n=47), assim como da relação existente entre a entidade pública local (Autarquia/Oficina – cooperativa municipal que ia assumir a gestão de parte da programação e da Plataforma das Artes) e a Fundação Cidade de Guimarães (n=18) ou entre a FCG e a população (incluindo associações locais – n=20 – Remoaldo, Vareiro, Cadima Ribeiro e Santos, 2012).

4. RESULTADOS: ESTUDO DE 2013

4.1. Perfil da amostra, participação e conhecimento da programação

Como mencionámos já, entre abril e maio de 2013 foram distribuídos 1.400 questionários, dos quais foram devolvidos 896. Não obstante, apenas 551 foram considerados na nossa análise, porque foram os que efetivamente tinham todas as questões respondidas. O Quadro 11 revela algumas das características sociodemográficas dos inquiridos.

Quadro 11 – Características sociodemográficas dos inquiridos em 2013

	N	%
Sexo		
Masculino	306	55,5
Feminino	245	44,5
Grupo etário		
15-24	287	52,1
25-64	240	43,6
65 e mais	24	4,4
Nível de instrução		
1.º Ciclo do Ensino Básico	75	13,6
2.º Ciclo do Ensino Básico	197	35,8
Ensino Secundário	237	43,0
Ensino Superior	42	7,6
Rendimento		
Menos de 500€	106	19,2
500-1000€	235	42,7
1001-2500€	147	26,6
Mais de 2500€	63	11,4

Fonte: Remoaldo, Vareiro, Cadima Ribeiro e Freitas Santos (2016).

Em 2013, ocorreu uma inversão em termos da representatividade do sexo dos respondentes, tendo sido os homens a responder em maior número (55,5%). Esta percentagem resultou do facto de terem sido os elementos do sexo feminino a revelar um preenchimento menos completo dos questionários. Na realidade, foram 56,7% os elementos do sexo feminino inicialmente presentes na amostra de 896. Não obstante, para podermos fazer análises estatísticas mais elaboradas, foi necessário reduzir a amostra para 551 indivíduos, penalizando o sexo feminino.

O grupo etário mais representativo foi o dos 15 aos 24 anos (52,1%), similar ao que ocorreu na amostra de 2011. Por este motivo, o nível de instrução principal foi

o do ensino secundário (43,0%), seguindo-se o grupo dos que possuíam até seis anos de escolaridade (35,8%).

Assim como ocorreu em 2011, a maioria dos inquiridos residia em Áreas Predominantemente Urbanas (A.P.U.). Desta vez, sobressaíram as freguesias de Sande (S. Martinho), a União das Freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo, Ponte e Selho (S. Cristovão). Mas, ainda que se tenha conseguido cobrir a quase totalidade das freguesias do município de Guimarães, devido ao baixo número de respondentes em várias freguesias, também não foi possível avaliar as percepções e os comportamentos dos respondentes por freguesia.

Enquanto que, em 2011, apenas 35,5% dos inquiridos referiram que tencionavam assistir à CEC 2012, em 2013 a taxa de assistência ascendeu a 67,0%, indiciando que as querelas políticas acabaram por ser olvidadas e que o programa cultural da CEC 2012 terá, eventualmente, convencido a população a participar.

Todavia, parece-nos surpreendente a baixa percentagem nas atividades da CEC 2012 que foi registada (8,3%) em termos de participação quer como voluntário quer como membro da organização. Este resultado parece não ser conforme com o elevado conhecimento do programa revelado (37,4%) e com a divulgação do evento que foi efetuada, que foi considerada por parte significativa dos respondentes como adequada (66,6% – Mota, 2014). Também no estudo de Garcia, Melville e Cox (2010), em 2009 (após a Liverpool CEC 2008), aproximadamente 66% dos inquiridos afirmaram ter participado no megaevento.

As atividades que mais marcaram os residentes foram a «abertura e encerramento da CEC 2012» (21,7%), seguida dos «*Fura dels Baus*» (6,7%). As «exposições» (0,4%) e «*Mi casa es tu casa*» (0,4%) denunciaram uma menor participação por parte dos respondentes.

Em termos de projecção da CEC Guimarães 2012, também a «abertura e encerramento da CEC 2012» (20,6%) e os «*Fura del Baus*» (6,0%) recolheram o maior número de menções (Mota, 2014).

Não se registaram grandes alterações em termos das fontes de informação mais utilizadas face ao que se havia constatado em 2011, tendo sido, mais uma vez, os amigos e família (53,3%), a internet (49,8%), o «passa-a-palavra» (41,9%), e os cartazes e/ou *placards* (41,1%) a recolher a preferência. As revistas e os jornais perderam importância (passando para 26,5%), destacando-se a internet e o «passa-a-palavra».

Se compararmos estes resultados com os da pesquisa realizada sobre a CEC Porto 2001, registou-se, inevitavelmente, um aumento significativo da utilização da internet (em 2001, menos de 17% dos visitantes tinha obtido informação através dessa fonte – Santos, 2002).

Os motivos para não assistirem às atividades do megaevento foram vários: 31,3% mencionou tratar-se de «atividades pouco interessantes» (31,3% para os homens

e 31,1% para as mulheres). Os que possuíam um mais baixo nível de instrução destacaram a «falta de transporte».

Também em termos de preferência de atividades, quer os homens quer as mulheres preferiram os «espetáculos ao ar livre» (88,7% para os homens *versus* 86,3% para as mulheres) e a «música» (36,7% para os homens *versus* 37,0% para as mulheres – Mota, 2014).

4.2. Perceção dos impactes e comparação dos resultados dos inquéritos de 2011 e de 2013

Tal como aconteceu no questionário usado em 2011, foi utilizada uma pergunta no questionário de 2013 (questão 7) que se direccionou para os impactes percebidos pelos inquiridos. A questão teve a mesma redação (com 20 *itens* e usando uma escala de Likert de 5 níveis) e contemplou os três principais tipos de impactes: económicos, socioculturais e ambientais.

Em termos económicos, os residentes concordaram que a CEC 2012 contribuiu para a «atração de mais investimentos» (média=3,89) mas, no entanto, revelaram que não acreditavam que «aumentasse o rendimento dos moradores» (média=2,88). O «aumento de preços de bens e serviços» (média=3,20) foi o segundo impacte económico mais citado. Estes resultados não diferem dos encontrados em 2011.

Nos impactes socioculturais ocorreram algumas alterações, visto a «conservação do património construído» (3,99) e o «maior investimento na cultura» (3,90), apesar de continuarem a ser os mais bem avaliados, denotaram uma descida na média alcançada. Este resultado parece encontrar eco no cenário que se viveu durante a realização do megaevento, ou seja, parte dos equipamentos previstos foram inaugurados no decurso do megaevento (*e.g.*, a Plataforma das Artes e Criatividade foi inaugurada no dia 24 de junho de 2012) e um deles apenas a 26 de abril de 2016 foi aberto ao público. Neste último caso, trata-se da Casa da Memória.

O equipamento imediatamente antes mencionado é assumido presentemente pela câmara municipal como uma «(...) âncora da história e da cultura de Guimarães, nas suas perspetivas histórica, social, cultural, económica e vivencial. (...) é um local de encontro, partilha e reflexão dos vimaranenses com e sobre as suas raízes, tradições e memórias. Na Casa da Memória poderá encontrar histórias, documentos, factos e objetos que permitem conhecer diferentes aspetos da comunidade vimaranense através de um largo arco temporal: da Pré-História à Fundação da Nacionalidade, das Sociedades Rurais e Festividades à Industrialização do Vale do Ave e à Contemporaneidade» (http://www.guimaraesturismo.com/pages/140/?geo_article_id=1316, consultado em 15/06/2016).

Também não podemos olvidar que em abril e maio de 2013 (aquando da inquirição), os inquiridos ainda tinham a memória recente da CEC 2012 e talvez por isso tenha sido difícil avaliar, a tão pouca distância temporal do acolhimento da CEC 2012, que teria havido um «maior investimento na cultura».

Por seu turno, a «melhoria da autoestima da população» revelou ser mais importante em 2013 (média de 3,82), seguida da «melhoria das infraestruturas locais» (3,75). Talvez a explicação para tal esteja na participação significativa da população no megaevento de 2012, e porque Guimarães assistiu, ainda que de forma não significativa, a um aumento do número de visitantes, tendo os vimaranenses oportunidade de interagir com outras culturas e de «mostrar» o que tinham de mais positivo. A «melhoria das infraestruturas locais» constitui uma afirmação que pode incluir variadíssimos tipos de infraestruturas, pelo que é difícil pronunciarmo-nos sobre a cotação alcançada.

Nos impactes ambientais, o «aumento do lixo produzido» manteve sensivelmente a mesma média (2,98), baixa, o que poderá ter a ver, entre outros aspetos, com um mais baixo número de visitantes no ano de 2012 do que o previsto, que poderá ter beneficiado esta componente ambiental.

Foram, entretanto, realizados testes *t* para avaliar as diferenças nas percepções dos residentes de Guimarães antes e depois do megaevento. Foram usados os mesmos quatro fatores da análise fatorial que foram considerados para o ano de 2011 e já retratados num dos *itens* deste capítulo.

A primeira conclusão a retirar é que quase todos os impactes revelaram médias acima do ponto médio (3) da escala de Likert de cinco níveis, ainda que tal ilação seja mais evidente no ano de 2011. Sendo assim, o nível de acordo registado face a grande parte das afirmações revelou-se elevado.

Os resultados do teste-*t* indicaram existirem diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$) em dois fatores positivos da análise fatorial (Investimentos e benefícios imateriais, e Benefícios sociais e económicos) e num fator de impacto negativo (Custos económicos, sociais e ambientais). Traduzindo por outras palavras, os residentes de Guimarães esperavam que a CEC 2012 tivesse gerado muitos benefícios económicos, sociais e culturais. Todavia, após o megaevento, a sua percepção foi a de que não gerou tantos benefícios como esperavam (Remoaldo, Vareiro, Cadima Ribeiro e Freitas Santos, 2016).

Paralelamente, os inquiridos percecionaram efeitos compatíveis com uma média mais elevada para o fator «Custos económicos, sociais e ambientais» antes do megaevento do que após o mesmo. Neste caso, após o megaevento, os residentes percecionaram que os custos foram mais baixos do que esperavam.

Quadro 12 – Análise das médias dos impactes percecionados antes e depois da CEC 2012 (testes *t*)

Fatores de impactes da CEC 2012	Média		<i>t</i> -value	Sig.
	2011 (n=471)	2013 (n=551)		
1: Investimentos e benefícios imateriais	4,02	3,87	3,944	0,000
Valorização e recuperação das tradições locais	4,02	3,86	3,137	0,002
Conservação do património construído	4,16	3,97	3,617	0,000
Maior investimento público no setor da cultura	4,06	3,87	3,650	0,000
Melhoria da imagem do concelho	4,28	4,19	1,691	0,091
Atração de mais investimentos para a região	4,02	3,81	3,736	0,000
Aumento da autoestima da população	3,86	3,83	0,482	0,630
Aumento da oferta de eventos culturais	3,74	3,53	3,846	0,000
2: Custos económicos, sociais e ambientais	3,25	3,13	3,074	0,002
Aumento do lixo produzido	3,05	2,99	0,824	0,410
Aumento do trânsito	3,68	3,61	1,171	0,242
Aumento do crime	2,69	2,40	4,177	0,000
Dificuldades de estacionamento	3,83	3,77	0,984	0,325
Aumento do nível de preços de bens e serviços	3,32	3,22	1,498	0,135
Degradação do ambiente físico e natural	2,94	2,77	2,626	0,009
3: Segurança e infraestruturas	3,67	3,62	1,274	0,203
Aumento da segurança pública	3,57	3,49	1,466	0,143
Melhoria das infraestruturas locais	3,78	3,74	0,657	0,511
4: Mudanças nas práticas tradicionais e nos hábitos	3,12	3,18	-1,156	0,248
Alteração dos hábitos dos vimaranenses	3,13	3,27	-2,326	0,020
Mudanças nas práticas tradicionais	3,11	3,09	0,304	0,761
5: Benefícios sociais e económicos	3,28	3,13	3,455	0,001
Criação e/ou aumento de emprego	3,57	3,32	4,150	0,000
Aumento da qualidade de vida	3,32	3,15	2,776	0,006
Aumento do rendimento dos residentes	2,95	2,91	0,618	0,536

Fonte: Adaptado de Remoaldo, Vareiro, Cadima Ribeiro e Freitas Santos (2016).

Dez dos vinte *itens* usados denotaram variações significativas entre os dois períodos. Os resultados encontrados seguem os que se encontra na literatura, tal como o estudo de Lee, Lee, Kang, Lee e Jeon (2013) que usaram 24 *itens*. Na realidade, no Fator 1, no *item* «Atração de mais investimentos para a região», foi encontrada

uma média muito similar antes e após o megaevento (4,02 *versus* 3,81 na nossa investigação e 4,02 *versus* 3,85 no estudo de Lee, Lee, Kang, Lee e Jeon (2013). A tendência foi para a ocorrência de uma média elevada antes do megaevento e para um decréscimo após a sua realização.

Adite-se que em sete *itens* para os quais a comparação é possível, as médias obtidas por Lee, Lee, Kang, Lee e Jeon (2013) e pela nossa equipa (considerando o aumento do investimento, do preço dos bens e serviços, do crime e do «lixo», o aumento do trânsito, as mudanças nas práticas tradicionais e a degradação do ambiente físico e natural), são bastante semelhantes, com exceção do «aumento do lixo produzido». Na nossa investigação foi encontrada uma média mais elevada neste *item* antes do megaevento (3,05 *versus* 2,57 no de Lee, Lee, Kang, Lee e Jeon, 2013), que desceu para 2,99 no período após, enquanto na efetuada por Lee, Lee, Kang, Lee e Jeon (2013) aumentou para 3,54. Provavelmente, tal ocorrência deriva de se tratar de uma pesquisa relacionada com os Jogos Olímpicos e estes decorrerem num menor período (duração inferior a um mês) e poderem atrair mais turistas do que uma Capital Europeia da Cultura, que se desenvolve durante um ano.

Importa ainda destacar que, em termos de benefícios sociais e económicos, nos *itens* «Aumento do rendimento dos residentes» e «Aumento da qualidade de vida», foram encontradas as mais baixas médias dos 20 *itens*, quer antes quer depois da realização do megaevento. Esta ocorrência está em consonância com o que se evidenciou em vários outros estudos, que indicaram que um evento proporciona uma grande oportunidade para melhorar a imagem do destino e da comunidade, mas, ao que parece, os residentes tendem a estar menos certos de que beneficiam com isso (Kim, Gursoy e Lee, 2006; Gursoy, Chi, Ai e Chen, 2011, citados por Remoaldo, Vareiro, Cadima Ribeiro e Freitas Santos, 2016).

No entanto, contrariamente ao que foi encontrado noutros estudos (Gursoy, Chi, Ai e Chen, 2011), em que os residentes subestimaram os custos da realização de um megaevento, só uma das diferenças nos *itens* negativos indicou que o custo foi mais elevado do que o inicialmente percecionado. Estamos a reportar-nos à afirmação «Alteração dos hábitos dos vimaranenses» («antes do megaevento» – $M = 3.13$; «depois do megaevento» – $M = 3.27$; $t = -2.33$; $p < 0.05$).

5. NOTAS CONCLUSIVAS

O presente capítulo debruçou-se sobre as perceções de um dos atores (a comunidade local), que geralmente não é seriamente escutado no processo de planeamento encetado nos municípios portugueses. Efetivamente, uma prática de planeamento participativo não é ainda corrente em Portugal, pelo menos no que se

refere ao planeamento da atividade turística, e o futuro dirá se tal tenderá a mudar, pois parece estar fora de questão que faz todo o sentido envolver em tal processo os atores que interagem mais diretamente com os visitantes de um qualquer destino. São também aqueles os que podem ditar o retorno ou não do visitante a um destino, proporcionando a respetiva fidelização.

Recordando as amostras conseguidas para o período *ex-ante* e *ex-post*, é pertinente fazer sobressair a crescente dificuldade em aplicar inquéritos nas Escolas existentes do ensino não superior, devido, entre outros aspetos, ao excesso de trabalho dos professores (que necessitam de realizar inúmeras tarefas para além da lecionação) e às dificuldades que o Ministério da Educação tem colocado, resultantes de alguns problemas que têm surgido em termos de divulgação de resultados, junto dos *mass media*, de estudos realizados por investigadores externos às Escolas.

Apesar destas dificuldades, foi possível recolher amostras substantivas, quer no ano de 2011 quer no de 2013, que cobriram a maior parte das freguesias do município. Foi usado, para os dois períodos, um questionário similar ao que havíamos testado em 2010 (Vareiro, Remoaldo e Cadima Ribeiro, 2013) e tentou-se cobrir todas as gerações de residentes.

A primeira ilação a retirar é a de que o comportamento e as perceções dos residentes se alteraram entre 2011 e 2013. Não obstante, para podermos ter mais certeza, teria sido necessário poder usar a mesma amostra, o que se revelou impossível. Ainda se tentou sugerir este caminho às direções das Escolas, mas estas responderam que não tinham possibilidade de re-inquirir os mesmos estudantes. Mesmo que fosse apenas os que cursavam o 12.º ano em finais de 2011, no segundo semestre do ano letivo de 2012/2013 não estariam já nas Escolas Secundárias que estavam em causa.

Em finais de 2011, com uma amostra de 471 respondentes, que maioritariamente residia em Áreas Predominantemente Urbanas (A.M.U.), foi diagnosticado que apenas 35,5% declararam que seguramente iriam participar no megavento. As querelas políticas que ocorreram no decurso do ano prévio à Guimarães CEC 2012 deverão ter sido um fator explicativo desse pouco «entusiasmo» relativamente ao evento, assim como a demora em tornar público o programa cultural a desenvolver no ano de 2012. Contudo, as ditas querelas parecem ter sido sanadas, a julgar pelos resultados obtidos em 2013, tendo a taxa de assistência ascendido a 67,0%.

No entanto, não entendemos porque terá sido tão baixa a percentagem (8,3%) de indivíduos mobilizados para participarem no evento quer como voluntários quer como membros da organização da CEC 2012. Sendo os mais jovens os mais representativos na amostra, tal pode, porventura, ser tido como indício de que os jovens continuam a alhear-se de causas culturais/cívicas e não souberam aproveitar o megavento para dar o seu contributo como cidadãos ativos. Se assim foi ou não é

algo para o qual não temos a resposta segura. Alternativamente, poderá ter havido uma deficiente difusão da possibilidade de participação dos residentes como voluntários. O elevado conhecimento do programa e a boa divulgação revelados pelos inquiridos em 2013 levam-nos a colocar esta hipótese.

Não se registaram diferenças assinaláveis de participação no megaevento por género ou idade, mas os mais instruídos revelaram uma maior intenção de participar no megaevento e tal relação foi estatisticamente significativa. O teatro mereceu uma menor atenção por parte dos inquiridos em 2011, mas as mulheres evidenciaram uma mais vincada intenção de assistir a este tipo de atividade e esta relação mostrou ser estatisticamente significativa, também.

A «abertura e encerramento da CEC 2012» e os «*Fura dels Baus*» recolheram as maiores percentagens em termos de eventos que mais marcaram os respondentes. Tal deriva provavelmente quer do facto dos vimaranenses não estarem habituados a espetáculos do tipo que foi concretizado naquele ano, fortemente marcados pela componente visual, criatividade e uso de técnicas pouco comuns. Daí que se possa admitir que talvez este tipo de espetáculo tenha servido para motivar alguns residentes em termos de propostas artísticas e empresariais.

Os impactes ambientais continuaram em 2013 a ser avaliados com médias baixas, o que nos leva a pensar que não se terão registado problemas de maior deste âmbito, isto é, que fossem merecedores de serem assinalados. Por outro lado, tratando-se de um megaevento cultural, o tipo de pessoas que atraiu não terá também gerado grandes efeitos em termos ambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ambroz, M. (2008), «Attitudes of local residents towards the development of tourism in Slovenia: The case of the Primorska, Dolenjska, Gorenjska and Ljubljana regions», *Anthropological Notebooks*, 14(1), pp. 63-79.
- Andriotis, K. e Vaughan, R. (2003), «Urban residents' attitudes toward tourism development: The case of Crete», *Journal of Travel Research*, 42(2), pp. 172-185.
- Cordero, J. C. M. (2008), «Residents' perception of tourism: a critical theoretical and methodological review», *Ciencia Ergo Sum*, 15(001), pp. 35-44.
- ECOTEC (2009), *Ex-post evaluation of 2007 & 2008 European Capitals of Culture*, Final Report, Birmingham.
- ECOTEC (2010), *Ex-post evaluation of 2009 European Capitals of Culture*, Final Report to DG Education and Culture of the European Commission in the context of the Framework Contract for Evaluation Related Services and Support for Impact Assessment (EAC/03/06), Birmingham.
- European Commission (2009), *Ex Post evaluation of the European Capital of Culture event 2007 (Luxembourg and Sibiu) and 2008 (Liverpool and Stavanger)*, Report from the Council, the European Parliament and the Committee of the Regions, COM(2009) 689 final, Brussels, 22.12.2009.

- European Commission (2010), *Ex Post evaluation of the 2009 European Capital of Culture event (Linz and Vilnius)*, Report from the Commission to the European Parliament, the Council and the Committee of the Regions, COM(2010) 762 final, Brussels, 17.12.2010.
- Eusébio, C. e Carneiro, M. (2012), «Impactos socioculturais do turismo em destinos urbanos», *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 30, 2.º Quadrimestre, pp. 65-75.
- Faulkner, B. e Tideswell, C. (1997), «A framework for monitoring community impacts of tourism», *Journal of Sustainable Tourism*, 5(1), pp. 3-28.
- Garcia, B., Melville, R. e Cox, T. (2010), *Liverpool on the Map Again: Liverpool stakeholders' reflections on the Liverpool European Capital of Culture*, Liverpool, Impacts 2008.
- Gursoy, D., Chi, C., Ai, J. e Chen, B. T. (2011), «Temporal Change in Resident Perceptions of a Mega-event: The Beijing 2008 Olympic Games», *Tourism Geographies*, 13(2), pp. 299-324.
- Instituto Nacional de Estatística (2009), *TIPAU*, INE, Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2011), *Censos 2011 – resultados provisórios*, INE, Lisboa.
- Kim, H. J., Gursoy, D. e Lee, S. B. (2006), «The impact of the 2002 World Cup on South Korea: comparisons of pre- and post-games», *Tourism Management*, 27(1), pp. 86-96.
- Langen, F. (2008), *Evaluation: Scotland's Year of Highland Culture*, Centre for Cultural Policy Research, University of Glasgow, Glasgow.
- Lee, S. B., Lee, C. K., Kang, J. S., Lee, E. Y. e Jeon, Y. J. J. (2013), «Residents' perceptions of the 2008 Beijing Olympics: comparison of pre- and post-impacts», *International Journal of Tourism Research*, 15(3), pp. 209-225.
- Monjardino, I. (2009), *Indicadores de sustentabilidade do turismo nos Açores: O papel das opiniões e da atitude dos residentes face ao turismo na região*, Comunicação apresentada no 15.º Congresso da APDR – Redes e Desenvolvimento Regional, Praia, Julho 9-11, Cabo Verde.
- Mota, M. C. (2014), *Perceções de impacto do evento e participação da população vimeirense na Capital Europeia da Cultura 2012*, Tese de Doutoramento, Doutoramento em Geografia, especialidade de Geografia e Planeamento Regional, Guimarães, Universidade do Minho.
- Poria, Y., Butler, D. e Airey, D. (2003), «The core of heritage tourism», *Annals of Tourism Research*, 30(1), pp. 238-254.
- Remoaldo, P. C. (2007), *Normas para a redacção de trabalhos práticos em Geografia Humana*, Série Educação n.º 12, 29 p., Geo-Working Papers, NIGP, Guimarães, Universidade do Minho.
- Remoaldo, P. C., Vareiro, L., Cadima Ribeiro, J. e Freitas Santos, J. (2012), Avaliação *ex-ante*, pelos *media*, da Guimarães 2012 Capital Europeia da Cultura, Atas do 18.º APDR Congress – Innovation and Regional Dynamics, 12 p.
- Remoaldo, P. C., Vareiro, L., Cadima Ribeiro, J. e Santos, J. F. (2013), «Ex-ante evaluation by the media of the Guimarães 2012 European Capital of Culture», *The overarching issues of the European space: strategies for spatial (re)planning based on innovation, sustainability and change*, H. Pina, F. Martins e C. Ferreira (Eds.), E-Book, pp. 151-170, Bucarest, Milena Press.
- Remoaldo, P. C., Cadima Ribeiro, J., Mota, M. e Vareiro, L. (2014), «Perceptions of residents of hosting the 'Guimarães 2012 European Capital of Culture': An ex-ante approach», *Tourism and Hospitality International Journal*, 2(2), pp. 71-93.
- Remoaldo, P. C., Vareiro, L., Cadima Ribeiro, J. e Santos, J. F. (2016), «Residents' perceptions on impacts of hosting the Guimarães 2012 European Capital of Culture: comparisons of the pre- and post- periods», *Impact Assessment in Tourism Economics*, A. Matias, P. Nijkamp e J. Romão (Eds.), Springer International Publishing AG, Springer Series, pp. 229-246.
- Richards, G. e Rotariu, I. (2011), *Ten years of cultural development in Sibiu: The European Cultural Capital and Beyond*, Association for Tourism and Leisure Education (ATLAS).
- Santos, M. L. L. [Coord.] (2002), *Públicos da Porto 2001*, Observatório das Artes Culturais, Lisboa.

- Sharma, B. e Dyer, P. (2009), «An investigation of differences in residents' perceptions on the Sunshine Coast: tourism impacts and demographic variables», *Tourism Geographies*, 11(2), pp. 187-213.
- Vareiro, L., Cadima Ribeiro, J., Remoaldo, P. C. e Marques, V. (2011), «Residents' perception of the benefits of cultural tourism: the case of Guimarães», *Kultur als Touristischer Standortfaktor – Potenziale – Nutzung – Management*, Steinecke, A., Kagermeier, A. (Orgs.), Paderborn Geographical Studies, Institute Series n.º 23, pp. 187-202.
- Vareiro, L., Remoaldo, P. C. e Cadima Ribeiro, J. (2013), «Residents' perceptions of tourism impacts in Guimarães (Portugal): a cluster analysis», *Current Issues in Tourism*, 16(6), pp. 535-551.

World Wide Web

<http://www.guimaraesturismo.com> – consultado em 05/06/2016.

http://www.guimaraesturismo.com/pages/140/?geo_article_id=1316 – consultado em 15/06/2016.

Capítulo 5

A PERCEÇÃO DOS VISITANTES

Neste capítulo são examinadas as motivações de visita, percepção dos atributos e imagem do destino turístico Guimarães, bem como o perfil dos visitantes que escolheram a cidade para o seu local de férias/lazer. Prosseguimos essa análise em dois momentos temporais: o antes e o depois do acolhimento da Capital Europeia da Cultura.

No primeiro caso, como informação de base, faz-se uso dos dados de um inquérito que se traduziu na recolha de respostas de 276 visitantes, concretizado entre dezembro de 2010 e agosto de 2011. Daí se retirou que muitos dos visitantes estavam alertados para o estatuto de Património Cultural da Humanidade do centro histórico da cidade e que esse estatuto e o património que lhe estava associado foram as razões principais da escolha do destino turístico.

No segundo caso, os dados foram recolhidos via inquérito aos visitantes, aplicado no posto de turismo da cidade, na primeira metade de 2015 (*grosso modo*, pois em rigor, o inquérito decorreu até ao final de julho), tendo sido obtidas 233 respostas válidas. No topo dos atributos percebidos pelos visitantes apareceram, por esta ordem, a «Boa recuperação do Centro Histórico», o «Relevante património artístico e arquitetónico», o carácter hospitaleiro da cidade (Cidade hospitaleira), dando expressão de motivações de visita maioritariamente repartidas entre o usufruir de uma cidade que é Património Cultural da Humanidade e percorrê-la no quadro de um passeio (*touring*) incluindo várias cidades vizinhas.

Mais adiante neste capítulo dar-se-á notícia dos resultados desses trabalhos de investigação, que podem ser vistos com maior detalhe em Remoaldo, Cadima Ribeiro, Vareiro e Freitas Santos (2014), em Remoaldo, Vareiro, Cadima Ribeiro e Freitas Santos (2014) e em Marques, Remoaldo, Vareiro e Cadima Ribeiro (2015). Antes disso enuncia-se a metodologia de investigação usada num e noutro dos estudos.

1. METODOLOGIA

A metodologia usada em ambos os estudos empíricos foi de natureza quantitativa, tomando por base questionários onde se inquiriram os visitantes sobre as respectivas motivações de visita e percepções sobre a imagem do destino, aparte a identificação do perfil do visitante. Também em ambos os momentos foram usadas versões em português e em inglês, e a aplicação dos questionários foi precedida de pré-testes, destinados a avaliar a consistência interna e externa das questões que seriam colocadas, além da aferição do tempo médio de resposta. Os questionários finais, autoadministrados, foram aplicados nos postos de turismo existentes em Guimarães, sendo que no primeiro período existiam dois (ambos localizados no núcleo central da cidade) e em 2015 passou a estar em funcionamento apenas um.

1.1. Metodologia: estudo de 2010/2011

Antes de se construir o questionário que foi aplicado na investigação realizada em 2010/2011, foi conduzida uma entrevista em profundidade ao responsável do gabinete de turismo da cidade, tendo em vista obter informação sobre a leitura que este técnico fazia dos atributos do destino e motivações de visita dos visitantes. Adicionalmente, foram recolhidos dados secundários, sobretudo do foro estatístico, e os resultados obtidos em anteriores inquéritos que foram aplicados em Guimarães sobre o comportamento dos visitantes.

Depois de construído e testado, o questionário final, autoadministrado, foi aplicado nos dois postos de turismo então existentes em Guimarães. Essa aplicação decorreu entre dezembro de 2010 e agosto de 2011.

O questionário usado incluía três partes, a saber: a primeira parte reportava-se às cidades visitadas pelos visitantes antes da chegada a Guimarães ou às que pretendiam visitar após a estadia nesta cidade; continha, ainda, um conjunto de questões fechadas, de resposta múltipla, acerca das motivações de visita dos turistas, inquirindo, nomeadamente, porque tinham escolhido este destino histórico-cultural específico (tais como fazer parte de um roteiro incluindo outras cidades vizinhas, ou razões associadas a negócios, cultura e desporto); a segunda parte do questionário explorava as percepções dos visitantes em relação à imagem do destino usando 21 atributos (tais como monumentos, gastronomia, valor patrimonial do centro histórico, acessibilidades), medidos com recurso a uma escala de Likert de cinco níveis; uma outra questão colocada visava saber se os inquiridos tinham a intenção de recomendar a visita ao destino a familiares e amigos, usando uma questão de resposta múltipla (sim/não/talvez); na terceira parte inquiriam-se os respondentes sobre as suas características sociodemográficas, tais como sexo, idade e nível de instrução.

Dada a sazonalidade conhecida da procura turística da cidade de Guimarães, que se estende à maior parte do país, optou-se por aplicar o questionário em três períodos distintos: dezembro de 2010, correspondente à época baixa (90 questionários aplicados); abril de 2011, correspondente à estação turística intermédia (90 questionários); e, julho e agosto de 2011, respeitando à época alta (96 questionários aplicados). De um total de 300 questionários recolhidos, verificou-se que 276 se apresentavam convenientemente preenchidos e forneciam dados suscetíveis de serem tratados estatisticamente.

A quantidade de inquéritos aplicados manteve presente os custos incorridos com a inquirição dos visitantes e é similar à de outros estudos, como o de Poria, Reichel e Biran (2006), em que foram recolhidos 205 em Amesterdão, na Casa de Anne Frank House, e o de Yankholmes e Akyeampong (2010), caso em que 218 questionários foram aplicados num lugar classificado como património cultural (Danish-Osu, Gana).

O inquérito por questionário não visava distinguir entre visitantes nacionais e internacionais, embora estivéssemos conscientes que esses dois tipos de visitantes poderiam manter diferentes percepções da cidade de Guimarães.

Refira-se a propósito que, anualmente, as autoridades locais costumavam (costumam) recolher dados sobre os visitantes da cidade, os quais eram (são) habitualmente tornados públicos por via eletrónica (www.guimaraesturismo.com). Deste modo, estávamos alertados para a circunstância de a maioria dos visitantes serem habitualmente provenientes de Espanha, Portugal e França. Adicionalmente, as estatísticas oficiais respeitantes ao ano de 2011 indicavam-nos que 35% dos visitantes eram estrangeiros, *versus* 53% que foram provenientes de Portugal (I.N.E., 2012). Os restantes foram portugueses que viviam fora do país, isto é, que eram emigrantes.

Dado que dispúnhamos de várias variáveis (21) a partir das quais podíamos medir as imagens de Guimarães percebidas pelos visitantes, optou-se por conduzir uma análise fatorial (com rotação varimax e usando as componentes principais como método de extração dos fatores) tendo em vista reduzir a dimensão da matriz de informação (Remoaldo, Cadima Ribeiro, Vareiro e Freitas Santos, 2014). Partindo das 21 variáveis iniciais chegámos a um número mais restrito de fatores representativos dessa informação original.

1.2. Metodologia: estudo de 2015

A metodologia utilizada no estudo concretizado em 2015 foi também de natureza quantitativa e pretendeu, por um lado, aferir a percepção dos visitantes dos atributos de Guimarães e, por outro, conferir o perfil do visitante. Por esta via, indiretamente, tentou-se igualmente verificar até que ponto a CEC Guimarães 2012 havia tido influência numa e noutra das dimensões referidas.

Anote-se que, numa perspetiva de avaliação do legado de um evento da natureza de uma Capital Europeia da Cultura é normalmente necessário aguardar alguns anos após a sua realização para detetar muitos dos seus impactes. Estes foram os motivos que nos levaram a realizar um inquérito algum tempo após o ano de realização da Guimarães CEC 2012.

O questionário usado em 2015 sofreu algumas alterações relativamente ao de 2010/2011, passando de 10 para 22 questões, para o acomodar ao contexto de investigação e incorporar as principais alterações em termos de oferta verificadas nos últimos anos. Na presente obra são analisadas apenas as questões que são comparáveis.

O questionário, autoadministrado, foi aplicado no posto de turismo da cidade de Guimarães e incluiu três secções. Em concreto, a primeira centrou-se nas características da visita ao norte de Portugal, enquanto a segunda secção (catorze questões) reportou-se aos atributos percebidos da cidade de Guimarães e ao aconselhamento ou não da visita ao destino. Nesta secção, a equipa de investigação preocupou-se igualmente em captar com maior minúcia o tipo de permanência em Guimarães (pernoita ou não pernoita), fonte de informação sobre o destino que foi usada, o tipo de entrada em Portugal (caso fosse estrangeiro) e o tipo de viagem realizada. A última secção foi dedicada às características sociodemográficas dos entrevistados, com sete questões (*e.g.*, sexo, idade, nível de instrução, estado civil, local de residência).

À semelhança do inquérito de 2010/2011, em parte das questões foi usada uma escala de Likert de cinco níveis, indo do totalmente em desacordo (nível 1) até ao totalmente de acordo (nível 5). Na análise dos inquéritos foi usado o programa SPSS, versão 23. Preocupou-nos particularmente identificar as características sociodemográficas dos visitantes, as principais motivações de visita na escolha de Guimarães, e as características de Guimarães percebidas por aqueles.

Aproveitando a existência dos dados referentes a 2010/2011, numa etapa final, foram feitos testes *t* para avaliar a existência de diferenças no perfil do visitante, nas motivações de visita e na perceção das características percebidas da cidade entre os visitantes de 2010/2011 e os de 2015 (Marques, Remoaldo, Vareiro e Cadima Ribeiro, 2015).

2. RESULTADOS: ESTUDO DE 2010/2011

O Quadro 13 retrata o perfil dos respondentes ao questionário implementado em 2010/2011. O perfil do visitante é um elemento que importa identificar na medida em que ele se relaciona estreitamente com a motivação de visita e a imagem do destino mantida, quer dizer, se a escolha do destino que foi feita teve subjacente um interesse maior ou menor pela recreação e lazer, a atividade física,

a educação ou a participação ativa num evento de natureza cultural ou comercial. Dentro dessa ordem de ideias, pode ser legítimo admitir que, homens e mulheres, por exemplo, possam avaliar de forma diferente a atratividade (percebida a partir dos seus atributos) de um mesmo destino (Wall e Mathieson, 2006; Sheng, Shen e Chen, 2008).

Nos termos do que se pode constar (Quadro 13), os visitantes de Guimarães mostraram ser maioritariamente mulheres (63,0%), relativamente jovens, com mais de metade posicionando-se abaixo dos 45 anos. Além disso, eram detentores de um nível de escolaridade elevado, com 86,7% deles possuindo um grau universitário, e eram casados, na sua maioria.

Estes resultados estão de acordo com os de Silberberg (1995), em estudos aplicados a realidades do Canadá e dos Estados Unidos da América, que também encontrou uma predominância de mulheres como visitantes de sítios com valia cultural óbvia, outro tanto valendo no que se refere ao nível de instrução (quer dizer, mais elevado do que o que é comum noutros destinos), independentemente do tipo de produto cultural que estivesse em causa.

Quadro 13 – Caraterísticas sociodemográficas dos inquiridos em 2010/2011

Caraterísticas	N	%
Sexo		
Masculino	102	37,0
Feminino	174	63,0
Idade		
0-25 anos	40	14,5
26-45 anos	133	48,2
46-65 anos	89	32,2
Mais de 65 anos	14	5,1
Nível de instrução		
Básico/Secundário	36	13,3
Universitário (licenciatura)	149	55,2
Pós-graduação (mestrado/doutoramento)	85	31,5
Estatuto marital		
Solteiro	94	35,9
Casado	146	55,7
Divorciado/Viúvo	22	8,4
Estação turística		
Alta	90	32,6
Intermédia	90	32,6
Baixa	96	34,8

Fonte: Remoaldo, Cadima Ribeiro, Vareiro e Freitas Santos (2014).

Conforme tivemos oportunidade de indicar no Capítulo 2, o nível de instrução é outra das características que Silberberg (1995) identificou como fazendo parte dos visitantes de sítios de valia histórico-cultural. Entretanto, em matéria de grupos etários, são significativas as diferenças detetadas entre os visitantes de Guimarães (a maioria, abaixo dos 45 anos de idade) e os identificados no estudo de Silberberg (1995), que tendiam a ser mais velhos. A este mesmo propósito, faz também sentido reter os resultados obtidos por Van der Ark e Richards (2006), num estudo centrado na atratividade da atividade cultural das cidades europeias, em que é sublinhado que o envelhecimento progressivo da população e um crescimento do interesse pela dimensão cultural parecia estar a favorecer o desenvolvimento do turismo urbano com esse tipo de motivação.

Mesmo se levantamentos do perfil dos visitantes de Guimarães realizados anteriormente pelos serviços de turismo da Câmara Municipal de Guimarães (Guimarães Turismo, 2007) haviam já revelado o predomínio dos visitantes detentores de mais elevados níveis de formação académica entre os que demandavam a cidade, não deixou de ser surpreendente que 86,7% dos respondentes da nossa amostra fossem detentores de um grau universitário. Isto é ainda mais saliente no caso das mulheres, em que 88,3% se mostrou detentora de tal tipo de habilitação. Atentos a isso, temos mesmo que presumir a existência de uma relação entre os atributos do destino e o perfil do visitante que capta (Remoaldo, Vareiro, Cadima Ribeiro e Freitas Santos, 2014).

Em todo o caso, Perez (2009), citando Richards (2004), constatou que o perfil do visitante cultural tem tendido a ser mais jovem. Estas diferenças de perfis etários podem encontrar explicação no contexto concreto considerado (país, região, tipo de sítio histórico-cultural) e no tempo (ano, estação turística) em que os estudos tiveram lugar. Dada a natureza da nossa amostra (composição e tamanho), não nos aprez tecer mais considerações sobre o tipo de visitante cultural que encontramos em Guimarães.

No que se reporta às motivações de visita, os resultados do Quadro 14 sugerem que a prática de realizar um roteiro pela região (*touring*) acaba por ser uma peça central na escolha/passagem por Guimarães. Quer isto dizer que a cidade aparecia muito dependente da capacidade de atração de outras cidades localizadas no seu entorno, em conjunto, para captar visitantes, com o Porto a evidenciar-se como a principal «porta de entrada» no norte de Portugal, o que se entende, entre outras razões, pela existência do aeroporto internacional e de uma rede de transportes razoavelmente desenvolvida. O roteiro preferido inclui Porto-Guimarães-Braga.

Quadro 14 – Destinos visitados pelos inquiridos (2010/2011)

Destinos	N	%
Guimarães (apenas)	32	11,6
Braga	145	52,5
Porto	196	71,0
Viana do Castelo	76	27,5
Douro	63	22,8
Outros	52	18,8

Fonte: Remoaldo, Cadima Ribeiro, Vareiro e Freitas Santos (2014).

O Quadro 15, por sua vez, mostra as principais motivações dos turistas para visitarem Guimarães. A esse nível, um atributo particular da cidade (ter o estatuto de Património Cultural da Humanidade) parece ser o elemento informador principal da imagem percebida. Esta motivação específica pode ser associada à vontade dos turistas de aprenderem, tal qual proposto por Poria, Butler e Airey (2004), ou ao valor educacional da visita, na linguagem de Goh (2010). Do mesmo quadrante do espectro motivacional podemos reter a vontade de participarem em/vivenciarem atividades culturais (19,2%).

Estes resultados mostram, por um lado, a relevância que tem na atração de visitantes a certificação do seu centro histórico pela UNESCO, o que dá visibilidade e confere garantia de boa reabilitação e preservação, e, por outro, a importância dos atributos tangíveis nesse processo.

As motivações identificadas mostraram ser similares para homens e mulheres quando se consideram as quatro mais importantes razões de escolha identificadas (Remoaldo, Vareiro, Cadima Ribeiro e Freitas Santos, 2014).

Quadro 15 – Motivações de visita dos inquiridos (2010/2011)

Motivações	N	%
Ter um estatuto de Património da Humanidade	221	80,1
Passeio, roteiro pelas cidades da região	158	57,2
Negócios	10	3,6
Motivos religiosos	7	2,5
Gastronomia e vinhos	47	17
Conferências e seminários	4	1,4
Atividades culturais	53	19,2
Eventos desportivos	4	1,4
Visita a família e amigos	14	5,2

Fonte: Remoaldo, Cadima Ribeiro, Vareiro e Freitas Santos (2014).

O Quadro 16 apresenta as perceções dos respondentes em relação aos atributos de Guimarães enquanto destino histórico-cultural. Dado o que concluímos antes, não surpreende que os resultados obtidos respeitantes a essa vertente indiquem que Guimarães é percebida como um destino detentor de edifícios monumentais, entre os quais o castelo, um centro histórico, edifícios de valia arquitetónica, e de outras construções ou espaços públicos com valor artístico/cultural.

Os respondentes ao inquérito concordaram completamente ou concordaram com esta aceção (80,4% e 72,8%, respetivamente) assinalando cada *item* do questionário com valores médios superiores a 4. Como foi dito, este dado está em linha com a nomeação, em 2001, pela UNESCO, do centro histórico de Guimarães como Património da Humanidade e valida a opção feita pelas autoridades locais de fazerem a aposta forte que fizeram na sua recuperação e certificação.

Quadro 16 – Perceção dos atributos de Guimarães (2010/2011)

Atributos	CD	D	N	A	CA	Média (a)	Desvio-padrão
Monumentos e Património cultural/artístico	2,9	1,1	15,6	19,9	60,5	4,34	0,976
Gastronomia	1,1	3,6	54,0	23,2	18,1	3,54	0,867
Cidade hospitaleira	1,4	0,7	27,9	37,0	33,0	3,99	0,979
Centro histórico	1,8	1,1	24,3	31,9	40,9	4,09	0,924
Acessibilidade física	4,3	5,8	30,1	33,7	26,1	3,71	1,052
Oportunidades em matéria de compras	0,7	2,5	80,4	11,6	4,7	3,17	0,575
Dinamismo em matéria de negócios	0,0	2,9	93,8	1,8	1,4	3,02	0,324
Ser o berço da nacionalidade	2,9	2,9	33,7	20,7	39,9	3,92	1,053
Clima	3,3	10,1	40,6	21,4	24,6	3,54	1,070
Segurança	1,1	0,7	62,7	18,5	17,0	3,50	0,820
Disponibilidade de oferta em matéria de lazer (quantidade)	0,0	1,4	83,3	10,5	4,7	3,18	0,524
Qualidade da oferta em matéria de lazer	0,0	0,4	86,6	7,2	5,8	3,18	0,524
Qualidade dos hotéis	1,4	0,7	73,6	13,8	10,5	3,31	0,727
Sinalização e informação	3,6	5,4	38,8	24,6	27,5	3,67	1,050
Disseminação/oferta de eventos culturais	0,7	0,7	69,6	16,3	12,7	3,39	0,743
Eficácia da promoção turística	0,0	5,1	60,1	19,2	15,6	3,45	0,814
Juventude da população	1,4	0,7	77,9	16,7	3,3	3,20	0,570
Custo-de-vida baixo	1,1	0,4	66,7	21,7	10,1	3,39	0,718
Centralidade regional	0,7	2,5	60,5	24,3	12,0	3,44	0,763
Serviços de saúde	0,4	0,0	97,8	1,8	0,0	3,01	0,181
Profissionalismo na oferta de serviços	0,4	0,4	58,0	25,4	15,9	3,56	0,772

Notas: CD – Completo desacordo, D – Desacordo, N – Neutral, A – Acordo, CA – Completo acordo. (a) *Itens* medidos usando uma escala de Likert de 5 níveis.

Fonte: Remoaldo, Cadima Ribeiro, Vareiro e Freitas Santos (2014).

O *item* cidade hospitaleira também foi muito retido pelos turistas (67%). Um outro atributo que foi salientado foi a ligação da cidade à emergência de Portugal enquanto nação e a D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, natural de Guimarães. Os atributos percebidos como menos relevantes foram: a disponibilidade de serviços de saúde e o dinamismo em matéria de negócios (valores médios atribuídos em torno de 3), provavelmente em razão de não terem tido contacto com os serviços de saúde disponíveis e o ambiente de negócios ser difícil de identificar no contexto de uma visita curta à cidade.

Para investigar se os atributos percebidos de Guimarães eram diferentes de acordo com o género do visitante, foram calculados testes *t*. Os resultados a que se chegou não revelaram diferenças estatisticamente significativas a não ser no que se reporta à segurança pública percebida (isto é, na resposta aos atributos enunciados que se podiam associar ao facto de estarmos ou não perante uma cidade acolhedora e segura), em que as mulheres denunciaram um maior nível de preocupação do que os homens (Remoaldo, Vareiro, Cadima Ribeiro e Freitas Santos, 2014).

No Quadro 17 estão patentes os resultados da análise fatorial. O teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e o teste da esfericidade de Bartlett foram calculados para testar a adequação do uso da técnica aos dados recolhidos via inquérito. O teste KMO apresentou um valor de 0,859, e o teste de Bartlett mostrou ser estatisticamente significativo para o nível 0,00. Tendo em consideração estes elementos, ambos os testes comprovaram a viabilidade de prosseguir com o cálculo de fatores usando as matrizes construídas (Hair, Black, Babin e Anderson, 1995).

Uma análise de componentes principais recorrendo a uma rotação *varimax* foi usada para identificar as dimensões ou fatores estruturantes. Uma solução final contendo quatro fatores e partindo de 19 *itens* (variáveis iniciais) foi retida. Estes quatro fatores representavam aproximadamente 52,7% da variância total estimada, com todas as «comunalidades» (*communalities*) se ordenando entre 0,316 e 0,697. Os fatores representam a percepção global de todos os respondentes da imagem de destino de Guimarães e foram designados, respetivamente, por: «passado histórico e funcionalidade»; «compras e entretenimento»; «conveniência» (*convenience*); e «eficiência».

O fator 1 está associado às características da cidade e é responsável pela explicação de 31,33% da variância total contida nas variáveis iniciais, com um coeficiente de fiabilidade de 0,798. É seguido pelo fator 2 (9,28% do total da variância explicada, que apresenta um alfa de Cronbach de 0,730), que integra *itens* relacionados com compras e diversão/entretenimento, tal qual resulta da oferta percebida em termos de quantidade e qualidade de estruturas de diversão e comerciais e de boas oportunidades de compras disponíveis na cidade. O fator 3, designado «conveniência», contém as dimensões alojamento, gastronomia, e simpatia da população de acolhimento (6,22% da variância total explicada, com um alfa calculado de 0,663). O fator final, «eficiência»,

representa 5,39% da variância estatística explicada e tem uma fiabilidade alfa de 0,662. Este fator aparece associado à promoção dos eventos culturais, ao profissionalismo demonstrado pelos agentes prestadores de serviços e ao preço dos próprios serviços.

A consistência interna dos *itens* identificados para cada dimensão, medida pela fiabilidade dos alfa de Cronbach, dá-nos indicação daquela ser elevada para os fatores 1 e 2, e mais baixa para os fatores 3 e 4. Na verdade, Nunnally (1978) sugeriu que a fiabilidade de alfas próximos de 0,70 indica um nível elevado de consistência interna entre os *itens* individuais e os fatores com que aparecem correlacionados.

Concluindo, os resultados do Quadro 17 dão indicação de que as perceções dos visitantes podem ser descritas pelas quatro dimensões já enunciadas: «passado histórico e funcionalidade»; «compras e entretenimento»; «conveniência» (*convenience*); e «eficiência».

Quadro 17 – Análise das componentes principais calculadas com recurso a rotação *varimax* (n= 276) [2010/2011]

Componentes	Comunalidades	«Loadings» dos fatores (b)	Medidas (c)
F1 – Passado histórico e funcionalidade			
Acessibilidade			
Monumentos e legado cultural/artístico			
Sinalização e informação			
Centro histórico	0,595	0,754	
Clima	0,625	0,737	
Berço de Portugal	0,549	0,707	
Segurança	0,517	0,622	
Média (a)	0,531	0,538	3,82
Vetor Próprio (<i>Eigenvalue</i>)	0,316	0,487	5,953
Variância explicada pelo factor (%)	0,447	0,477	31,331
Variância acumulada (%)			31,331
Alfa de Cronbach			0,798
F2 – Compras e entretenimento			
Qualidade da oferta de diversão			
Quantidade de oferta de diversão			
Oportunidade para boas compras			
Juventude da população	0,664	0,792	
Centralidade regional	0,638	0,777	
Média (a)	0,414	0,586	3,24
Vetor Próprio (<i>Eigenvalue</i>)	0,397	0,559	1,865
Variância explicada pelo fator (%)	0,457	0,464	9,815
Variância acumulada (%)			41,145
Alfa de Cronbach			0,730

(a) *Itens* medidos com recurso à escala de Likert de 5 níveis. (b) Os fatores com um alfa de Cronbach inferior a 0,6 foram omitidos. (c) A medida de adequabilidade da amostra de Kaiser-Meyer-Olkin calculada foi de 0,859; teste de significância de Bartlett = 0,00.

Fonte: Remoaldo, Cadima Ribeiro, Vareiro e Freitas Santos (2014).

(cont.)

Quadro 17 – Análise das componentes principais calculadas com recurso a rotação *varimax* (n= 276) [2010/2011] (*conclusão*)

Componentes	Comunalidades	«Loadings» dos fatores (b)	Medidas (c)
F3 – Conveniência (<i>convenience</i>)			
Gastronomia			
Cidade hospitaleira			
Qualidade da oferta hoteleira	0,697	0,788	
Média (a)			3,61
Vetor Próprio (<i>Eigenvalue</i>)	0,606	0,599	1,182
Variância explicada pelo fator (%)	0,510	0,586	6,219
Variância acumulada (%)			47,365
Alfa de Cronbach			0,663
F4 – Eficiência			
Disseminação de eventos culturais			
Profissionalismo dos prestadores de serviços			
Eficiência da promoção turística	0,647	0,731	
Custo de vida baixo	0,424	0,547	
Média (a)			3,45
Vetor Próprio (<i>Eigenvalue</i>)	0,455	0,535	1,023
Variância explicada pelo fator (%)	0,533	0,518	5,386
Variância acumulada (%)			52,751
Alfa de Cronbach			0,662

(a) *Itens* medidos com recurso à escala de Likert de 5 níveis. (b) Os fatores com um alfa de Cronbach inferior a 0,6 foram omitidos. (c) A medida de adequabilidade da amostra de Kaiser-Meyer-Olkin calculada foi de 0,859; teste de significância de Bartlett = 0,00.

Fonte: Remoaldo, Cadima Ribeiro, Vareiro e Freitas Santos (2014).

Sem surpresa, a primeira dessas dimensões releva não apenas, hierarquicamente, emergir em primeiro plano mas, igualmente, a sua importância central na formação da imagem percebida pelos turistas, dada a diferença que mantém relativamente às demais na captação da variância das variáveis originalmente tomadas (31,33% da variância total contida nas variáveis iniciais).

Atentos aos resultados empíricos obtidos, na perspectiva dos visitantes, Guimarães sugere-se ser uma cidade dotada de um centro histórico com valor patrimonial e cultural facilmente visitável pelos que a demandam, que foi berço da nacionalidade, e que, pese as reservas denunciadas pelas mulheres, é segura. A essa luz, a organização da Capital Europeia da Cultura, em 2012, parece ser consistente com a imagem que estava formada, e deveria poder proporcionar-lhe uma oportunidade para reforçar o seu posicionamento no segmento do turismo cultural e dar-lhe um contorno de imagem turística mais preciso e forte.

Uma limitação destes dados e do estudo realizado resultou de não ter sido possível fazer uma distinção inequívoca entre turistas e excursionistas, aparte a circunstância de, conforme foi dito, os questionários terem sido recolhidos nos postos de turismo da cidade e não em lugares públicos comuns em termos de visita.

3. RESULTADOS: ESTUDO DE 2015

O Quadro 18 resume o perfil dos inquiridos da amostra de 2015. Os dados recolhidos dão conta de um equilíbrio relativo em termos de homens e mulheres que visitaram a cidade entre janeiro e julho de 2015. Em termos etários, os grupos dominantes foram os entre os 25 e os 45-55 anos e entre os 46 e os 65 anos, por esta ordem, tendo o grupo dos mais novos e dos mais velhos um peso quase residual, o que parece ser consentâneo com a visita a um destino que está classificado como Património Cultural da Humanidade pela UNESCO. Nas dimensões de equilíbrio de género e juventude relativa dos visitantes, estes resultados estão em consonância com os que obtivemos num estudo realizado durante a realização da Capital Europeia da Cultura, via inquérito aplicado em agosto e setembro de 2012 (Freitas Santos, Vareiro, Remoaldo e Cadima Ribeiro, 2016).

Contraditoriamente, a presença de um grupo numeroso de visitantes, o maior de todos, com habilitações literárias baixas, acaba por ser um resultado relativamente inesperado, pese a forte presença de visitantes mais instruídos. Retomando os dados da investigação feita por altura da CEC (Freitas Santos, Vareiro, Remoaldo e Cadima Ribeiro, 2016), o contraste é óbvio já que, nesse caso, 74,2% de inquiridos eram detentores de um grau universitário. Sublinhe-se que o nível de formação académica é uma das características do perfil do visitante cultural ou histórico-cultural. Daí que este aumento que encontramos em 2015 do grupo com menor formação académica poderá estar ligado a uma maior notoriedade do destino, penetrando em segmentos de visitantes mais abrangentes.

Os visitantes casados são claramente dominantes, o que se sugere conforme com os dados etários, não se distinguindo dos da amostra de 2012 (Freitas Santos, Vareiro, Remoaldo e Cadima Ribeiro, 2016).

Quadro 18 – Características sociodemográficas dos inquiridos em 2015

	N (233)	%
Sexo		
Masculino	116	49,8
Feminino	117	50,2
Idade		
0-25 anos	13	5,6
26-45 anos	113	48,7
46-65 anos	92	39,7
Mais de 65 anos	14	6,0

Fonte: Marques, Remoaldo, Vareiro e Cadima Ribeiro (2015).

(cont.)

Quadro 18 – Caraterísticas sociodemográficas dos inquiridos em 2015 (*conclusão*)

	N (233)	%
Nível de instrução		
Básico/Secundário	93	39,9
Universidade	87	37,3
Mestrado/Doutoramento	53	22,7
Estado Civil		
Solteiro	49	22,0
Casado	142	63,7
Divorciado/Viúvo	32	14,3

Fonte: Marques, Remoaldo, Vareiro e Cadima Ribeiro (2015).

Para obter informações sobre os principais destinos incluídos na viagem, à semelhança do que fora feito no inquérito de 2010/2011, os inquiridos foram questionados sobre quais os lugares/cidades que haviam visitado ou que planeavam visitar (Quadro 19) no contexto da deslocação que estavam a efetuar. O Porto surgiu, uma vez mais, como o principal destino (indicado por 69,5% dos inquiridos). O circuito principal referido foi, igualmente: Porto-Guimarães-Braga.

Quadro 19 – Destinos visitados pelos inquiridos (2015)

	N	%
Guimarães (destino principal)	160	68,7
Braga	117	50,2
Porto	162	69,5
Viana do Castelo	41	17,6
Douro	36	15,5
Outros	45	19,3

Fonte: Marques, Remoaldo, Vareiro e Cadima Ribeiro (2015).

Pese isso, acolher a CEC 2012 poderá ter constituído um contributo muito relevante para divulgar o destino e atrair novos visitantes, conforme aliás decorre do que se disse a propósito do perfil encontrado no estudo de 2015. Em 2012, concretamente, verificou-se que 71,5% dos respondentes estavam a visitar a cidade pela primeira vez (Freitas Santos, Vareiro, Remoaldo e Cadima Ribeiro, 2016). A essa luz, se um objetivo central da realização das CEC é divulgar cidades menos conhecidas, com um perfil histórico-cultural, então, nessa dimensão, pelo menos, este dado é indicador de sucesso.

Adicionalmente, importou-nos conhecer as razões da escolha de Guimarães (Quadro 20), sendo que o facto do centro histórico da cidade estar classificado como Património Mundial emergiu, mais uma vez, como a principal razão para a visita (mencionado por 80,1% dos inquiridos), seguida pela realização de um roteiro percorrendo várias cidades/lugares vizinhos (*Touring*). Reiterada e justificadamente, a imagem percebida de Guimarães, que justifica a visita, suporta-se no seu património material, representado por edifícios e lugares históricos, igrejas e capelas.

Dos dados constantes do Quadro 20 merece ainda destaque a referência à Gastronomia, que atinge um valor bastante expressivo (mencionado por 34,8% dos inquiridos), e as motivações ligadas a atividades culturais, que registam igualmente um valor muito expressivo (36,1% de menções). Daqui pode retirar-se a indicação de percepção por parte dos visitantes da existência de uma dinâmica cultural no destino, que, de algum modo, pode decorrer do acolhimento da CEC e da visibilidade que esta deu a essa dimensão da oferta turística da cidade.

Quadro 20 – Motivações de visita dos inquiridos (2015)

	2015	
	N	%
1. É Cidade Património Mundial	149	63,9
2. <i>Touring</i> da região	169	72,5
3. Negócios	18	7,7
4. Visita de carácter religioso	32	13,7
5. Gastronomia/Enoturismo	81	34,8
6. Conferências e seminários	18	7,7
7. Actividades culturais	84	36,1
8. Actividades desportivas	18	7,7
9. Visita a familiares e/ou amigos	38	16,3

Fonte: Marques, Remoaldo, Vareiro e Cadima Ribeiro (2015).

Endereçando mais diretamente a imagem e os atributos percebidos de Guimarães, foi solicitado aos respondentes que indicassem o seu grau de acordo/desacordo em relação às características que, na sua opinião, melhor descreviam a cidade, comportando 14 afirmações. Foi utilizada uma questão que envolvia a gradação da resposta numa escala de Likert de cinco níveis (1=totalmente em desacordo, 2=desacordo; 3=neutro; 4=acordo; 5=totalmente de acordo).

O Quadro 21 mostra a hierarquização das 14 características percebidas. Segundo o que se pode ver no Quadro 21, os atributos da cidade percebidos como mais importantes foram: a «Boa recuperação do Centro Histórico»; o «Relevante património

artístico e arquitetónico»; e ser uma «Cidade hospitaleira». Note-se a presença nas 4.^a e na 5.^a posições, respetivamente, da percepção de tratar-se de uma «Cidade Segura», o que na atualidade é crescentemente apreciado pelos turistas, por contraste das que o não são, e da «Ligação à origem da nacionalidade Portuguesa», o que porventura será melhor conhecido e valorizado pelos visitantes nacionais.

Quadro 21 – Percepção dos atributos de Guimarães (2015)

	Rank	Mean score	SD
Relevante património artístico e arquitetónico	2	4,52	0,644
Boa gastronomia	7	4,09	0,849
Cidade hospitaleira	3	4,45	0,724
Boa recuperação do Centro Histórico	1	4,56	0,599
Boas oportunidades para compras	10	3,77	0,860
Ligação à origem da nacionalidade Portuguesa	5	4,27	0,876
Cidade segura	4	4,30	0,796
Boa oferta de animação em termos de quantidade	9	3,87	2,218
Boa oferta de animação em termos de qualidade	11	3,76	0,857
Qualidade na oferta hoteleira	11	3,76	0,773
Boa sinalização e informação turística	8	4,08	0,863
Boa divulgação dos eventos culturais	9	3,79	0,874
Boa relação qualidade/preço dos serviços prestados	6	4,13	0,774
Profissionalismo na prestação de serviços	5	4,27	0,772

Fonte: Marques, Remoaldo, Vareiro e Cadima Ribeiro (2015).

Mean score = média; *SD* = desvio-padrão.

Como sublinhado, dos dados recolhidos, Guimarães surge aos olhos dos visitantes, sobretudo, como um destino histórico-cultural, integrando edifícios e lugares/praças históricos/as, igrejas e capelas, aparte oratórios e ruas com desenho medieval. Estes atributos são os que mais ficam na memória, podendo daí afirmar-se, porventura, que os atributos físicos ainda importam (Freitas Santos, Vareiro, Remoaldo e Cadima Ribeiro, 2016). Esta leitura subsiste, quer nos reportemos a 2010/11, a 2012 ou à atualidade. Também por isso, se oferece tão relevante a menção da Gastronomia entre os principais atributos percebidos da cidade, que também é um elemento da dimensão cultural de um lugar (menos tangível, porventura), aparte as atividades culturais que são oferecidas, propriamente ditas.

Nos termos do que consta igualmente do Quadro 21, os atributos identificados como menos importantes foram os relacionados com «Boa oferta de animação em

termos de qualidade», «Qualidade na oferta hoteleira», e «Boa oferta de animação em termos de quantidade». Sendo assim, é pertinente uma chamada de atenção para a gestão do turismo da cidade e para os operadores turísticos do caminho que falta fazer para que estas vertentes ganhem peso entre os atributos turísticos de Guimarães. Nunca seria (será) de um dia para o outro que tais atributos poderão ombrear com outros que são legado da história e que, para mais, têm uma tangibilidade e simbolismo incontornáveis.

4. CONFRONTANDO OS DADOS DOS INQUÉRITOS DE 2010/2011 E DE 2015

Aproveitando a existência de dados recolhidos em inquéritos similares aplicados aos turistas em visita a Guimarães em 2010/2011 e em 2015, deter-nos-emos, por momentos, sobre o que mostram esses dados no respeitante, respetivamente, às motivações de visita, aos atributos percebidos da cidade e ao perfil do visitante. Desse modo, procurar-se-á identificar elementos de continuidade e diferenças e, indiretamente, retirar ilações sobre o contributo que o acolhimento da Capital Europeia da Cultura de 2012 terá dado para a visibilidade/promoção do destino turístico e para a consolidação/modificação da sua imagem.

Começando pelas motivações de visita (Quadro 22), e recorrendo à estatística do Qui-quadrado (X^2) para testar a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os valores registados para os dois períodos em análise, e dado que temos valores de $p < \alpha$ para todos os motivos de visita (Quadro 22), podemos concluir que será de rejeitar a hipótese de que o motivo para a escolha de Guimarães em qualquer uma das motivações apresentadas foi idêntico para os visitantes de 2010/2011 e de 2015. Por exemplo, a percentagem de inquiridos que escolheram Guimarães por esta ser uma cidade Património da Humanidade é significativamente mais elevada em 2010/2011 do que em 2015 (80,1% *versus* 63,9%). Já no caso do *Touring*, da Gastronomia e Vinhos e das Atividades Culturais, a percentagem de inquiridos é significativamente mais elevada em 2015.

Quadro 22 – Motivações de visita dos inquiridos em 2010/2011 e em 2015

	2010/2011		2015		X ²	Sig.
	N	%	N	%		
1. É Cidade Património Mundial	221	80,1	149	63,9	16,547	0,000*
2. <i>Touring</i> da região	158	57,2	169	72,5	13,372	0,000*
3. Negócios	10	3,6	18	7,7	4,090	0,043**
4. Visita de carácter religioso	7	2,5	32	13,7	22,391	0,000*
5. Gastronomia/Enoturismo	47	17,0	81	34,8	21,111	0,000*
6. Conferências e seminários	4	1,4	18	7,7	12,034	0,001*
7. Actividades culturais	53	19,2	84	36,1	18,233	0,000*
8. Actividades desportivas	4	1,4	18	7,7	12,034	0,001*
9. Visita a familiares e/ou amigos	14	5,2	38	16,3	16,465	0,000*

Fonte: Marques, Remoaldo, Vareiro e Cadima Ribeiro (2015).

* p<0,01; ** p<0,05.

Quadro 23 – Percepção de atributos de Guimarães em 2010/2011 e em 2015

	2010/2011			2015			t-value	Sig.
	Rank	Mean score	SD	Rank	Mean score	SD		
Relevante património artístico e arquitetónico	1	4,34	0,976	2	4,52	0,644	-2,412	0,016**
Boa gastronomia	7	3,54	0,867	7	4,09	0,849	-7,251	0,000*
Cidade hospitaleira	3	3,99	0,878	3	4,45	0,724	-6,403	0,000*
Boas oportunidades para compras	12	3,17	0,575	10	3,77	0,860	-9,044	0,000*
Ligação à origem da nacionalidade Portuguesa	4	3,92	1,053	5	4,27	0,876	-4,137	0,000*
Cidade segura	8	3,50	0,820	4	4,30	0,796	-11,197	0,000*
Boa oferta de animação em termos de quantidade	11	3,18	0,524	9	3,87	2,218	-4,589	0,000*
Boa oferta de animação em termos de qualidade	11	3,18	0,524	11	3,76	0,857	-8,923	0,000*
Qualidade na oferta hoteleira	10	3,31	0,727	11	3,76	0,773	-6,697	0,000*
Boa sinalização e informação turística	5	3,67	1,050	8	4,08	0,863	-4,801	0,000*
Boa divulgação dos eventos culturais	9	3,39	0,743	9	3,79	0,874	-5,373	0,000*
Boa relação qualidade/preço dos serviços prestados	9	3,39	0,718	6	4,13	0,774	-11,148	0,000*
Profissionalismo na prestação de serviços	6	3,56	0,772	5	4,27	0,772	-10,379	0,000*

Fonte: Marques, Remoaldo, Vareiro e Cadima Ribeiro (2015).

* p<0,01; ** p<0,05. Mean score = média; SD = desvio-padrão.

Por outro lado, tendo-se feito menção da preferência que em 2015 receberam as motivações ligadas a atividades culturais, e à Gastronomia/Enoturismo, do Quadro 15 se retira que a primeira das dimensões sofreu um acréscimo de importância concedida pelos visitantes de 19,2%, em 2010/11, para 36,1%, em 2015, enquanto que a evolução registada nas indicações da Gastronomia passou de 17,0% em 2010/11 para 34,8% em 2015. Naturalmente, tendo presente as motivações ligadas à cultura, poder-se-á retirar daí que a cidade viu reforçada a perceção de tratar-se de um destino dotado de uma dinâmica cultural significativa, o que, de algum modo, pode decorrer do acolhimento da CEC e da visibilidade que esta lhe deu.

Por sua vez, o Quadro 23 mostra a hierarquização dos 14 atributos percebidos da cidade numa e noutra das datas retidas. Esta hierarquização apresenta-se muito semelhante em ambas as datas. Quer para os inquiridos em 2010/2011 quer para os de 2015, as principais características percebidas foram: o «Relevante património artístico e arquitetónico»; a «Boa recuperação do Centro Histórico»; e ser uma «Cidade hospitaleira». Foi alterada a ordem dos dois primeiros atributos mencionados, aparecendo destacado em 2015 o esforço feito em termos de «Recuperação do Centro Histórico».

Comparando os dados referentes aos atributos da cidade, isto é, comparando as médias destes *itens* após a respetiva hierarquização (Quadro 23), e recorrendo a testes *t*, conclui-se que os visitantes de 2015 atribuíram valores médios mais elevados em todos os *itens* do que os de 2010/2011, sendo todas essas diferenças estatisticamente significativas. À luz desse resultado, parece válido concluir que os visitantes de Guimarães, em 2015, terão ficado mais satisfeitos com os atributos da cidade do que os do período precedente da CEC 2012, o que significa, obviamente, que terá existido uma melhoria da imagem de Guimarães percebida pelos seus visitantes.

O Quadro 24 resume o perfil dos inquiridos nas duas datas, 2010/2011 e 2015. As diferenças de perfil dos entrevistados foram examinadas usando testes do Qui-Quadrado. Estes indicaram a existência de diferenças estatisticamente significativas em todas as características sociodemográficas analisadas.

Quadro 24 – Perfil dos inquiridos em 2010/2011 e em 2015

	2010/2011		2015		X ²	Sig.
	N (276)	%	N (233)	%		
Sexo					8,492	0,004*
Masculino	102	37,0	116	49,8		
Feminino	174	63,0	117	50,2		
Idade					11,707	0,008*
0-25	40	14,5	13	5,6		
26-45	133	48,2	113	48,7		
46-65	89	32,2	92	39,7		
Mais de 65	14	5,1	14	6,0		
Nível de instrução					46,424	0,000*
Básico/Secundário	36	13,3	93	39,9		
Universidade	149	55,2	87	37,3		
Mestrado/Doutoramento	85	31,5	53	22,7		
Estado Civil					13,016	0,001*
Solteiro	94	35,9	49	22,0		
Casado	146	55,7	142	63,7		
Divorciado/Viúvo	22	8,4	32	14,3		

Fonte: Marques, Remoaldo, Vareiro e Cadima Ribeiro (2015).

* p<0,01.

Assim, comparativamente com os dados de 2010/2011 merece destaque o maior equilíbrio em termos de homens e mulheres que visitaram a cidade observado em 2015. Recorde-se que, no primeiro período, a percentagem de inquiridos do sexo feminino era expressivamente maior. Verificou-se, igualmente, uma descida dos inquiridos do primeiro grupo etário (entre os 0 e os 25 anos) e um aumento dos de 46 a 65 anos. Uns e outros dados apontam para uma alteração do perfil do visitante.

Esta evolução sugere que estamos perante percepções do destino mais favoráveis a segmentos de visitantes mais velhos, habitualmente ligados a grupos com maior disponibilidade financeira e mais exigentes no que se refere à qualidade do destino, o que é consistente com o estatuto da cidade de Património Cultural da Humanidade pela UNESCO. Entretanto, contraditoriamente, assistiu-se a um aumento dos visitantes com habilitações literárias mais baixas, embora continuem a predominar os visitantes mais instruídos.

Este aumento do número de visitantes com formações académicas mais baixas poderá ser resultado da maior notoriedade adquirida pelo destino, porventura com

o contributo maior dado pela CEC 2012, o que lhe permitiu chamar a atenção de segmentos de turistas mais abrangentes. Recorde-se a propósito o resultado que já comentámos de uma investigação conduzida no verão de 2012, que indicou que a larga maioria dos turistas inquiridos estava a visitar a cidade pela primeira vez (Freitas Santos, Vareiro, Remoaldo e Cadima Ribeiro, 2016). Tal dado, isto é, a redução do peso relativo dos visitantes mais instruídos, não deixa de constituir um risco sério pelo que daí decorre em matéria de desqualificação relativa do visitante, quando avaliado em termos de qualificação académica e de apetência cultural. A maior paridade encontrada entre visitantes do sexo feminino e masculino é também consistente com esta leitura.

Posto de outro modo, o caminho da massificação do destino parece estar a fazer-se à custa da perda da sua identidade como destino cultural por excelência, assumindo que este novo tipo de público possa ter motivações culturais menos vinçadas do que aquele que configurou o perfil do visitante da primeira década do século XXI (Marques, Remoaldo, Vareiro e Cadima Ribeiro, 2015). Menos crítico desse ponto de vista é o crescimento do peso relativo dos visitantes mais velhos, que têm um nível de exigência cultural maior, e, em princípio, também maior disponibilidade financeira e tempo para usar na visita.

5. NOTAS CONCLUSIVAS

O presente capítulo revelou o perfil, as motivações de visita e a perceção dos atributos e imagem do destino turístico Guimarães.

Temos consciência de que os visitantes têm sido os *stakeholders* mais estudados em Portugal no que diz respeito à atividade turística, mas pouco tem sido analisado relativamente aos destinos que são Património da Humanidade.

Usando duas amostras, uma antes da CEC 2012 (2010/2011) e outra após este megaevento (2015), foi possível concluir que a percentagem de inquiridos que escolheram Guimarães por esta ser uma cidade Património da Humanidade foi significativamente mais elevada em 2010/2011, enquanto no caso do *Touring*, da Gastronomia e Vinhos e das Atividades Culturais, a percentagem de inquiridos foi mais elevada em 2015.

Foi nítida a preferência em 2015 pelas motivações ligadas a atividades culturais, e à Gastronomia/Enoturismo. Deste modo, a cidade viu reforçada a perceção de tratar-se de um destino dotado de uma dinâmica cultural significativa, o que poderá resultar do acolhimento da CEC e da visibilidade que esta lhe deu.

A hierarquização dos 14 atributos percebidos da cidade foi similar em ambas as datas: o «Relevante património artístico e arquitetónico»; a «Boa recuperação do

Centro Histórico» e ser uma «Cidade hospitaleira» apareceram no topo dos atributos percebidos. No entanto, em 2015, apareceu mais destacado o esforço feito em termos de «Recuperação do Centro Histórico».

O aumento da idade dos visitantes, entre 2001/2011 e 2015, sugere que estamos perante perceções do destino mais favoráveis a segmentos de visitantes mais velhos. Estes revelam maior disponibilidade financeira e são mais exigentes no que se refere à qualidade do destino. Estes resultados são consistentes com o estatuto da cidade de Património da Humanidade pela UNESCO.

Paralelamente, assistiu-se a um aumento do número de visitantes com formações académicas mais baixas. Tal poderá acontecer devido a uma maior notoriedade adquirida pelo destino, permitindo-lhe captar visitantes mais diversificados. Será que o caminho da massificação do destino estará a fazer-se à custa da perda da sua identidade como destino cultural por excelência?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Freitas Santos, J., Vareiro, L., Remoaldo, P. e Cadima Ribeiro, J. (2016). «Evaluating the Guimarães 2012 European Capital of Culture: National and International Tourists' Behaviors and Perceptions», *Event Management*, 20(1), pp. 81-97.
- Guimarães Turismo (2007), *Perfil do Turista 2007*, Gabinete de Turismo, Câmara Municipal de Guimarães, disponível em <http://www.guimaraesturismo.com> (acedido em 11 de Setembro de 2011).
- Goh, E. (2010), «Understanding the heritage tourist market segment», *International Journal of Leisure and Tourism Marketing*, 1(3), pp. 257-270.
- Hair, J., Black, W., Babin, B. e Anderson, R. (1995), *Multivariate data analysis with readings*, 4th Edition, Prentice Hall, Englewood Cliffs, NJ.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2012), *Anuário Estatístico da Região Norte 2011*, INE, Lisboa.
- Marques, V., Remoaldo, P. C., Vareiro, L. e Cadima Ribeiro, J. (2015), «Perfil dos visitantes e perceções do destino Guimarães antes e após a CEC 2012». Comunicação apresentada no *IV International Tourism Congress ESG/IPCA*, subordinado genericamente ao tema «Tourism for the 21st Century», que decorreu na Plataforma das Artes e da Criatividade, em Guimarães, entre 3 e 5 de dezembro de 2015.
- Nunnally, J. (1978), *Psychometric theory*, McGraw-Hill, Nova York.
- Pérez, X. (2009), *Turismo Cultural. Uma visão antropológica*, Colección PASOS edita, número 2, Tenerife.
- Poria, Y., Butler, R. e Airey, D. (2004), «Links between tourists, heritage, and reasons for visiting heritage sites», *Journal of Travel Research*, 43(1), pp. 19-28.
- Poria, Y., Reichel, A. e Biran, A. (2006), «Heritage site management: motivations and expectations», *Annals of Tourism Research*, 33(1), pp. 162-178.
- Remoaldo, P. C., Cadima Ribeiro, J., Vareiro, L. e Freitas Santos, J. (2014), «Tourists' perceptions of world heritage destinations: The case of Guimarães (Portugal)», *Tourism and Hospitality Research*, 14(4), pp. 206-218.

- Remoaldo, P. C., Vareiro, L., Cadima Ribeiro, J. e Freitas Santos, J. (2014), «Does gender affect visiting a World Heritage Site?», *Visitor Studies*, 17(1), pp. 89-106.
- Richards, G. (2004), «The festivalisation of society or the socialisation of festivals: the case of Catalunya», *Cultural Tourism: globalising the local – localising the global*, G. Richards (Ed.) ATLAS, Tilburg, pp. 187-201.
- Sheng, C., Shen, M. e Chen, M. (2008), «An explanatory study of types of special interest tour preferences and preference demographic variables analysis», *International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research*, 2(3), pp. 271-284.
- Silberberg, T. (1995), «Cultural tourism and business opportunities for museums and heritage sites», *Tourism Management*, 16(2), pp. 361-365.
- Van der Ark, L. e Richards, G. (2006), «Attractiveness of cultural activities in European cities: A latent class approach», *Tourism Management*, 27(6), pp. 1408-1413.
- Yankholmes, A. K. B. e Akyeampong, O. A. (2010), «Tourists' perceptions of heritage tourism development in Danish-Osu, Ghana», *International Journal of Tourism Research*, 12, pp. 603-616.
- Wall, G. e Mathieson, A. (2006), *Tourism: change, impacts and opportunities*, Pearson-Prentice Hall, Londres.

Capítulo 6

O LEGADO DA CEC:

A LEITURA DE UM GRUPO QUALIFICADO DE ATORES LOCAIS

Após a apresentação de parte dos resultados que obtivemos em três anos de pesquisa, considerou-se como pertinente aferir a percepção de um grupo qualificado de atores locais cerca de três anos e meio após a finalização da Guimarães CEC 2012.

Sendo assim, o presente capítulo debruça-se sobre a análise de sete entrevistas semiestruturadas realizadas em maio de 2016 a sete atores que estiveram direta ou indiretamente envolvidos nesta CEC.

O capítulo inicia-se com o recordar da metodologia usada e menção de algumas características dos inquiridos e continua recordando as principais narrativas recolhidas no decurso das entrevistas, tendo por base cinco grupos de questões.

Constitui um capítulo de encerramento da nossa análise, esperando nós que o mesmo sirva de complemento às percepções recolhidas dos residentes e dos visitantes a que nos reportamos nos capítulos imediatamente anteriores.

1. METODOLOGIA UTILIZADA

Culminando a análise do que foi o legado de Guimarães Capital Europeia da Cultura, optou-se por entrevistar um conjunto de atores qualificados do município de Guimarães que nos pudesse transmitir a sua perspetiva sobre esta temática e, indiretamente, contribuir para um debate do que foi feito, do que correu bem e do que correu mal e do que ficou como herança para o futuro.

Estas leituras, feitas a partir de diferentes posicionamentos mantidos em termos de envolvimento concreto na organização da CEC e por atores situados em variados setores da sociedade e da cultura local, complementam a investigação conduzida junto da população residente no município e dos visitantes, permitindo aferir até que ponto é que as «leituras» dos impactes da CEC 2012 e da realidade turística de Guimarães são coincidentes ou denunciam algum elemento de diferença.

Para o efeito, depois de equacionarmos quem seria mais representativo do município e que tivesse vivenciado a CEC 2012, isto é, que poderia dar um testemunho pertinente sobre os tópicos em «debate», procedemos à elaboração de um guião de entrevista semiestruturada. Sucedeu-se o encaminhamento por correio eletrónico, em inícios de abril de 2016, do convite aos diversos visados, que acabou por ter bom acolhimento, já que todos aceitaram realizar a entrevista. As entrevistas tiveram uma duração em torno de uma hora e decorreram em maio, a partir do dia 6, de acordo com a disponibilidade de agenda dos interpelados.

Previamente à condução da entrevista, em mensagens de correio eletrónico trocadas, foi esclarecido que as entrevistas eram realizadas no âmbito da recolha de contributos para um livro a editar sobre a Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012 e os seus impactes.

Nos termos do guião da entrevista, as questões sobre o que se pretendia dos nossos interlocutores foram as que se apresentam de seguida, isto é, esses foram os tópicos orientadores das conversas mantidas, que se agregaram em cinco grupos de questões:

- i) Numa época de globalização e marcada pelo advir de várias situações de crise económica e social, a competição entre as cidades, quer pela captação de investimentos quer de visitantes, tem-se afigurado crescentemente feroz. Por essa razão, apostando na melhoria da sua imagem e na edificação de equipamentos vários, estando entre estes os culturais, tem-se afigurado estratégico para muitas cidades sedear grandes eventos, estando entre eles as Capitais Europeias da Cultura. Face à necessidade de diversificar a sua base produtiva, Guimarães terá seguido esta via. Concorda com a opção feita de acolher a CEC 2012? Considera que resultou daí um contributo significativo para definir novas bases para o desenvolvimento da cidade?
- ii) Quando se fala de legados de uma CEC, aparte divulgar e/ou reforçar a imagem da cidade como destino turístico e, logo, incrementar a respetiva capacidade de captação de visitantes, um aspeto que está em causa é a recuperação de património e de equipamentos para uso público e a construção de novos equipamentos que permitam incrementar e diversificar o acolhimento de espetáculos e outros eventos (culturais, comerciais, desportivos, etc.). No caso de Guimarães, é de opinião que as apostas feitas a esse nível foram acertadas? Haveria outras opções que poderiam ter sido tomadas?
- iii) E na componente de criação/estímulo aos agentes locais, o legado é relevante? Há, a esse nível, isto é, da dinâmica cultural da cidade, um antes e um depois da CEC? No contexto do programa de candidatura ao acolhimento por Guimarães da CEC falava-se na criação de um impulso decisivo para a

instalação de indústrias criativas. Isso foi um chavão usado ou algo que efetivamente ganhou conteúdo?

- iv) Um dos resultados que a nossa investigação tornou patente é que o perfil do turista se alterou desde a realização da CEC, perdendo alguns dos atributos típicos do turista que visita um lugar com motivações culturais para se aproximar bastante do perfil do turista comum, menos qualificado e mais massificado. Também tem esse sentimento? Isso preocupa-o?
- v) A CEC foi um sucesso na atração de pessoas a Guimarães em 2012 e permitiu alguns investimentos, públicos e privados, divulgando internacionalmente a cidade. Entretanto, a esta distância temporal, quando se pode olhar já com maior afastamento emocional para o evento, a questão que se pode colocar é se valeu a pena. Valeu a pena? Faz sentido voltar a fazer uma aposta similar num futuro de médio prazo?

Para fechar a entrevista, para situar o contexto a partir do qual os nossos interlocutores nos davam entrevista, reunimos sobre cada um, igualmente, informação sobre:

- que tipo de envolvimento teve na preparação e realização da CEC;
- se tinha sido ou era dirigente de alguma estrutura cultural ou social da cidade;
- que profissão e habilitações académicas tinha nesta ocasião;
- qual o município de residência.

A lista dos entrevistados consta do quadro seguinte (Quadro 25), onde se anotam também a Instituição a que estavam ligados por ocasião da realização da CEC, a data em que a entrevista foi concretizada e o tipo de envolvimento que cada um teve no planeamento e na gestão do megaevento. Anote-se que, com exceção de um, que trabalha como técnico superior «sénior» na Câmara Municipal de Guimarães, os entrevistados são residentes no município (e na cidade) de Guimarães.

Quadro 25 – Relação de pessoas entrevistadas e respetivas instituições de inserção e tipo de envolvimento na organização da CEC 2012

Nome do entrevistado e município de residência	Instituição onde trabalha(va) ou onde era(é) colaborador	Data da entrevista	Tipo de envolvimento na CEC
Vitor Marques (Vila Nova de Famalicão).	Câmara Municipal de Guimarães (Técnico Superior).	2016/05/06	Envolvimento nas ações preparatórias relacionadas com o turismo e, durante a CEC, nas ligações com a imprensa e com os operadores turísticos.

Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos nas entrevistas realizadas.

(cont.)

Quadro 25 – Relação de pessoas entrevistadas e respetivas instituições de inserção e tipo de envolvimento na organização da CEC 2012 (*conclusão*)

Nome do entrevistado e município de residência	Instituição onde trabalha(va) ou onde era(é) colaborador	Data da entrevista	Tipo de envolvimento na CEC
Paulo Cruz (Guimarães).	Instituto de <i>Design</i> de Guimarães (Presidente) e Universidade do Minho (Professor).	2016/05/09	Administrador Executivo da Fundação Cidade de Guimarães.
Francisco Teixeira (Guimarães).	Associação de Socorros Mútuos Artística Vimaranesa (Presidente)	2016/05/10	Apresentação de projetos por parte da ASMAV que foram todos recusados. Envolvimento em matéria de análise e de crítica.
Fernando Castro (Guimarães).	Universidade do Minho (Professor).	2016/05/11	Não teve envolvimento direto.
Manuel Martins (Guimarães).	Associação Comercial e Industrial de Guimarães (Vice-Presidente/Presidente).	2016/05/13	A ACIG foi membro do Conselho Geral da Fundação Cidade de Guimarães.
António Magalhães (Guimarães).	Câmara Municipal de Guimarães (Presidente da Câmara Municipal/Presidente da Assembleia Municipal).	2016/05/17	Entidade Política Organizadora e executora da componente «Equipamentos».
Paulo Vieira de Castro (Guimarães).	Sociedade Martins Sarmiento (Presidente).	2016/05/20	O entrevistado não teve envolvimento direto. A Sociedade Martins Sarmiento esteve diretamente envolvida na CEC, como membro dos órgãos sociais da Fundação e como responsável pela execução de alguns projetos.

Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos nas entrevistas realizadas.

2. LEITURAS DOS ATORES LOCAIS

A apresentação que se segue dos resultados das entrevistas, ou seja, a anotação das posições expressas pelos nossos interlocutores, organiza-se de acordo com os tópicos enunciados no guião, importando clarificar que as narrativas retidas acompanham o que nos foi declarado, com um ou outro cuidado de edição, para as situar e/ou lhes dar maior consistência formal.

Para efeito de identificação dos autores das declarações, quando se lhe queira dar a forma de citação, usam-se abreviaturas, nos termos seguintes: Vitor Marques (VM); Paulo Cruz (PC); Francisco Teixeira (FT); Fernando Castro (FC); Manuel Martins (MM); António Magalhães (AM); Paulo Vieira de Castro (PVC).

Tendo presente quer os propósitos de índole económica enunciados na candidatura ao acolhimento da Capital Europeia da Cultura de 2012 quer a necessidade óbvia de diversificar a sua base produtiva, tornada mais pertinente no quadro de abertura das economias que se acelerou desde o início do século XXI, o primeiro grupo de questões com que os nossos entrevistados foram confrontados prendeu-se com o contributo para definir novas bases para o desenvolvimento de Guimarães que o megaevento terá ou poderia ter proporcionado, isto é, a dimensão em que o acolhimento da CEC foi um instrumento de tal política de diversificação/renovação do tecido produtivo local e de desenvolvimento.

De um modo geral, foi invocado nas respostas o contributo que daí terá vindo para o crescimento do turismo, entendido como acréscimo de captação de visitantes por parte da cidade. Aparte isso, há quem entenda que pouco se terá conseguido, mesmo nesse setor, como resulta da seguinte narrativa: «A CEC foi uma oportunidade que não se repete. Não tenho qualquer dúvida. Num setor concreto (o turismo), houve um investimento significativo mas, em rigor, não houve (não resultou) praticamente nada» (MM). O sentimento de alguma frustração com o conseguido nessa dimensão parece também perceber-se nas palavras de outro dos entrevistados, quando, adiantando que «Correu tudo bem. Conseguiu-se criar uma atratividade especial» (VM), não deixou de acrescentar que «(...) o período antes gerou muita expectativa. As pessoas estavam à espera de mais (na sequência da CEC)».

Daqui resulta a chamada de atenção para um elemento absolutamente crítico da gestão (política) deste tipo de eventos que são as expectativas que se alimentam, que deveriam ser moderadas e que, não o sendo, no rescaldo dos eventos, acabam muitas vezes por resultar em desapontamento. Isto é, mesmo que possa fazer sentido eleger um certo objetivo no quadro da concretização de um determinado evento ou política, se ele for enunciado de forma irrealista, poderá resultar daí frustração, ainda que alguma coisa se tenha conseguido.

Ligando também a CEC ao percurso feito até aí pela cidade, o ex-presidente da Câmara Municipal disse-nos: «O que começou a dar um sinal qualitativo a nível de atração turística foi a reabilitação urbana que vamos fazendo do centro histórico. À medida que fomos evoluindo nesse domínio, fomos obtendo alguns prémios nacionais e internacionais. Essa reabilitação foi feita por gente altamente qualificada. O próprio governo português tomou consciência do trabalho que estava a ser feito. A partir daí, os turistas que habitualmente visitavam o castelo e o Paço dos Duques de Bragança começaram a descer ao espaço urbano reabilitado» (AM).

Esta perspetiva parece ser, em grande medida subscrita pelo atual Presidente da Sociedade Martins Sarmento, conforme decorre da declaração seguinte: «A leitura que faço a esse respeito é a de que a Capital Europeia da Cultura aparece ligada à dinâmica anterior de reabilitação do centro histórico. Estávamos a dar um passo

significativo em frente mas as pessoas consideraram isso natural em função do que antes tinha sido feito. A imagem que inicialmente faço do evento é a de que é qualquer coisa que é (foi) outorgada a Guimarães. Resultou do reconhecimento da sua dinâmica e vitalidade, mas algo que lhe é exterior» (PVC). Anote-se a chamada de atenção para o que se diz a terminar a frase («Resultou do reconhecimento da sua dinâmica e vitalidade, mas algo que lhe é exterior») e, também, a de escolha exterior, obviamente, do governo, em Lisboa. Aliás, como nos confidenciou o ex-Presidente da Câmara, o sucesso da «candidatura» deveu-se muito às boas relações entre a Câmara (leia-se, o seu Presidente) e o governo central. Nas suas palavras: «Eu tinha uma boa relação com o governo, em Lisboa, e isso permitiu que nos posicionássemos vantajosamente no processo de candidatura à CEC. Tínhamos entretanto feito o Pavilhão Multiusos e reabilitado e construído o Centro Cultural Vila Flor» (AM).

Ainda por referência à problemática da renovação da base produtiva da cidade e do município, outro dos entrevistados foi mais afirmativo na leitura do que foi conseguido. Em concreto, mencionou que: «A ideia da diversificação do tecido produtivo era um objetivo hiperbólico, irrealista. Não é possível num ano, para mais com o orçamento concreto que a CEC teve, atingir esse objetivo. Não houve nenhuma mudança no tecido produtivo pela via da CEC. Outra coisa é ter aparecido uma ou outra empresa nova. Do ponto de vista turístico, sim, houve um impacto. O turismo tem uma relação com a cultura muito instrumental» (FT).

Já que se referiu a questão orçamental, valerá talvez a pena fazer referência a algo que nos foi declarado a esse propósito por outro interlocutor: «Acolher a CEC foi uma oportunidade que fez muito sentido. Na candidatura, Guimarães deveria ter feito uma proposta financeira mais arrojada» (MM). Dizia-nos isso ligando a afirmação não apenas ao diferencial de orçamentos de que dispuseram a Guimarães 2012 e o Porto 2001, por exemplo, mas deixando claro que houve um conjunto de ideias de projetos, nomeadamente de índole museológica, que foram apresentados pela estrutura que representava (Associação Comercial e Industrial de Guimarães) à entidade organizadora do evento e que não foram considerados.

A vertente financeira da organização da CEC mereceu igualmente a atenção de outro entrevistado, nos seguintes termos: «Dispúnhamos de um orçamento muito mais baixo do que o que dispôs o Porto, em 2001, e não podia resvalar. O financiamento por fundos públicos foi tratado como o de qualquer outro projeto, o que obviamente não fazia qualquer sentido. Isso exprimiu-se na libertação muito tardia de fundos. A componente material foi gerida pela Câmara. A seleção das áreas a desenvolver obviamente condiciona o projeto» (PC).

Antes, como princípio de resposta ao primeiro tópico de conversa com que o confrontáramos, havia-nos declarado que: «Não tenho a menor dúvida da importância que teve para o desenvolvimento e reconhecimento da cidade de Guimarães

o acolher em 2012 a Capital Europeia da Cultura» (PC), o que nos traz de volta à problemática do turismo, e da projeção da imagem da cidade, matéria a que nos referiremos a seu tempo no presente capítulo, posto que foi alvo de outra questão. Num registo geral, sobre a mesma matéria, outro entrevistado tinha-nos dito que «O êxito conseguido [em termos de organização do evento, no sentido restrito do termo] é facilitador de outras coisas que se seguiram. Tudo isto tem a sua componente e a sua envolvência económica» (PVC).

No quadro de reação também ao tópico de conversa inicial, houve quem, desde logo, trouxesse à colação o tema das chamadas indústrias criativas: «Um modelo que oriente a economia para as indústrias criativas e para a cultura é bonito, mas tenho algumas dúvidas da viabilidade disso. A CEC poderá ter contribuído para a criação de indústrias criativas mas não há nada de significativo nesse âmbito. Há coisas pequenas: artes gráficas e edição. Em todo o caso, são iniciativas de pessoas que estariam na mesma a trabalhar» (FC). Mas um tratamento desta matéria com mais detalhe fica para quando endereçarmos em maior detalhe a questão dos legados setoriais da CEC.

Na diversidade de abordagens e de posicionamentos, na vertente endereçada, talvez se possa concluir que as diferenças de leituras dos resultados da Guimarães CEC 2012 não são assinaláveis: não terá resultado muito em termos de contributo para a diversificação do tecido produtivo local; o que avultou nessa dimensão foi o impulso dado à procura turística por força da promoção que a cidade ganhou em 2012 e em vésperas de acolhimento do megaevento.

Conforme se dizia no guião que introduzia o segundo grupo de questões dirigidas aos entrevistados, quando se fala de legados de uma CEC, aparte divulgar e/ou reforçar a imagem da cidade como destino turístico e, logo, incrementar a respetiva capacidade de captação de visitantes, um aspeto que está em causa é a recuperação de património e de equipamentos para uso público e a construção de novos equipamentos que permitam incrementar e diversificar o acolhimento de espetáculos e outros eventos (*e.g.*, culturais, comerciais, desportivos). Às questões que se sucediam (*Considera que as apostas feitas a esse nível foram acertadas? Haveria outras opções que poderiam ter sido tomadas?*), entre outras, obtiveram-se as seguintes respostas:

- i) «No que respeita a equipamentos, ficou apenas por inaugurar a “Casa da Memória”, o que ocorreu há poucos dias. Esse percalço deve-se, em parte, à extinção da Fundação Cidade de Guimarães, que era para continuar e ficar responsável pela gestão dos equipamentos criados no âmbito da CEC, e que foi extinta por força de legislação publicada pelo governo. A Oficina era a entidade gestora alternativa mas também em resultado dessa legislação perdeu a capacidade de o fazer. A “Plataforma das Artes” continua a levantar

- debate. Tem entre 17.000 e 20.000 visitantes ao ano. Estava previsto ter outro tipo de dinâmica» (VM);
- ii) «É evidente que, como em tudo na vida, poderiam ter sido tomadas outras opções programáticas, tanto na componente material como imaterial. No entanto, estou convicto que as opções que foram tomadas na componente material do programa de Guimarães 2012 Capital Europeia da Cultura foram particularmente acertadas e muito diversificadas, abrangendo a reabilitação de edifícios vários e a qualificação de áreas urbanas. O legado só se consegue medir com algum distanciamento. Um dos mais relevantes foi, sem dúvida, a visibilidade que a cidade conseguiu nos órgãos de comunicação, que tem hoje expressão nos turistas que atraí» (PC);
 - iii) «A Plataforma das Artes é um exemplo típico daquilo de que estávamos a falar. Uma realização como esta envolve sempre alguns investimentos físicos, e um deles é o investimento em equipamentos culturais. É preciso gastar dinheiro em obra, física. Está consagrada como uma obra com valia arquitetónica. O que foi muito discutido foi a adequação do programa de ocupação àquilo que ali se construiu. Não ponho em causa a qualidade das coleções permanentes que lá estão. O que eu não acho é que um equipamento com os encargos financeiros que tem seja adequado para ter uma coleção daquelas (José Guimarães). O investimento no edifício foi pesado demais» (PVC).

Outras coisas foram ditas, mais concordantes ou mais dissonantes com estas mas, a partir do que antes retemos, cremos que vale a pena fazer alguns sublinhados: o primeiro vai para a «Casa da Memória», elemento do equipamento físico pensado para a CEC, inaugurado no primeiro semestre de 2016; o segundo, porventura a merecer maior atenção, prende-se com a situação e projeto da «Plataforma das Artes e da Criatividade», um edifício que envolveu um investimento «pesado» (PVC) e que «continua a levantar debate» (VM) em razão do número insuficiente de visitantes e da dinâmica que tem – «Estava previsto ter outro tipo de dinâmica» (VM); o terceiro, para retornar ao tema do turismo, por via da visibilidade que a cidade ganhou e que parece ser, inquestionavelmente, um dos «ganhos» menos controversos da realização do megaevento («Um dos mais relevantes [legados] foi, sem dúvida, a visibilidade que a cidade conseguiu nos órgãos de comunicação, que tem hoje expressão nos turistas que atraí» – PC).

No mesmo passo, este nosso interlocutor sublinhava que «O legado só se consegue medir com algum distanciamento» (PC), no que não podemos estar mais de acordo. Aliás, em grande medida, este projeto editorial nasce dessa ideia e esta invocação de testemunhos é, porventura, a forma mais adequada de aproximar esse legado percebido algum tempo depois do momento crítico de realização da CEC 2012.

Sobre a «Casa da Memória» e respetivos atrasos de concretização, percebe-se que é um assunto sensível, conforme foi admitido por vários entrevistados. Uma parte da «sensibilidade» que o tema acarreta parece prender-se com os protagonistas do projeto. Isso não explicará tudo, isto é, o arrastar do processo de construção até tão próximo da presente data.

Indo de novo aos testemunhos, creio que ajudarão a melhor enquadrar o caso o que adicionalmente nos foi dito (em registo aberto) sobre o assunto, nomeadamente:

- «O que foi muito discutido foi a adequação do programa de ocupação (...). A “Casa da Memória” é dos tais equipamentos que foram questionados na altura» (PVC);
- «No caso da “Casa da Memória”, tê-la como estrutura com uma atividade permanente é um risco grande, posto que há outras infraestruturas que podem também ter essa função. Mais do que construir infraestruturas físicas, a aposta deveria ser criar coisas que ficassem» (FC);
- «Esse percalço [atraso na conclusão da “Casa da Memória”], deve-se em parte à extinção da Fundação Cidade de Guimarães, que era para continuar e ficar responsável pela gestão dos equipamentos criados no âmbito da CEC, e que foi extinta por força de legislação publicada pelo governo» (VM);
- «Uma das críticas que eu fazia à CEC é que era sobretudo um empreendimento industrial e comercial, e não cultural. Uma filosofia industrialista foi um dos erros da CEC. Foi uma opção estratégica assumida que foi errada» (FT).

Diga-se que esta «crítica» a que se refere o último testemunho, conforme cremos que se percebe bem, estende-se ao conjunto do projeto e não apenas ao equipamento a que temos vindo a reportar-nos. Retomando as palavras escutadas: «(...) A opção alternativa é a de que a CEC poderia ter sido, sobretudo, um momento de mobilização cívica da comunidade local (agentes cívicos, culturais e sociais). Os processos criativos foram pensados de fora para dentro, foram *inputs* externos (...). A CEC foi um evento turístico, isto é, de projeção da imagem turística de Guimarães. Também teve sucesso do ponto de vista de projeção política. Isso acabou por projetar os atores locais. Isso não quer dizer que tenha correspondido à qualificação cultural do município» (FT).

Fica aqui espaço para muito mais debate, sendo certo que o que foi feito está feito, pelo que importa agora, sobretudo, olhar para a herança e geri-la da melhor forma e, adicionalmente, tirar daí ensinamento para projetos futuros.

Passando ao debate sobre a «Plataforma das Artes», designação que acabou consagrada na linguagem do quotidiano, anotem-se os seguintes argumentos de problematização, aparte aquele adiantado no penúltimo parágrafo:

- «A Plataforma das Artes é uma estrutura importante do ponto de vista arquitetónico mas vive no limbo de projeto. Ainda não se consolidou como um ator cultural de primeira linha em Guimarães» (FT);
- «Com o que a Plataforma das Artes está a gastar por força de opções feitas em matéria de espaços expositivos poder-se-iam fazer exposições temporárias de alto gabarito, capazes de captar público» (AM);
- «Não ponho em causa a qualidade das coleções permanentes que lá estão. O que eu não acho é que um equipamento com os encargos financeiros que tem seja adequado para ter uma coleção daquelas [de José Guimarães] (PVC)».

Daqui depreende-se que o legado em causa é um problema, que merece discussão e reclama solução (a breve prazo), mesmo não se questionando que seja «uma estrutura importante do ponto de vista arquitetónico» (FT), o que talvez também mereça discussão. Quando falamos de merecer discussão, não nos referimos tanto ao edifício, em si, mas à opção de inseri-lo ali e à respetiva relação com o espaço onde foi implantado.

A verdade é que «Guimarães já tinha vários equipamentos e em cima disto caiu a “Plataforma das Artes”, a “Casa da Memória”, o “Laboratório da Paisagem”, e daí resulta um problema de sustentabilidade. Não houve cuidado de fazer um estudo prévio de sustentabilidade» (MM). Fornecendo um elemento de resposta para o futuro, concluía o mesmo interlocutor que «Falta uma estratégia conjugada de eventos protagonizada pelos equipamentos existentes» (MM). Esse elemento de resposta é tanto mais urgente e necessário quanto «Guimarães não recebe qualquer apoio do orçamento de Estado para apoiar o funcionamento dos equipamentos culturais, nomeadamente da “Plataforma das Artes”, ao contrário do que sucede com a Casa da Música e o Centro Cultural de Belém» (VM).

Dados os tempos que correm e as lógicas (político-eleitorais) por detrás destas coisas da angariação de apoios públicos para a cultura, cremos que o melhor é os atores vimaranenses, políticos e culturais, delinarem um caminho de procura das respostas (estratégias de viabilização financeira dos equipamentos culturais) que lhes faltam.

Finalmente, sobre a questão da visibilidade que a cidade ganhou («Um dos mais relevantes [legados] foi, sem dúvida, a visibilidade que a cidade conseguiu nos órgãos de comunicação, que tem hoje expressão nos turistas que atraí» – PC) que adiantaram mais outros dos membros do nosso «fórum»? Entre outras considerações, disse-se, por exemplo, que «Guimarães nunca teve tanta divulgação a nível nacional e internacional» (MM), que reputou de legado positivo, juntamente com dois outros («o reforço da autoestima da população»; e «a gestão dos equipamentos estar a ser feita pela *Oficina*»). E disse-se também que «Com a CEC passámos a ter três fatores que trazem gente a Guimarães: a nacionalidade (berço de); o Património da

Humanidade; e a CEC. Obviamente, o tempo vai fazer com que se esbata este último efeito» (VM). E, num certo (parcial) contraponto com o que consta da narrativa precedente também foi afirmado que «Hoje já não fará muito sentido visitar Guimarães por esta ter organizado a CEC. As pessoas vêm aqui procurar alguma coisa, em concreto, pela qualidade que a cidade possa ter. Isso não tem nada que ver com estarmos associados a uma CEC» (PVC).

Naturalmente, estes (mesmo na ligeira diferença de leituras que as notas anteriores sublinham) são os termos do debate sobre a estratégia a seguir pela cidade (que alguns duvidam que exista e outros questionam a necessidade de existir – «Não sei se Guimarães tem ou não estratégia e não sei se tem que ter. Não é preciso aderir a tudo» – PVC), isto é, uma estratégia que clarifique o que é que a cidade quer ser, na dimensão cultural e, conexamente, na sua afirmação como destino turístico. Quando se diz «o que é que a cidade quer ser», talvez se devesse dizer: continuar uma afirmação centrada no respetivo património (de que faz parte a sua tradição industrial) e cultura, tal qual resulta do projeto esboçado no virar do século e continuado com a CEC, ou definir outros caminhos.

Conforme foi dito no Capítulo 1 deste livro, entre os vários objetivos subjacentes à criação das Capitais Europeias da Cultura encontra-se o fomento da contribuição da cultura para o desenvolvimento das cidades no médio-longo prazos. Para tal, tem que haver um forte envolvimento dos agentes culturais da cidade de acolhimento e a viabilização de uma estratégia de continuidade do movimento verificado por ocasião dessa Capital Europeia da Cultura. Essa está claramente presente na Decisão n.º 1419/1999/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho.

Pensando a problemática do legado da Guimarães CEC 2012, fazia todo o sentido conhecer o pensamento dos nossos entrevistados sobre a dimensão imaterial do evento realizado e a participação e contributo que para tal deram as associações culturais da cidade. Daí se partiria para o eventual crescendo ou não da vida cultural da cidade no pós-2012 e, se obtida resposta positiva, as formas que tal estaria a assumir. Como dimensão complementar desta problemática emergia também o tema das indústrias criativas que, como antes demos conta, aparecia no guião das entrevistas nos termos seguintes: *No contexto do programa de candidatura ao acolhimento por Guimarães da CEC falava-se na criação de um impulso decisivo para a instalação de indústrias criativas. Isso era um chavão ou algo que efetivamente ganhou conteúdo?*

Nas declarações de um dos atores locais (VM), de forma muito sucinta, essas várias vertentes estão presentes; concretamente, foi-nos transmitido que «A CEC provocou alteração em todas as áreas, isto é, nota-se alguma diferença [leia-se, entre o antes e pós CEC]. Há algumas atividades que se mantêm (por exemplo: Casa Ama-

rela). Alguns objetivos eram muito ambiciosos (*cluster* das indústrias criativas). Por outro lado, como se percebeu nas reuniões de preparação, cada um de nós está [estava] lá com uma CEC pensada para si» (VM). Concluindo, depois, com a constatação de que «O talento vai para onde está o dinheiro» e de que «Da ideia de criar um *cluster* das indústrias criativas, restam algumas iniciativas pontuais, como o «Noc-Noc», e uma ou outra coisa mais» (VM).

Por referência ao «Noc-Noc», haverá que precisar que não é rigorosamente um legado da CEC 2012, posto que a sua primeira edição ocorreu no ano precedente.

Esta avaliação positiva feita pelo entrevistado a que nos reportámos antes no que diz respeito à dinâmica cultural da cidade não foi subscrita por outros dos entrevistados, como resulta claro na narrativa que se segue: «Não me parece que a CEC tenha tido impacto na vertente da cultura e associativismo local. As associações culturais continuam a fazer o que já faziam antes, porventura até menos que antes. Os turistas também não participam muito nisso. O Centro Cultural Vila Flor foi mais importante em termos de dinâmica cultural que trouxe à cidade» (FC).

Das declarações de outros entrevistados também surgiram dúvidas sobre essa mesma dimensão do legado. Um dos entrevistados referiu que «No período seguinte à CEC, Guimarães viveu um efeito de ressaca, como costuma suceder nas cidades que acolhem estes eventos. Isso sucedeu com o Porto, por exemplo. Há também aqui uma questão de expectativas. As pessoas julgam[julgavam] que uma CEC vai[iria] resolver tudo. A cultura tem que ser uma opção de longo-prazo. Quisemos evitar organizar um evento por catálogo. Apostou-se muito na programação em contexto. Há iniciativas como «Outra voz» que nasceram então e continuam» [PC].

O mesmo interlocutor (PC) acrescentava alguns elementos interpretativos da análise de situação que fazia, a saber: «Existem em Guimarães muitas associações culturais mas não têm escala e são rivais. Haverá sempre quem individualmente considere que isto podia ser diferente. Muitas infraestruturas tinham constrangimentos muito difíceis de ultrapassar para poderem desenvolver uma programação de qualidade (...). Guimarães tem um ecossistema que tem que ser acarinhado, operacionalizando elementos facilitadores» (PC).

De um registo pessimista nos dão conta, do mesmo modo, as palavras seguintes: «Guimarães tem 12 associações culturais no centro histórico que estão na origem de grande parte dos eventos culturais que a cidade tem. Não me parece que as associações culturais tenham mais eventos hoje em dia. Aceito isso, que a criação do Centro Cultural Vila Flor deu um contributo mais importante para a dinamização cultural da cidade do que a CEC» (MM). E outro tanto se tem que retirar da percepção de outro entrevistado (FT): «Quais são as indústrias que existem agora que não existiam? Há uma ou outra empresa na área do vídeo, para consumo local. A CEC em Guimarães teve um orçamento irrisório. A Casa da Memória foi um dos prin-

cipais projetos que foi entregue ao protagonismo local e foi um fracasso (...). Não vejo que a CEC tenha introduzido uma nova dinâmica, alterando o que vinha já detrás. Não conheço um evento que a CEC tenha legado a Guimarães. As principais instituições culturais de Guimarães estão mais qualificadas do que o que estavam há quatro anos? Não estão! A ASMAV foi afastada da participação no programa oficial da CEC. Os nossos projetos, em concreto, foram todos recusados» (FT).

Endereçando, em concreto, a ambição enunciada de criar um «cluster» das indústrias criativas em Guimarães, há quem note que «Há pequenos grupos de jovens que estão aí instalados e que estão a fazer um trabalho meritório (AM) e que «As pessoas sentem-se e identificam-se de uma forma diferente do que era antes. O êxito conseguido é facilitador de outras coisas que se seguiram» (PVC), há, por outro lado, quem considere, conforme já citado, que «O talento vai para onde está o dinheiro»(VM) e que «Alguns objetivos eram muito ambiciosos» (VM) ou que responda à pergunta sobre «Quais são as indústrias que existem agora que não existiam?» com a afirmação de que «Há uma ou outra empresa na área do vídeo, para consumo local» (FT).

Em sintonia com estas respostas, recolhemos também as declarações que se seguem e que invocamos novamente: «(...) não há nada de significativo nesse âmbito. Há coisas pequenas: artes gráficas e edição. Em todo o caso, são iniciativas de pessoas que estariam na mesma a trabalhar» (FC). Acrescentou o dito interlocutor que «A Universidade, ao ter o Instituto de *Design*, também favorece o aparecimento desse tipo de iniciativas» (FC).

A menção à Universidade (Universidade do Minho) e ao Instituto de *Design* surgiu igualmente noutras declarações, como na que se segue: «(...) Foram também reabilitados espaços em Couros, que foram entregues à Universidade do Minho. Foi igualmente criado o Instituto de *Design*» (AM). Imediatamente antes, o mesmo interlocutor, havia-se referido à «reabilitação que foi feita do mercado antigo», onde «[se] criaram espaços para esse efeito, isto é, para acolhimento das indústrias criativas» (AM).

Seguramente, «Um modelo que oriente[orientasse] a economia para as indústrias criativas e para a cultura é[era] bonito» (FC), ou, na linguagem de outro dos membros do fórum, seria «quase de fazer crescer água na boca» (MM). Esta seria, verosivelmente, uma ideia que reuniria consenso entre os entrevistados mas, tal como os autores das expressões antes enunciadas disseram ter dúvidas da viabilidade disso («Os resultados não ficaram à vista. Em matéria de indústrias criativas, não é relevante o que existe. Na Plataforma das Artes há 15 a 20 lojas com esse objetivo mas não estão ocupadas.» – MM), é crível que os demais partilhassem essas mesmas dúvidas. Para tal, Guimarães precisaria e, porventura, «merecia ter vários milhões do orçamento de Estado para apoiar o funcionamento desses equipamentos e tem

zero» (PC) e, entretanto, a verdade incontornável é que «O talento vai para onde está o dinheiro» (VM). Isto acontece numa altura em que «há uma tendência dos municípios procurarem atrair e fixar talento, tentando afirmar-se como cidades criativas» (PC).

No quadro da problematização do subtema em debate, houve também espaço para lembrar que «A partir de certo momento, depois da mudança da presidente da Fundação, as pessoas começaram a sentir-se mais envolvidas, mais comprometidas com o evento mas, a meu ver, o essencial das iniciativas que foram realizadas não o foram pelos agentes de Guimarães» (PVC). O mesmo interlocutor finalizava com a conclusão pouco animadora de que, «Tirando esta postura, esta abertura, tenho as minhas dúvidas sobre o impacte [leia-se: legado cultural da CEC] na cidade» (PVC).

Passando para o tema dos impactes de Guimarães 2012 em matéria de atração de visitantes e respetivo perfil, valerá a pena começar por recordar brevemente os dados já apresentados no capítulo 5 sobre a evolução registada, confrontado os dados de 2010/2011 e de 2015 que suportaram a forma como interpelámos os atores entrevistados sobre a matéria. Assim, lembramos que nos mereceu destaque:

- i) «o maior equilíbrio em termos de homens e mulheres que visitaram a cidade em 2015 face aos dados de 2010/2011, em que a percentagem de inquiridos do sexo feminino era maior»;
- ii) «uma descida dos inquiridos do primeiro escalão etário (entre os 0 e os 25 anos) e um aumento do dos 46 e aos 65 anos»; e
- iii) «um aumento dos visitantes com habilitações literárias mais baixas».

Concluíamos depois que «Esta evolução sugere que estamos perante perceções do destino mais favoráveis a segmentos de visitantes mais velhos, habitualmente ligados a grupos com maior disponibilidade financeira e mais exigentes no que se refere à qualidade do destino, o que é consistente com o estatuto da cidade de Património Cultural da Humanidade pela UNESCO. Entretanto, contraditoriamente, assistiu-se a um aumento dos visitantes com habilitações literárias mais baixas, embora continuem a predominar os visitantes mais instruídos».

Adiantávamos depois que «Este aumento de um para o outro período [do peso relativo dos visitantes com habilitações literárias mais baixas] poderá ser resultado da maior notoriedade adquirida pelo destino, porventura com o contributo maior da CEC 2012, o que lhe permitiu chamar a atenção de públicos mais abrangentes, o que não deixa de constituir um risco sério pelo que tal significa em matéria de desqualificação relativa do visitante, quando avaliado em termos de qualificação

académica (...). Menos crítico desse ponto de vista é o crescimento do peso relativo dos visitantes mais velhos, que têm um nível de exigência cultural maior, e também maior disponibilidade financeira».

Sobre este tema e estes dados recolhemos posições, isto é, perceções, muito diversas, que vão desde a relativa indiferença, no sentido de ausência de surpresa, até à expressão de grande preocupação com o avolumar do número de visitantes de Guimarães (leia-se: respetivo centro histórico) e as consequências que daí podem derivar em matéria de sossego/conforto dos residentes e preservação da identidade da cidade. Outros exemplos, com manifestação aberta de oposição dos residentes à continuação de afluxos turísticos às respetivas cidades foram invocados nas conversas mantidas, embora se tenha unanimemente reconhecido que a realidade turística de Guimarães está ainda longe daqueles casos, tendo alguém (VM) sublinhando a propósito que «nós não somos praia».

A referida expressão surgiu no contexto da leitura de situação seguinte: «É uma alteração subtil [a registada em matéria de perfil do visitante]. Há um contexto geral em Portugal de evolução da procura turística que também se sente em Guimarães. Guimarães está com um ritmo de crescimento da procura abaixo do da região. Por outro lado, os níveis de qualidade eram muito elevados. É natural que haja esse alargamento do tipo de turistas. A CEC trouxe gente nova, curiosa. Guimarães tem uma especificidade: nós não somos praia» (VM).

Desta interpretação do que vai sucedendo, avulta a chamada de atenção para i) o contexto (*Há um contexto geral em Portugal de evolução [crescimento] da procura turística*) e para a dinâmica específica de Guimarães (*Guimarães está com um ritmo de crescimento da procura abaixo do da região*). Daí se pode, inclusive, derivar a ideia de que o fenómeno CEC não trouxe muito em termos turísticos à cidade, isto é, o crescimento da procura que efetivamente se regista é um fenómeno que tem, sobretudo, uma dinâmica externa: o crescimento genérico da procura turística em Portugal, em geral, e do noroeste do país, em particular. A importância que toma a integração de Guimarães num roteiro de cidades do noroeste de Portugal no quadro das razões de visita à cidade, conforme apresentado no capítulo 5, é consistente com esta leitura.

Ainda a propósito da evolução do turismo em Guimarães e dos reptos que estão lançados à boa gestão do processo, foi-nos dito pelo mesmo entrevistado que «A oferta mantém-se bastante qualificada. Acrescentou-se entretanto o Alojamento Local que, nalguns casos, tira partido de edifícios (património) existentes. Entretanto, diria que falta estratégia de desenvolvimento turístico» (VM).

Por referência ao mesmo fenómeno mas a partir de uma realidade que é particular (o visitante da Sociedade Martins Sarmento) foi-nos apresentado um cenário distinto e alguns elementos interpretativos curiosos, a saber:

«As nossas estatísticas de visitantes não têm mostrado grandes alterações de perfil. Houve um pico de visitas com a CEC mas depois decaiu. No ano seguinte os valores foram inferiores aos habituais. Estamos nesta altura com valores superiores aos do período anterior a 2012. O visitante da Sociedade Martins Sarmiento é de certeza um visitante diferente do que vai ao Largo Senhora da Oliveira. Este é um museu especializado, arqueológico. Temos um turista muito específico, que é aquele que visita sítios arqueológicos. O meu sentimento é que não haverá uma diminuição do turismo cultural. O que há é um aumento do outro (...). Hoje já não fará muito sentido visitar Guimarães por esta ter organizado a CEC. As pessoas vêm aqui procurar alguma coisa, em concreto, pela qualidade que a cidade possa ter. Isso não tem nada que ver com estarmos associados a uma CEC» (PVC).

Aparte o sublinhar do perfil particular do visitante que procura a Sociedade Martins Sarmiento, do que foi dito nestas declarações, gostaríamos de sublinhar: i) a queda registada no número de visitantes em 2013 face à média do período antecedente da CEC, algo que é consistente com o pico de 2012 e com o que é comum nestes casos (em relação com a gestão que os visitantes de um certo lugar fazem das visitas a esse lugar que desejam visitar aquando do acolhimento deste tipo de grande evento); ii) o sentimento do entrevistado de que não haverá uma diminuição do turismo cultural («O que há é um aumento do outro» – PVC); e iii) a ideia expressa de que «não fará muito sentido visitar Guimarães por esta ter organizado a CEC. As pessoas vêm aqui procurar alguma coisa, em concreto, pela qualidade que a cidade possa ter. Isso não tem nada que ver com estarmos associados a uma CEC» (PVC).

Obviamente, a admitir-se o efeito da CEC na captação de visitantes (de que os nossos dados, conforme enunciado no capítulo 5, dão conta), esse efeito não perdurará eternamente, isto é, irá esfumando-se, quer dizer, a respetiva memória, com o passar do tempo. Daí a necessidade de reavivar, de tempos a tempos, a imagem do destino na memória dos atuais e potenciais visitantes com novos eventos. Daí também a problemática da estratégia, a que já se aludiu, que deve permitir estabelecer continuidade da imagem formada, se se entende que é essa a imagem que dá/deve dar identidade ao destino.

Retomando os testemunhos, anote-se a posição despreocupada sobre a possível evolução do perfil do visitante do interlocutor cujas declarações reproduzimos de seguida: «Não me gera receio em razão de sermos património da humanidade e local de fundação do país. Em parte, em razão disso, a percentagem de turistas brasileiros que vêm a Guimarães é muito superior à média dos visitantes do país». Acrescentava, entretanto, algo que deve gerar preocupação, em concreto: «No que se reporta a dormidas, não temos grandes diferenças de números entre 2011 e 2014» (MM).

Também, em certa medida, otimista é a visão expressa seguidamente: «Julgo que há cada vez mais turistas a procurar Guimarães por motivações culturais. Para participar nos seus eventos culturais, como por exemplo no Guimarães Jazz, ou para conhecer e explorar o seu património (...). Quem hoje em dia se passeie em Guimarães a um dia de semana testemunhará a quantidade e diversidade de turistas estrangeiros, mais ou menos seniores, que percorrem a rota do Castelo à Oliveira. Muitos não ficarão alojados na cidade mas quero acreditar que levarão de Guimarães a vontade de regressar» (PC). Uma leitura com mais detalhes, misturando elementos de otimismo com outros menos positivos, foi-nos feita por outro entrevistado: «O turismo no centro histórico tem vindo a aumentar e não é já só na época alta. As nacionalidades dos turistas são também já muito mais diversificadas. Trazem algum rendimento. Para já, a quantidade de visitantes não perturba, salvaguardando o caso dos excursionistas, que em certas alturas ocorrem em grande número ao Paço dos Duques de Bragança. A Feira Afonsina é também exceção. Traz multidões e congestionam a cidade. Não me parece que traga grande riqueza. Se não fosse esse movimento de turistas no centro histórico, os cafés e lojas de artesanato não criariam grande emprego. Pode ainda crescer um bocado mais sem problemas. Deveria haver a oferta de atividades complementares. Faltam pequenas feiras com produtos locais para dar mais vida à cidade» (FC).

Anote-se a chamada de atenção que é feita para a necessidade de distinguir turistas de excursionistas, e respetivos efeitos na vida, económica e não só, da cidade. Anote-se também a chamada de atenção para os elementos de estratégia a desenvolver: «[A Feira Afonsina] Traz multidões e congestionam a cidade. Não me parece que traga grande riqueza» (FC); «Deveria haver a oferta de atividades complementares. Faltam pequenas feiras com produtos locais para dar mais vida à cidade» (FC).

Mais pessimistas, mais preocupadas são as perceções e pensamentos sobre a matéria (do desenvolvimento turístico da cidade) que se seguem:

- i) «O tipo de turista que nos visitava era um turista mais qualificado. Era, entretanto, um turista com pouco dinheiro. Os “low cost” têm uma importância enorme na dinâmica turística atual. O grande problema é que o Porto está muito apelativo e as pessoas ficam muito pouco tempo [em Guimarães]. Por outro lado, o centro histórico está fraco. Os cafés não deram o salto qualitativo que tinham que dar» (AM);
- ii) «Percebe-se que houve uma intensificação do turismo e há um turismo mais popular. Regra geral, o turismo é predatório. Eu não gostava que Guimarães fosse uma cidade de turistas, de revoadas de turistas. Eu gostava que Guimarães fosse uma cidade de cidadãos de Guimarães.

Este processo da CEC está a produzir um turismo de massas que atenta contra a sustentabilidade local. No caso dos hotéis, assistimos a uma competição baseada no baixo preço. Têm que concorrer com outros locais [Porto]. Não sei se existe estratégia para o desenvolvimento turístico de Guimarães. Acho que devia existir. As pessoas não podem estar no seu sítio, no centro histórico, por causa do barulho dos turistas que se deslocam. Que não se atinja o ponto de saturação para depois tomar medidas. Note-se, entretanto, que os agentes locais têm capacidade pequena de influir nas políticas de turismo» (FT).

Aparte o receio enunciado de uma possível deriva do turismo de Guimarães para um fenómeno de massas, desqualificado, estão presentes nas narrativas imediatamente acima as ideias de que ter turistas não é, necessariamente, indicação de captação de riqueza para a cidade e de que é sempre verosímil o risco de criação de conflitos entre os usos turísticos das cidades e o usufruto destas por parte dos seus residentes. Acresce a chamada de atenção para a fragilidade dos poderes locais na gestão do fenómeno, o que retoma o tema da dinâmica externa (nacional) do fenómeno turístico e do respetivo planeamento e gestão. Daí, entendemos, que não se deve concluir que não tem que haver estratégia das autoridades e atores turísticos locais. Porventura, em razão dessa condicionante externa, mais se impõe que haja uma estratégia local, o que alguns entrevistados questionam que Guimarães tenha, nesta ocasião, pelo menos.

Partindo da constatação inquestionável de que a Capital Europeia da Cultura de 2012, acolhida por Guimarães, foi um sucesso na atração de pessoas a Guimarães em 2012 e permitiu alguns investimentos, públicos e privados, divulgando internacionalmente a cidade, a rematar as entrevistas que efetuámos, perguntou-se se tinha valido a pena ir por diante com o megaevento e, enfeudados na perceção que a partir daí tinham construído, se fazia sentido voltar a fazer uma aposta similar num futuro de médio prazo. Obviamente, dada a distância temporal a que estávamos da CEC, esperava-se que os nossos interlocutores pudessem já olhar para o acontecimento com algum afastamento emocional.

Uma vez mais, houve algumas diferenças nas abordagens feitas pelos nossos entrevistados. Em comum, talvez só a ideia de que a CEC, na sua expressão estrita, materializada em 2012, foi uma grande festa. Nas palavras concretas de um dos entrevistados, «Houve uma grande festa. As festas são sempre agradáveis. São momentos evanescentes» (FT). Concluindo de seguida, criticamente, com a afirmação de que, «Se não fizéssemos a CEC, não saberíamos as oportunidades que perdemos» (FT).

Numa outra perspetiva, mais conformada, foi-nos dito que «Essas coisas são criadas a nível global. Sabido isso, aderimos ou seguimos um caminho que é o da margina-

lidade. Estas organizações circulam e as cidades têm que se habilitar a elas» (PVC). Quer isto dizer que, num certo momento (2012), calhou a Guimarães acolher este evento. Noutra altura, calhará a outra cidade. Na voragem da concorrência entre destinos e protagonistas, não há espaço para ficar de fora, sob pena de se cair no esquecimento («[seguir] um caminho que é o da marginalidade» – PVC). A isso, andam associados interesses, económicos, entre eles, que ditam o porquê destes eventos e da respetiva ocorrência territorial «rotativa».

Virando-nos agora para os protagonistas da organização do evento, que entrevistámos, para dois deles, em concreto, que opinião nos foi expressa?

Do presidente da Câmara Municipal de então recolhemos as seguintes palavras: «Não há nenhuma dúvida que a CEC valeu a pena, mas não é fácil alimentar a dinâmica cultural então criada. A CEC foi uma rampa de lançamento. Nunca mais temos outra» (AM);

O administrador executivo da Fundação Cidade de Guimarães, por sua vez, disse-nos:

«Guimarães 2012 foi um projeto catalisador do desenvolvimento da cidade e da região que deixou um importante legado (...). A CEC veio no momento certo, depois de um trabalho de vinte anos de reabilitação do centro histórico e da criação do Centro Cultural Vila Flor. Guimarães tem a ganhar em densificar esta estratégia» (PC).

A ideia de «densificar esta estratégia» (PC) surge já como resposta ao repto que era enunciado de indicar se faria sentido voltar a fazer uma aposta similar num futuro de médio prazo. O sentido vago do enunciado foi o que ficou, tendo, embora, sido sublinhado que «faz todo o sentido que Portugal venha a acolher novamente uma Capital Europeia da Cultura» (PC). Na rotatividade espacial do evento, calhará a outra cidade portuguesa organizá-lo. Quem possa ser (que queira fazê-lo), é algo que nos escapa nesta ocasião.

Dados os interesses económicos que se jogam nestas manifestações (e jogaram, em concreto, em 2012), tínhamos também curiosidade particular sobre que pensamento nos seria expresso a este respeito pelo presidente da Associação Comercial e Industrial de Guimarães. Ele materializou-se no seguinte: «Acolher a CEC foi uma oportunidade que fez muito sentido. Na candidatura, Guimarães deveria ter feito uma proposta financeira mais arrojada» (MM).

Em matéria de proposta para o futuro foi avançado que, «Em razão do seu histórico, da importância que tal tem nas memórias de Guimarães, [este município] deveria ter um museu da indústria» (MM). A curiosidade é que esta é uma proposta que é enunciada desde há vários anos. Na verdade, «Desde 2010 que, em sede de Conselho Geral da Fundação Cidade de Guimarães, fomos salientando a importân-

cia de que ficasse um legado futuro na área do Património Industrial, conforme consta dos Relatórios de Atividades da ACIG. Adicionalmente, entendemos que faria sentido ter um museu D. Afonso Henriques, como elemento de afirmação da identidade nacional» (MM). O remate deste enunciado remeteu, novamente, para a questão da estratégia da cidade: «Sinto que há alguma falta de estratégia».

Tentando contribuir para a superação do impasse que disse sentir, o mesmo interlocutor acrescentou que, «Desde 2009, que, num memorando que apresentámos à então presidente da Fundação Cidade de Guimarães, consta a proposta de criação de uma Bienal de Arquitetura. Acreditamos que a proposta mantém atualidade. Outra tanto se aplicará ao Festival Nacional de Percussão, que também aí propusemos» (MM).

Nas vertentes de avaliação global do megaevento e de contributo estratégico, fomos ditos, também:

- i) «Globalmente, valeu a pena, mais que não seja naquele ano. Teve um efeito importante em termos de promoção da cidade, pese o evento não ter tido a promoção (externa ao país e nacional) que deveria ter sido feita. Dever-se-ia ter investido mais na promoção do evento, o que também serviria para promover a cidade. O concelho precisava de ter uma estratégia de desenvolvimento. Aparte a cidade, o município está um bocado ao abandono. Veja-se o caso das Taipas. A perda de população registada tem que ver com isso. O turismo e serviços não têm compensado as perdas de emprego da indústria. As indústrias criativas, por si só, também não vão resolver o problema (...). Tudo o que dê visibilidade, desde que o investimento financeiro a fazer seja aceitável, valerá a pena. Falta fazer alguma coisa» (FC).
- ii) «Valeu a pena, pelo menos na componente de infraestruturação e reabilitação urbana, criação e recuperação de equipamentos. Alguns equipamentos estão a ter alguma utilização. O Centro Cultural Vila Flor, que é anterior, foi, no entanto, um marco maior que a CEC. Em matéria de dinâmica cultural, quase que voltámos onde estávamos antes da CEC. (...) Devia ter-se feito uma aposta mais consolidada no legado. No discurso, a dimensão cultural da cidade continua presente. (...) Ser a Capital Ibero-Americana da Cultura poderia ser um seguimento e uma oportunidade interessante» (VM).

Falando ainda de estratégia, o entrevistado acabado de citar, concluía as suas considerações em matéria de estratégia a seguir dizendo: «Era importante saber o que é que as associações locais acham. Era importante mobilizar a comunidade» (VM). Sabendo-se quão importante é o envolvimento dos residentes e respetivas estruturas e, logo, da mobilização da comunidade local para que se obtenham resul-

tados consolidados quer em matéria de desenvolvimento turístico quer em matéria de legado de eventos como as Capitais Europeias da Cultura, aprendendo da experiência da CEC 2012, parece-nos fazer todo o sentido o princípio enunciado de construção de novos projetos (quer dizer, de futuro) para Guimarães.

Por outras palavras, foi também essa a mensagem final que nos deixou o presidente da ASMAV, o representante de uma das associações culturais mais visíveis da realidade atual de Guimarães. Os termos que usou foram os seguintes: «É preciso apostar numa estratégia de empoderamento das pessoas de cá. O que quer que ocorra deveria ter por finalidade o envolvimento e a capacitação das pessoas de Guimarães mais do que a dinâmica económica. Um perigo do nosso tempo é as pessoas acharem que já não contam» (FT).

LEGISLAÇÃO

Decisão n.º 1419/1999/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de maio de 1999, publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, a 1.7.1999, L 166/1 a L 166/5.

Capítulo 7

LEITURAS FINAIS

A presente obra teve como principal objetivo retratar o legado da Guimarães Capital Europeia da Cultura de 2012, procurando evidenciar parte dos impactes (económicos, socioculturais e ambientais) percecionados pelos residentes, os visitantes e alguns agentes locais qualificados.

Após a apresentação dos resultados mais relevantes decorrentes da investigação, conduzida, sobretudo, entre 2011 e 2013, complementada com alguns elementos circunscritos aos anos de 2015 e de 2016, importa agora fazer um balanço do que daí saiu evidenciado. Partindo desses resultados, importa-nos também saber que ensinamentos se podem retirar da organização de um megaevento como uma Capital Europeia da Cultura e que recomendações de política pública se podem deduzir.

Desde logo, interessa tornar a frisar que as Capitais Europeias da Cultura constituem um projeto arrojado que tem já trinta e um anos de existência e que é atualmente o projeto cultural colaborativo mais ambicioso que se realiza na Europa em cada ano. O seu carácter ambicioso decorre dos orçamentos elevados adstritos, que permitem a este megaevento ser uma das iniciativas culturais com maior sucesso e, talvez, mais representativas do conjunto da dinâmica comum dos países europeus.

O intercâmbio que proporciona, o debate e reflexão que fomenta, e a mostra da cultura da cidade que acolhe este título que viabiliza, fazem deste megaevento uma oportunidade única para a mobilização de todos os atores da cidade organizadora, normalmente apostados em mostrar o que de melhor conseguem realizar e trabalhar para a melhoria da sua imagem (sobretudo internacional). Este último aspeto constitui, seguramente, juntamente com a oportunidade que tal proporciona de proceder à regeneração da cidade e de melhorar a imagem desta junto dos seus habitantes, uma das principais mais-valias do acolhimento de uma CEC. Podemos confirmar isso no caso de Guimarães.

A organização do evento pode e deve (esse é um dos principais objetivos da instituição das CEC) aportar um novo fôlego para a cultura da cidade que a acolhe, podendo ser uma alavanca para a organização de uma oferta cultural mais sustentada no pós-CEC. Acresce que assim se pode trabalhar consistentemente para favorecer a imagem e promovê-la como destino turístico e, igualmente, como já se fez menção, para alcançar o reforço da autoestima da população que a acolhe.

A realização de uma CEC é umas das expressões do paradigma pós-moderno de promoção das cidades e de competição entre elas, movimento que se iniciou há cerca de trinta anos. Materializa-se na realização de megaeventos e tem uma dinâmica que tem vindo a crescer a nível internacional. Tem subjacente a ideia de proporcionar experiências aos indivíduos e, obviamente, joga com os respetivos sentimentos e aspirações.

Como se sugere antes, este tipo de megaevento (cultural) juntou-se a outros com origem mais remota e/ou naturezas distintas, de que são referência maior os jogos olímpicos, os campeonatos mundiais e europeus de futebol e as feiras mundiais. Podendo fazer-se leituras do seu interesse e razões de ser diferenciados, têm sido encarados como oportunidades para dinamizar e promover inúmeras cidades, sendo na atualidade peças de uma competição feroz das cidades para atrair investimentos e mais visitantes. A sua realização não deve ser, no entanto, encarada como uma panaceia para os problemas económicos e sociais de uma cidade, até porque nem em todos os casos os resultados registados são conformes com os que são enunciados no quadro das candidaturas feitas, incluindo os financeiros.

Tendo os autores do presente livro partido do conceito de megaevento cultural quando consideram uma CEC, parece-nos que a CEC Guimarães 2012 terá cumprido parte dos requisitos que se requerem para que um evento possa assumir esta designação. Todavia, se, por um lado, confirmou alguma capacidade para atrair visitantes (apesar de não terem sido em número tão elevado como se assumia inicialmente, isto é, como se enunciava na candidatura formulada), por outro lado, a cobertura mediática significativa que se pressupõe neste tipo de megaevento não terá ocorrido na medida do que se almejava.

A este propósito, anote-se que alguns dos agentes locais entrevistados em maio de 2016 fizeram referência ao relativamente baixo orçamento com que a CEC 2012 foi realizada, quando comparado, por exemplo, com o da CEC Porto 2001. Este terá sido, porventura, um dos fatores que terá contribuído para uma relativamente baixa divulgação deste megaevento noutros países, a julgar pelo desconhecimento da sua realização encontrado em parte dos visitantes estrangeiros que inquirimos em 2012, que se encontravam a visitar Guimarães.

Havendo vários tipos de abordagem de uma Capital Europeia da Cultura, optou-se na presente obra por realizar uma abordagem de tipo longitudinal para o caso

de Guimarães CEC 2012. Constitui um tipo de abordagem pouco comum a nível internacional, que pressupõe que uma equipa multidisciplinar esteja comprometida durante vários anos com uma investigação que necessita de alguma persistência e parcerias, aparte outros recursos. Neste caso concreto, o apoio de Vítor Marques, técnico do área do turismo da Câmara Municipal de Guimarães, revelou ser crucial para podermos aferir as perceções sobre o evento e sobre a cidade por parte de vários *stakeholders*.

Foi assumido, como mencionámos antes, que nos interessaria aferir as perceções dos residentes, visto estes serem habitualmente pouco escutados nos processos de planeamento, nomeadamente, no que diz respeito à atividade turística.

As principais ilações a retirar dos inquéritos realizados exprimem-se na alteração de alguns comportamentos e perceções dos residentes relativamente aos impactes do acolhimento da CEC e à imagem turística de Guimarães. Depois de se ter diagnosticado em finais de 2011 alguma relutância em participar no megaevento, tal não seria confirmado em 2013, isto é, a assistência aos espetáculos, exposições e outros atos da CEC acabou por ser mais significativa do que a inicialmente planeada pelos residentes, no seu conjunto. A subestimação do sentimento de pertença dos vimaranenses e a sua leitura de que estariam a ser desconsiderados na organização e participação do megaevento, terão sido algumas das justificações para tal, a par da tardia divulgação que foi feita do programa cultural previsto para o ano de 2012.

Passado o período de turbulência política que foi regular no decurso do ano de 2011, os vimaranenses acabaram por revelar uma participação no megaevento coadunante com a que ocorreu em Capitais Europeias da Cultura ligadas a cidades de maior envergadura a nível internacional. Mas ficou uma pergunta por responder, a saber: porque terá a população, com as características que sempre evidenciou de forte orgulho e autoestima, tido uma relativamente baixa percentagem de indivíduos mobilizados para participarem no evento como voluntários ou como membros da organização da CEC 2012? Que, por sua vez, levanta a questão seguinte: este resultado (a relativamente baixa percentagem de indivíduos que participaram no evento como voluntários ou como membros da organização) decorreu dos atributos intrínsecos da população ou resultou do modelo de organização do megaevento?

A comunicação social revelou em inícios de 2012 que se contava com uma equipa de 160 pessoas, com idades diversificadas, para dar apoio à CEC. Será que foram suficientes para ajudar a montar um megaevento desta envergadura ou deveriam ter sido envolvidas muitas mais? Não temos uma resposta segura para a pergunta enunciada.

As poucas diferenças que se encontraram em termos de participação no megaevento, por género e por idade, poderão ser indicativas de que ocorreu uma cobertura de vários tipos de eventos e que os mesmos tenderam a chegar a vários tipos de públicos.

Tenha-se presente que se tratava de uma cidade que não estava habituada a acolher *performances* de grandes grupos artísticos, espetáculos que geralmente causam um impacto visual que facilmente fica na memória das pessoas. Assim sendo, não surpreenderá que o evento tenha sido percebido como uma grande festa. E quem não gosta de grandes festas? Mas coloca-se nova questão: será que os vimaranenses despertaram, entretanto, para algum tipo de *performance* artística? A julgar pelas entrevistas que foram realizadas em maio de 2016, pouco do que estava previsto em matéria de dinamização continuada da vida cultural da cidade passou à prática, nomeadamente naquilo que se referia à criação de um designado setor de indústrias criativas, objetivo destacado do programa de candidatura da cidade a Capital Europeia da Cultura. O que se passou? Porque se afigura tão marcada a distância entre o que se pretendia concretizar e o que efetivamente foi alcançado? A desvinculação prematura da Oficina e a extinção da Fundação Cidade de Guimarães terão contribuído para tal?

E que dizer da posição expressa por alguns entrevistados de que deveriam ter sido acautelados junto do Governo central recursos financeiros para garantir uma estratégia de sustentabilidade de alguns dos equipamentos, tal como aconteceu para a Casa da Música no Porto ou para o Centro Cultural de Belém, em Lisboa?

Estudar a perceção dos visitantes não foi tão inovador como aferir a perceção dos residentes, mas é importante não olvidar que não existem ainda muitos estudos sobre as suas perceções em relação a um destino que é classificado como Património Cultural da Humanidade pela UNESCO.

Sobressaíram as motivações ligadas à monumentalidade da cidade e às atividades culturais e à gastronomia/enoturismo. Enquanto o primeiro tipo de motivações não nos causou surpresa, o mesmo não podemos concluir em relação à gastronomia e enoturismo. Tal decorre de Guimarães não sobressair à escala nacional e da própria região Norte em termos enoturísticos, mas é certo que se tem vindo a fazer uma aposta na gastronomia, nomeadamente, em termos de certificação de alguns produtos. Por outro lado, cada vez mais se assume que não se pode dissociar a gastronomia dos vinhos e, como este se trata de um segmento do turismo em ascensão, torna-se fácil entender a expressão deste setor.

Dos estudos empíricos realizados, não se retirou indicação de que tenha havido grandes diferenças em termos dos atributos percebidos do município, mas foi notório o aumento verificado da idade dos visitantes, entre 2001/2011 e 2015, denunciando uma maior atração por parte de segmentos de visitantes mais velhos, mas que podem estar ligados a uma maior expressão do excursionismo ou eventualmente, de grupos que possuem uma maior disponibilidade financeira e que são mais exigentes no que se refere à qualidade do destino. Ainda assim, foi nítido o aumento do número de visitantes com níveis de instrução mais baixos. Tudo leva a crer que

a notoriedade adquirida pelo destino lhe permitiu captar visitantes mais diversificados, perdendo, em parte, o acento precedente, muito dominante no perfil de turista cultural.

Em investigações futuras será necessário caracterizar, de forma mais aprofundada, como chegam os visitantes ao destino. Usando viatura própria? Deslocando-se em autocarro e tendo subjacente uma agência de viagens, ou de que outra forma? Só assim poderemos ter a certeza do que já parece visível em parte do ano em Guimarães: a chegada de autocarros cheios de visitantes que permanecem pouco tempo no destino e que pouco dinamizam a economia local.

Tendo em conta o que enunciámos no presente livro, que outras futuras investigações necessitam de ser realizadas? Talvez haja necessidade de avaliar os legados em termos urbanísticos, ou seja, que tipo de transformações duradouras se operaram na cidade de Guimarães? Apenas beneficiaram as freguesias da cidade ou também beneficiaram outras freguesias? Como está a sustentabilidade dos equipamentos que foram construídos? Das respostas de alguns dos nossos entrevistados, sabemos que há problemas de sustentabilidade financeira de um ou outro equipamento construído no âmbito da CEC. Desde logo, a Plataforma das Artes e Criatividade.

Importa também tornar a realizar, passados quatro ou cinco anos, novos inquéritos à população, pois os meses de abril e de maio de 2013 (segundo período de realização dos inquéritos) foram muito próximos do mês de dezembro de 2012, de encerramento da Guimarães Capital Europeia da Cultura. O passar do tempo permite avaliações (percepções) emocionalmente mais descomprometidas e fundamentadas.

Como é habitualmente referido pela literatura, os residentes tendem a desenvolver grandes expectativas sobre os benefícios de acolhimento de megaeventos, mesmo reconhecendo, por vezes, poder haver custos. Adicionalmente, conforme é razoável pensar-se, as percepções dos impactes tendem a ser mais favoráveis no período pré-evento, podendo, em razão disso, o decorrer daquele conduzir a algum desapontamento. Já vimos, no entanto, que alguns resultados do nosso trabalho empírico contradizem algumas dessas leituras.

Obviamente, este tipo de resultados é um elemento importante para informar as políticas que se possam gizar para acolher este tipo de eventos, noutros lugares mas, também, em Guimarães, na perspetiva de novas iniciativas de maior vulto que possam ser organizadas. Sendo assim, estamos a insistir na necessidade de, no respetivo processo de planeamento, incorporar a sensibilidade dos atores e populações locais e comprometê-los com o processo.

Atentos a esse sentir e percepções, podem as autoridades e os técnicos encarregues do planeamento e da gestão dos eventos responder melhor aos seus anseios e gizar respostas para as preocupações que possam enunciar. Gerir melhor o ajustamento das expectativas mantidas é outra das dimensões que importa cuidar, por forma a

evitar os desapontamentos decorrentes de expectativas de resultados excessivamente elevados e, logo, irrealistas.

Aspetos como o estacionamento de viaturas, o congestionamento do tráfego, a competição pelo uso de certos equipamentos públicos e o aumento do preço de bens e serviços são dimensões para as quais importa estar atento, que têm forte impacto nas percepções, mais negativas, mantidas pelos residentes em relação aos efeitos do acolhimento de organizações como as CEC, mas que não são obstáculos incontornáveis.

Conforme foi igualmente assinalado, os dados a que chegámos dão-nos conta de que estamos perante uma alteração do perfil do visitante do destino Guimarães e uma evolução notória dos atributos percebidos da cidade. A notoriedade conseguida, com expressão no aumento de visitantes, para a qual terá dado contributo, que nunca será despreciando, o acolhimento da CEC Guimarães 2012, traduziu-se numa desqualificação média destes, quando avaliada em termos de habilitações académicas. Daqui deriva a indicação de que o caminho da massificação do destino parece fazer-se à custa da perda da sua identidade como destino cultural por excelência.

À luz destes resultados, os responsáveis pelo planeamento e gestão turística do destino Guimarães estão confrontados com a alternativa de continuar a aposta no crescimento do número de visitantes, admitindo a evolução para uma imagem menos marcada pelos seus atributos e dinâmica culturais, ou insistir num perfil de cidade turística fortemente marcado pelo seu legado e simbolismo histórico-cultural, o que pode questionar a continuação do crescimento rápido do número de visitantes.

Ao enveredar-se por esta última opção, tem que se continuar a aprofundar e a dinamizar a atividade cultural e, desse modo, captar um público mais apostado na experiência cultural mas, seguramente, mais exigente na qualidade do serviço. Se a estratégia de desenvolvimento for esta, insiste-se, a imagem promovida tem que estar em consonância, por forma a prevenir a captação de visitantes que venham a revelar-se insatisfeitos com a experiência turística disponível.

O futuro de Guimarães pode ser concebido de muitas maneiras, umas mais enfeudadas à preservação do património e cultura e ao desenvolvimento de uma vocação turística do que outras. Não se trata, obviamente, de renegar a longa e forte tradição manufatureira do município nem o seu referencial de valores, que são um elemento central da sua singularidade. A tradição e o património edificado industriais são, aliás, também um património com potencial turístico, assim se saiba percebê-lo e construir os convenientes produtos.

Não querendo ir mais longe em matéria de formulação de propostas próprias de estratégia para Guimarães, recuperamos aqui umas quantas que retirámos do que escutámos dos entrevistados a que nos referimos no Capítulo 6, em várias das quais nos revemos. É um contributo que fica para um debate que consideramos que vale a pena realizar.

Sumariamente, indo às propostas:

- i) «A CEC veio no momento certo, depois de um trabalho de 20 anos de reabilitação do centro histórico e da criação do Centro Cultural Vila Flor. Guimarães tem a ganhar em densificar esta estratégia» (PC);
- ii) «Em razão do seu historial, da importância que tal tem nas memórias de Guimarães, [este município] deveria ter um museu da indústria» (MM). (...) Adicionalmente, entendemos que faria sentido ter um museu D. Afonso Henriques, como elemento de afirmação da identidade nacional» (MM);
- iii) «O concelho precisava de ter uma estratégia de desenvolvimento. Aparte a cidade, o município está um bocado ao abandono. (...) Tudo o que dê visibilidade, desde que o investimento financeiro a fazer seja aceitável, valerá a pena. Falta fazer alguma coisa» (FC);
- iv) «No discurso, a dimensão cultural da cidade continua presente. (...) Ser a Capital Ibero-Americana da Cultura poderia ser um seguimento e uma oportunidade interessante» (VM);
- v) «Era importante saber o que é que as associações locais acham. Era importante mobilizar a comunidade» (VM);
- vi) «É preciso apostar numa estratégia de empoderamento das pessoas de cá. O que quer que ocorra deveria ter por finalidade o envolvimento e a capacitação das pessoas de Guimarães mais do que a dinâmica económica» (FT);
- vii) «A CEC valeu a pena, mas não é fácil alimentar a dinâmica cultural então criada. A CEC foi uma rampa de lançamento» (AM);
- viii) «Deveria haver a oferta de atividades complementares. Faltam pequenas feiras com produtos locais para dar mais vida à cidade» (FC);
- ix) Hoje já não fará muito sentido visitar Guimarães por esta ter organizado a CEC. As pessoas vêm aqui procurar alguma coisa, em concreto, pela qualidade que a cidade possa ter» (PVC).

Se a Capital Europeia da Cultura concretizada em 2012, em Guimarães, foi, consensualmente percebida como «uma grande festa», e «as festas são sempre agradáveis», estamos pois no momento de avaliar e decidir que futuro para Guimarães querem os seus residentes, em geral, e demais atores, para que a festa não seja apenas memória e se crie a oportunidade dos vimarenenses viverem novos momentos festivos, pensada a festividade a partir do progresso que o território possa sustentavelmente garantir.

Sobre os autores

Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo (Porto, 1963) é Professora Associada com Agregação de Geografia Humana do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. É doutorada em Geografia Humana pela Universidade do Minho, com a colaboração da Universidade de Louvain-la-Neuve (Bélgica). É atualmente Diretora do Doutoramento em Geografia da Universidade do Minho e Coordenadora Adjunta do Grupo de Investigação SpaceR (Espaço e Representação) do Lab2PT (Laboratório de Paisagens, Património e Território) da Universidade do Minho.

Foi Diretora da Secção de Geografia (2000-2002), Diretora do Departamento em Geografia (2002-2004; 2006-2007) e Diretora do Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento (NIGP) da Universidade do Minho (2000-2003; 2006-2007; 2008-2015). Foi ainda Coordenadora do grupo de investigação «Organizações, Desenvolvimento e Território» do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS) (2010-2014) e Diretora do Mestrado em Geografia (Planeamento e Gestão do Território) da mesma Universidade (2013-2015).

As suas áreas principais de investigação são o Turismo Urbano, o Turismo Cultural, os Megaeventos, o Desenvolvimento Regional e Local e a Geografia da Saúde.

É autora ou coautora de 77 artigos em revistas internacionais e nacionais, de 15 livros (seis internacionais) e de 40 capítulos de livro (27 em livros internacionais). Participou em vários Projetos de Investigação (nacionais e internacionais).

José Cadima Ribeiro (Leiria, 1955) é doutorado em Ciências Económicas e Empresariais pela Universidade do Minho (1989) e licenciado pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (1980), instituição que atualmente integra a Universidade de Lisboa. É docente da Escola de Economia e Gestão (EEG) da Universidade do Minho desde 1983 e professor catedrático do Departamento de Economia da referida Escola desde 1997.

É autor e coautor de diversos artigos científicos nas áreas da localização das atividades económicas, do desenvolvimento e das políticas regionais, e da economia do turismo, entre outros. Integrou várias equipas responsáveis pela elaboração de planos de desenvolvimento regional e local, e estudos de impacte económico. Desde fevereiro de 2016 é o Editor-chefe da Revista Portuguesa de Estudos Regionais, publicação científica propriedade da APDR (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional).

A par da docência universitária, desempenhou diversos cargos de gestão na EEG, nomeadamente o de Presidente da Escola (1998-2004), exercendo na presente data as funções de Presidente do Conselho de Escola, EEG. Em termos de responsabilidades de gestão, passou igualmente por diversas empresas ou organizações, incluindo o CENESTAP (2000-2005) e o EURES Transfronteiriço Norte de Portugal – Galiza (2001-2007).

